



Governo do
Estado de Alagoas



CONJUNTURA ECONÔMICA 2008

Secretaria de Estado
do Planejamento e
do Orçamento

Governo do Estado de Alagoas
Secretaria de Estado do Planejamento e do Orçamento - SEPLAN
Superintendência de Produção e Gestão da Informação - SUPEGI
Diretoria de Estudos e Pesquisas
Gerência de Pesquisas

INFORMATIVO CONJUNTURAL

Maceió – AL, Ano 10, Nº 24

Dezembro – 2010
MACEIÓ - AL

GOVERNO DO ESTADO DE ALAGOAS

Governador - Teotônio Brandão Vilela Filho

Vice - Governador - José Wanderley Neto

SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E DO ORÇAMENTO - SEPLAN

Secretário - Júlio Sérgio de Maya Pedrosa Moreira

Secretário Adjunto – Antonio Carlos Sampaio Quintiliano

Chefe de Gabinete - Elizabeth Cardoso de Lima

Diretor de Administração e Finanças - José Carlos Medeiros Silva

SUPERINTENDÊNCIA DE PRODUÇÃO E GESTÃO DA INFORMAÇÃO

Superintendente - José Cândido do Nascimento

GERÊNCIA DE PESQUISAS

Gerente – Vera Helena Wanderley Cavalcante

EQUIPE TÉCNICA

Cícera Dinalva Matos Dantas

Eli Nicácio de Lima

José Bartolomeu Miranda Cavalcanti

Marcia Núbia Barbosa Lopes

Rosângela Maria de Melo My

Silvéte de Albuquerque Nogueira

Vera Helena Wanderley Cavalcante

ESTAGIÁRIOS

André Cavalcanti Assumpção Loureiro

Edson Gomes de Magalhães Júnior

Michael Denison Lemos Martins

Sammia Gabrielle Cavalcante Bastos

INFORMATIVO CONJUNTURAL é uma publicação anual da SEPLAN/AL. Disponível para consultas e *download* no site [http:// www.seplan.al.gov.br](http://www.seplan.al.gov.br) . É permitida a reprodução total ou parcial dos textos desta revista, desde que seja citada a fonte

Biblioteca Luiz Sávio de Almeida

Bibliotecária Responsável: Elisabete Maria M. de Souza – CRB-4/546

Informativo Conjuntural – ano 10, nº 24 (2010)- - Maceió:
Secretaria de Estado do Planejamento e do Orçamento, 2010

V.: Il Color.; 21cm

Anual

Os dados são do cenário analisado janeiro/dezembro de 2008

1. Economia – Alagoas. 2. Estatística – Alagoas

CDU 33(813.5)''2009''
31(813.5)''2009''

Secretaria de Estado do Planejamento e Orçamento – SEPLAN

R. Dr. Cincinato Pinto, 503 – Centro – Maceió-Alagoas

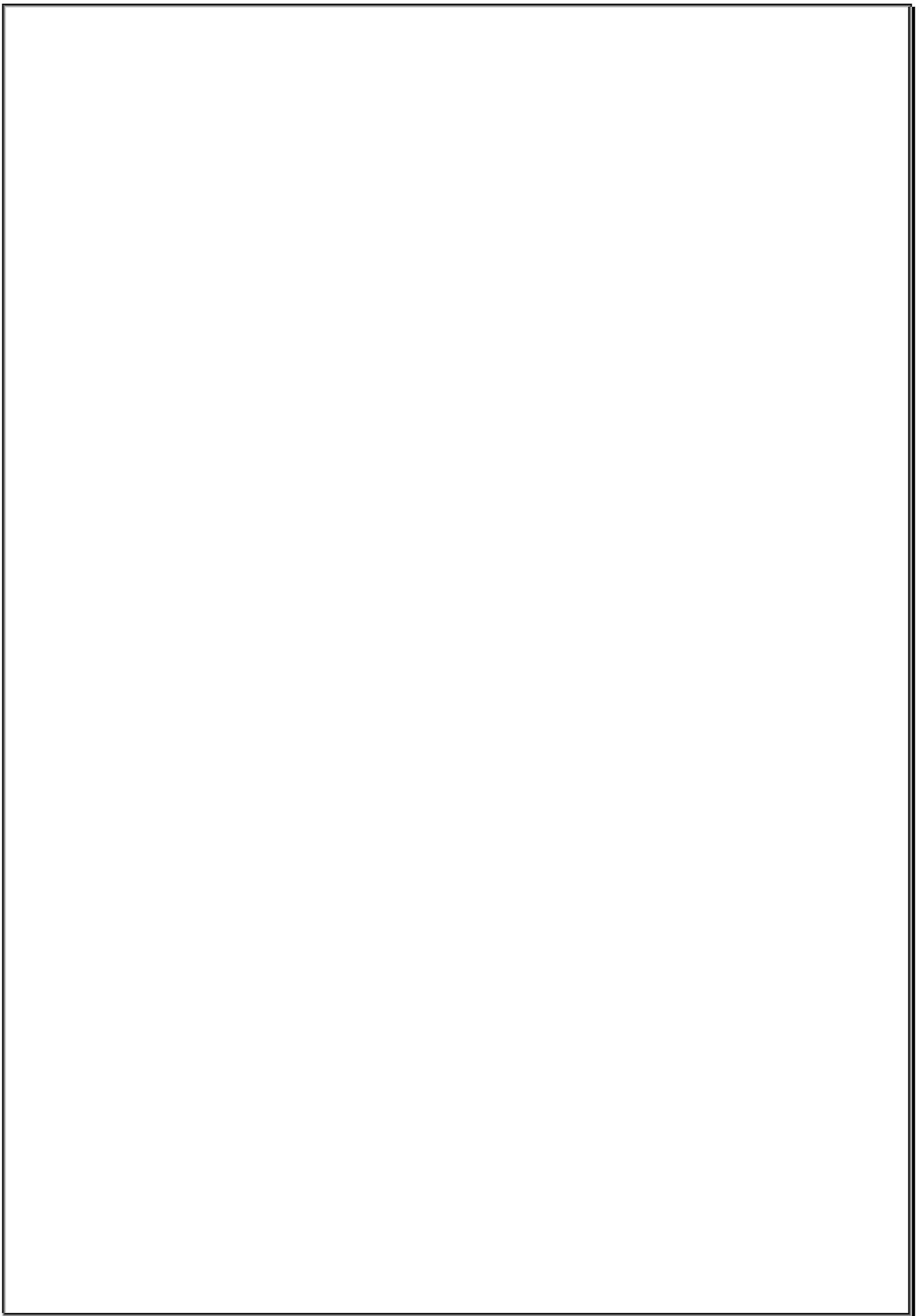
CEP.: 57020-050 – fone: (82)3315-1533 – fax.: (82)3315-1524

<http://www.seplan.al.gov.br>

biblioteca@seplan.al.gov.br

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	5
ARTIGOS	7
- Resultado do Tesouro Estadual	7
- A Construção civil no contexto sócio-econômico de Alagoas	20
- Energia vitoriosa	28
- Sustentabilidade energética	31
- Questão Nuclear	34
ATIVIDADE ECONÔMICA DO ESTADO DE ALAGOAS	42
ATIVIDADE AGRÍCOLA	44
ATIVIDADE INDUSTRIAL	56
- Segmento Sucroalcooleiro	58
- Salgema	65
- Cimento	69
SERVIÇOS	72
- Turismo	72
- Transporte	76
Aeroportuário	76
Portuário	81
COMÉRCIO	85
- Vendas – Inadimplência – Cheques	85
BALANÇA COMERCIAL	90
ENERGIA ELÉTRICA	100
ÁGUA	108
PETRÓLEO E GÁS NATURAL	114
FINANÇAS PÚBLICAS	120
MERCADO DE TRABALHO	130



APRESENTAÇÃO

A Secretaria de Estado do Planejamento e do Orçamento (SEPLAN), por meio da Superintendência de Produção e Gestão da Informação-SUPEGI, apresenta a 24ª edição do Informativo Conjuntural, que mostra a *performance* da economia alagoana em 2008. O estudo inclui pesquisas, análises setoriais, índices econômicos, infográficos, notas técnicas e artigos elaborados por especialistas.

Esta publicação traz informações de curto prazo sobre os segmentos primário, secundário e terciário da economia local. Os dados referem-se às atividades agrícolas, com foco nas lavouras temporárias e permanentes, indústria - pontuando os setores sucroalcooleiro, químico e a produção de cimento - além de informações relativas ao turismo e transportes, comércio, petróleo e gás natural, balança comercial e finanças públicas.

Contempla, também, este informativo um capítulo sobre o resultado do Tesouro Estadual onde se faz uma análise do desempenho das finanças públicas no ano de 2008, abrangendo a estrutura de Receitas e Despesas da Administração Pública.

O estudo aborda ainda o comportamento da produção, do consumo, das oscilações registradas no mercado de trabalho formal alagoano em 2008 e a distribuição de energia. Sobre este último tema, a publicação inclui dados de produção e do consumo de energia alternativa, no caso particular da biomassa gerada pelo bagaço da cana-de-açúcar.

Em nome desta SEPLAN e de toda a equipe da área de informação, registro aqui os nossos agradecimentos às instituições e às pessoas que, direta ou indiretamente, contribuíram para a realização deste trabalho, seja no fornecimento de dados estatísticos ou na produção de textos que integram este informativo.

Sérgio Moreira
Secretário

ARTIGOS

ALAGOAS – Resultado do Tesouro Estadual 2008

*Bartolomeu Bueno de Oliveira

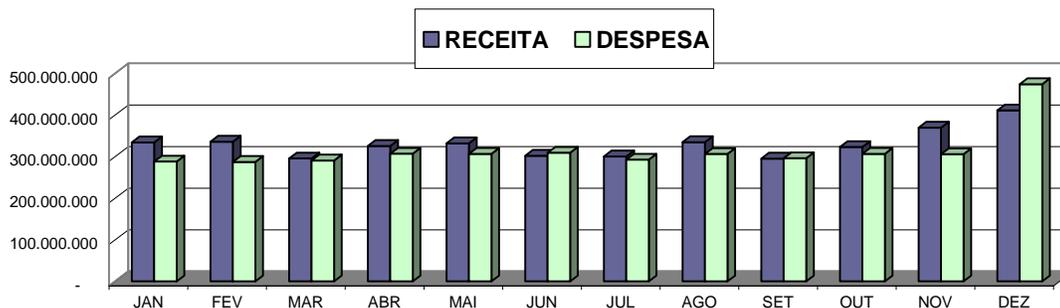
**Dorildo Lima Calheiros

O resultado do Tesouro Estadual, no exercício financeiro de 2008, registrou um superávit orçamentário de 1,5%, desempenho menos confortável que os 2,6%, verificado no exercício anterior. As receitas totalizaram R\$ 3.962,4 bilhões e as despesas orçamentárias alcançaram R\$ 3.902,3 bilhões. Contudo, este desempenho deve ser creditado principalmente ao crescimento real da receita do Tesouro Estadual (8,9%), calcado no excepcional resultado da receita do Fundo de Participação dos Estados – FPE, que cresceu em termos

reais 15,9%, o melhor resultado observado nos últimos (10) dez anos. Outro fator que contribuiu também para a configuração deste quadro positivo foi à manutenção do controle dos gastos com o custeio da máquina administrativa estadual. Vale salientar que, neste comparativo, não estão incluídas as despesas com restos a pagar do ano de 2007.

Informações mais detalhadas da performance do Tesouro Estadual no exercício financeiro de 2008 estão dispostas no conteúdo deste relatório.

COMPARATIVO: RECEITA X DESPESA - Janeiro - Dezembro/2008



De janeiro a dezembro de 2008, as receitas do Tesouro Estadual cresceram nominalmente 14,9%, comparativamente a igual período de 2007. (Considerando ainda que, no ano de 2007, foi verificado um ingresso eventual de receita na ordem de R\$ 73,0 milhões decorrente da renegociação da conta salário dos servidores públicos estaduais com a Caixa Econômica Federal (CEF).

Ao contrário do que ocorreu no exercício de 2007, onde as receitas tributárias cresceram a 16,0%, contra 8,9% das transferências federais, neste exercício o destaque maior coube ao grupo das transferências federais, com um crescimento de 19,9%, contra 14,7% das receitas tributárias. Este resultado, como já salientado, deve ser creditado ao excepcional desempenho do FPE, que cresceu 22,3%, comparativamente ao exercício passado. Com isto, esta receita mantém sua posição de maior contribuinte individual para formação geral de toda a receita do Estado, o que equivale a 50% deste total. Apresentaram crescimento positivo dentro do grupo das transferências federais o IPI (34,5%), o Xisto e Gás (6,8%), o FEP (46,5%) e a CIDE (5,0%), não apresentando

crescimento o item ICMS Desoneração e com desempenho negativo Recursos Hídricos (-25,4%), DNPM (-94,1%) e MP 193 (-26,3%).

Já as receitas tributárias apresentaram um crescimento de 14,8%, alcançando assim a média dos últimos seis (6) anos, e seu principal componente o ICMS, com uma arrecadação R\$ 1.613,9 milhões, cresceu 15,1%, o que fortaleceu o volume de receita arrecadada, uma vez que este tributo representa quase 90% do total das receitas tributárias. A Transferência de Imposto de Renda, o segundo maior item neste grupo de receita, somou R\$ 112,6 milhões, com um crescimento de 20,0%, bem abaixo dos 35,3% verificado no ano de 2007. O IPVA, com um crescimento de 16,7%, superou o desempenho do exercício de 2007, que foi de 13,6%. Cresceram o ITCD (13,4%), o Fundo de Combate a Pobreza (7,1%) e as Taxas (73,9%). O item Outras Receitas Tributárias aparece com um desempenho negativo de 54,7%, podendo-se atribuir este resultado principalmente a migração de parte considerável desta receita para os demais itens de receitas classificáveis.

COMPARATIVO: RECEITA TOTAL -VALORES CORRENTES E CONSTANTES - Janeiro - Dezembro / 2007-2008

Especificação	VALORES NOMINAIS			VALORES ATUALIZADOS PARA DEZEMBRO 2008 (1)		
	2007 (b)	2008 (b)	(b/a)%	2007 (b)	2008 (b)	(b/a)%
RECEITAS TRIBUTÁRIAS	1.624.283.010,2	1.863.956.891,1	14,8	1.756.964.425,0	1.909.598.377,2	8,7
ICMS	1.401.795.919,5	1.613.922.509,1	15,1	1.516.442.866,5	1.653.516.999,6	9,0
IPVA	76.279.878,2	89.007.353,6	16,7	82.482.513,4	91.121.115,1	10,5
ITCD	2.433.343,1	2.760.038,6	13,4	2.628.069,3	2.820.041,7	7,3
TAXAS	1.974.778,7	3.434.739,5	73,9	2.137.252,9	3.525.646,4	65,0
Fundo Combate Pobreza	33.118.613,9	35.475.419,8	7,1	35.863.299,8	36.387.396,5	1,5
TRANSF. IMP.RENDA	93.867.763,8	112.641.706,4	20,0	101.344.247,3	115.336.323,1	13,8
Outras Rec.Tributárias	14.812.713,1	6.715.124,1	-54,7	16.066.175,8	6.890.854,8	-57,1
OUTRAS RECEITAS (2)	73.000.000,0			77.663.315,8		
TRANSF. FEDERAIS	1.750.167.943,8	2.098.422.621,0	19,9	1.893.553.178,5	2.151.853.860,5	13,6
FPE	1.597.841.367,9	1.953.494.947,4	22,3	1.728.668.960,9	2.003.814.223,9	15,9
IP (Exportação)	9.452.700,1	12.716.135,1	34,5	10.217.085,8	13.039.777,9	27,6
XISTO/GÁS (Royalties)	38.797.851,6	41.439.281,1	6,8	41.997.848,5	42.522.137,4	1,2
REC. HÍDRICOS	11.580.126,8	8.642.227,9	-25,4	12.528.739,3	8.856.288,5	-29,3
FEP	4.890.529,5	7.165.528,3	46,5	5.291.054,6	7.336.605,0	38,7
DNFM	1.576.279,6	93.607,4	-94,1	1.699.781,4	95.842,5	-94,4
L. Kandir(Q parte Estado)	12.288.217,5	12.288.217,6	0,0	13.247.770,8	12.587.357,4	-5,0
CIDE	26.435.577,0	27.750.898,8	5,0	28.712.069,0	28.663.722,5	-0,2
MP 193 CEX(Q parte.Est)	47.305.293,7	34.831.777,5	-26,4	51.189.868,2	34.937.905,4	-31,7
TOTAL	3.447.450.954,1	3.962.379.512,1	14,9	3.728.180.919,3	4.061.452.237,8	8,9

Fonte: SEFAZ /AL

OBS:(1) - Valores atualizados pelo IPCA do IBGE

ARRECAÇÃO DO ICMS - ESTADOS DO NORDESTE - Valores em R\$ mil - 2006- 2008

ESTADOS	I C M S			Crescimento Nominal	
	2006	2007	2008	2007/2006	2008/2007
Bahia	8.604.177	8.940.621	10.238.561	3,9	14,5
Pernambuco	4.864.103	5.415.683	5.904.483	11,3	9,0
Ceará	3.755.799	3.917.618	4.719.283	4,3	20,5
Rio G. do Norte (1)	1.913.542	2.006.233	2.250.456	4,8	12,2
Maranhão	1.827.931	2.003.109	2.350.325	9,6	17,3
Paraíba	1.532.786	1.677.914	1.927.355	9,5	14,9
Alagoas	1.281.244	1.401.858	1.613.922	9,4	15,1
Sergipe	1.146.648	1.204.150	1.340.654	5,0	11,3
Piauí	1.068.985	1.176.106	1.402.557	10,0	19,3

Fonte: COTEPE , SEFAZ/AL

COMPARATIVO DO ICMS ARRECADADO - ALAGOAS - NORDESTE - BRASIL - 2008 - Valores em R\$ milhões

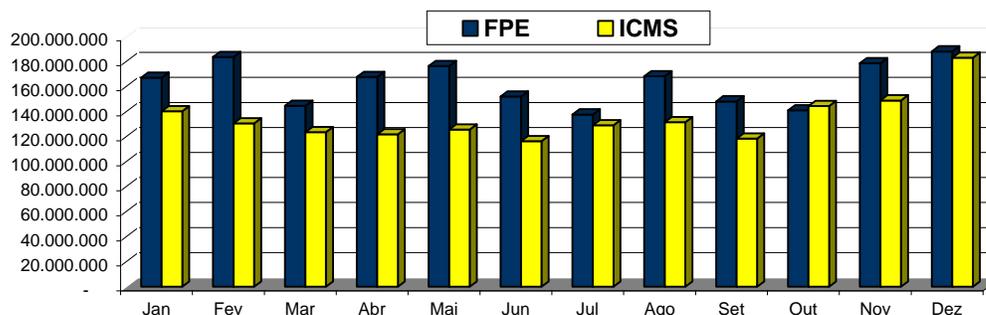
Especificação	Alagoas	Nordeste	Brasil	Participação Percentual		
				AL / NE	AL / BR	NE / BR
Janeiro	140	2.727	17.948	5,1	0,8	15,2
Fevereiro	131	2.636	16.935	5,0	0,8	15,6
Março	124	2.408	16.643	5,1	0,7	14,5
Abril	122	2.479	17.409	4,9	0,7	14,2
Mai	126	2.461	17.863	5,1	0,7	13,8
Junho	116	2.609	18.625	4,4	0,6	14,0
Julho	129	2.598	18.569	5,0	0,7	14,0
Agosto	132	2.811	19.113	4,7	0,7	14,7
Setembro	118	2.747	19.934	4,3	0,6	13,8
Outubro	144	2.803	20.419	5,1	0,7	13,7
Novembro	149	2.777	19.502	5,4	0,8	14,2
Dezembro	183	2.693	18.767	6,8	1,0	14,3
TOTAL	1.614	31.749	221.727	5,1	0,7	14,3

Fonte: COTEPE , SEFAZ/AL

ARRECAÇÃO DO ICMS X PRODUTO INTERNO BRUTO - Valores em R\$ milhões - 2005 - 2006

ESTADOS	P I B		I C M S		(ICMS/PIB)%	
	2006	2007	2006	2007	2006	2007
Ceará	46.310	50.331	3.756	3.918	8,1	7,8
Piauí	12.790	14.136	1.069	1.176	8,4	8,3
Rio G. do Norte	20.557	22.926	1.914	2.006	9,3	8,7
Alagoas	15.753	17.793	1.281	1.402	8,1	7,9
Bahia	96.559	109.652	8.604	8.941	8,9	8,2
Paraíba	19.953	22.202	1.533	1.678	7,7	7,6
Pernambuco	55.503	62.256	4.864	5.416	8,8	8,7
Maranhão	28.621	31.606	1.828	2.003	6,4	6,3
Sergipe	15.126	16.896	1.147	1.204	7,6	7,1
NORDESTE	311.175	347.798	25.995	27.744	8,4	8,0
BRASIL	2.369.797	2.558.821	172.058	187.645	7,3	7,3

Fonte: IBGE - COTEPE

COMPARATIVO DAS RECEITAS DE ICMS E FPE - Janeiro - Dezembro/2008


Mais uma vez fica evidenciada a dependência do Tesouro Estadual dos recursos financeiros, que são repassados pelo Governo Federal, como observado em boletins anteriores. Neste exercício financeiro de 2008, as transferências federais constitucionais ultrapassam o volume de receita arrecadada diretamente pelo Tesouro Estadual, principalmente quando o confronto se der entre as duas principais fontes de receitas estaduais, que são o FPE e o ICMS. No exercício financeiro de 2008, o FPE superou em R\$ 743,0 milhões o valor líquido do ICMS (ICMS- transferências a municípios 25% = R\$ 1.210,4 bilhões), soma esta que se quer cobre os gastos com pessoal do Poder Executivo em 2008 (R\$1.791,4

bilhões). A evolução mensal destas receitas pode melhor ser visualizada no gráfico inserido neste documento.

No exercício financeiro de 2008, a arrecadação do ICMS, discriminada por natureza de recolhimento, continua a manter o mesmo quadro de análises elaboradas em exercícios passados. (Boletim Econômico). Mais uma vez as exceções ficam por conta do desempenho dos itens ICMS, comunicação e energia elétrica, que apresentam variações inexplicáveis nos valores arrecadados a cada exercício. Como exemplo, o ICMS de energia elétrica, que, em 2008, somou R\$ 146,6 milhões, em 2007 (R\$ 125,4 milhões) e no exercício de 2006 esta soma alcançou R\$ 149,3 milhões,

ultrapassando assim os valores arrecadados nos dois exercícios posteriores. A receita com item comunicação cresceu em 2008 (8,0%), enquanto em 2007 esta variação chegou a 20,9%, quadro este que nos parece sem justificativa plausível, uma vez que esta receita advém de prestação de serviços, que crescem nominalmente a cada ano e sofre reajuste nos valores cobrados. Crescimento substancial também experimentou o item denominado de Substituição Tributária (26,2%), contra

18,3% observado no exercício passado, principalmente pela sua contribuição individual na formação da receita com o ICMS (R\$ 473,5 milhões). Apresentaram crescimento também os itens: ICMS Normal (3,3%), Comunicação (8,1%), Energia Elétrica (17,0%), Transporte (22,1%) e ICMS Antecipado (12,9%). Com desempenho negativo foram observados os itens: Telecomunicação LEI 6474/2004 (-50,2%), Remissão (-64,7%) e Parcelamento do Setor Sucroalcooleiro (-13,8%).

ARRECADAÇÃO DE ICMS SEGUNDO A NATUREZA DO RECOLHIMENTO - 2007 - 2008					
Especificação	2 0 0 7		2 0 0 8		Variação Nominal (2008/2007)%
	Valor	Participação %	Valor	Participação %	
Substituição Tributária	375.302.100,9	26,8	473.542.356,0	29,3	26,2
Normal	355.174.458,7	25,3	366.729.925,1	22,7	3,3
Comunicação	141.078.313,7	10,1	152.491.135,0	9,4	8,1
Telecomunicação lei 6410	26.794.139,1	1,9	13.330.654,6	0,8	-50,2
Energia Elétrica	125.359.351,9	8,9	146.659.386,8	9,1	17,0
Transporte	19.415.041,7	1,4	23.705.610,7	1,5	22,1
Remissão	31.736.084,4	2,3	11.212.165,3	0,7	-64,7
Parcelamento Setor Sucroalcooleiro	37.718.643,9	2,7	32.496.134,5	2,0	-13,8
ICMS Antecipado Lei 6474/2004	135.441.362,6	9,7	152.859.102,8	9,5	12,9
Outros	162.060.709,9	11,6	240.896.038,3	14,9	48,6
TOTAL	1.401.795.507,5	100,0	1.613.922.509,1	100,0	15,1

Fonte: SEFAZ/AL

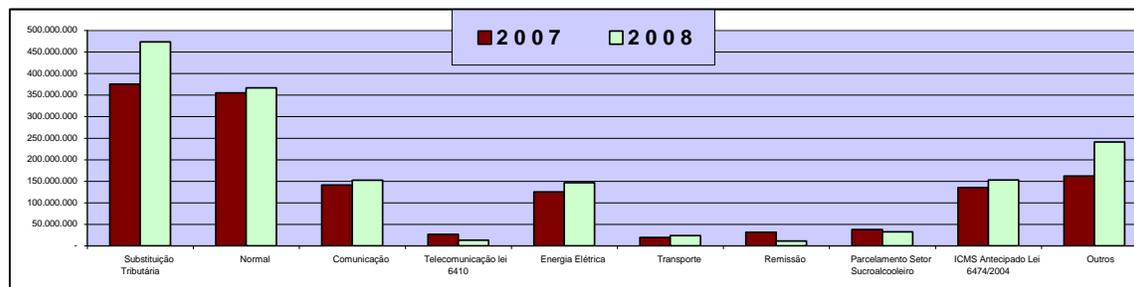
Subst. Tributária: ICMS retido na fonte. (combustíveis, automóveis, bebidas, cigarros, produtos farmacêuticos, cimento e outros)

Normal: Comércio Atacadista, Varejista, Indústrias.

Outros: Demais itens não mencionados.

Analisando a arrecadação do ICMS por natureza de receita, que demonstra a participação de cada item no montante da receita arrecadada, o quadro também permanece quase inalterado, comparativamente aos exercícios anteriores. O item denominado de Substituição Tributária mantém sua posição neste exercício como o principal formador de receita dentro do grupo, com

29,3% do total arrecadado. O item denominado de ICMS Normal, com participação de 22,7%, é o segundo em ordem decrescente, seguido por: Outros (14,9%), ICMS Antecipado (9,5%), Comunicação (9,4%), Energia Elétrica (9,1%), Parcelamento do Setor Sucroalcooleiro (2,0%), Transporte (1,5%), Telecomunicação (0,8%) e Remissão (0,7%).

ARRECAÇÃO DE ICMS SEGUNDO A NATUREZA DO RECOLHIMENTO - 2007 - 2008


O desempenho do grupo de ICMS, denominado como diversas atividades econômicas, que tem a sua trajetória calcada na conformação do grupo titulado como arrecadação de ICMS, segundo a natureza do recolhimento, apresentou pequenas alterações em sua estrutura no decorrer do exercício financeiro de 2008. Quando se analisa a participação

individualizada por arrecadação nas diversas atividades, a com a denominação de Prestação de Serviços mantém a primeira posição nesta distribuição com 23,8%. Os demais itens apresentaram as seguintes participações: Comércio Atacadista (18,6%), Comércio Varejista (18,1%), Indústria (16,9) e Extração Mineral (16,7%).

PARTICIPAÇÃO DAS DIVERSAS ATIVIDADES NA ARRECAÇÃO DO ICMS - PERÍODO: jan-dez/2008 - Valores em R\$ milhões

DISCRIMINAÇÃO	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
COMÉRCIO ATACADISTA	27,3	26,4	23,6	24,2	25,7	24,0	20,2	23,38	21,5	23,03	25,42	25,13
COMÉRCIO VAREJISTA	31,3	20,7	20,0	21,8	20,9	23,9	20,9	23,10	24,3	22,01	26,88	25,01
INDÚSTRIA	23,4	23,9	20,2	22,8	20,1	21,8	20,3	19,70	24,2	24,32	23,92	17,86
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	30,1	30,7	32,8	29,5	30,1	22,1	40,2	29,20	30,3	30,84	32,91	31,14
EXTRAÇÃO MINERAL, REFINO E ENGARRAFAMENTO	26,0	21,5	18,8	15,0	18,0	14,8	16,3	20,37	16,2	25,72	25,29	42,28
OUTRAS (1)	5,6	4,8	5,8	6,7	7,4	7,1	7,8	7,87	8,5	9,05	10,17	11,07
TOTAL DA ARRECAÇÃO (Valor Principal)	143,7	128,0	121,2	120,1	122,2	113,7	125,7	123,63	125,0	134,96	144,59	152,48

Fonte: SEFAZ/AL

(1) Atividades não identificadas - arrecadadas através de CNPJ, CPF - e demais atividades não relacionadas acima.

COMPARATIVO DA ARRECAÇÃO DO ICMS POR DIVERSAS ATIVIDADES - PERÍODO: 2007-2008- Valores em R\$ milhões

DISCRIMINAÇÃO	Jan-Dez/2007		Jan-Dez/2008		Variação Nominal 2008/2007
	Valor	Part(%)	Valor	Part(%)	
COMÉRCIO ATACADISTA	262,0	19,2	289,9	18,6	10,6
COMÉRCIO VAREJISTA	255,5	18,7	280,8	18,1	9,9
INDÚSTRIA	223,5	16,3	262,4	16,9	17,4
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	325,2	23,8	370,1	23,8	13,8
EXTRAÇÃO MINERAL, REFINO E ENGARRAFAMENTO	259,8	19,0	260,3	16,7	0,2
OUTRAS (1)	41,3	3,0	91,8	5,9	122,4
TOTAL	1.367,4	100,0	1.555,3	100,0	13,7

Fonte: SEFAZ/AL

(1) Atividades não identificadas - arrecadadas através de CNPJ, CPF - e demais atividades não relacionadas acima.

Na composição da receita do ICMS, com o título de principais segmentos econômicos, o segmento Prestação de Serviços ainda detém o maior percentual de contribuição na formação geral desta receita, com uma arrecadação de R\$ 370,1 milhões, em 2008, e os carros chefes deste segmento são: os sub-segmentos de Telecomunicações e Transmissão e Distribuição de Energia Elétrica, que arrecadaram juntos de janeiro/dezembro de 2008 R\$ 339,1 milhões, o que correspondeu a mais de 90% desta receita. O de ICMS, advindo segmento comércio atacadista, somou R\$ 289,9 milhões, cabendo ao sub-segmento Comércio de Álcool Carburante, Gasolina e Demais Derivados a contribuição maior na formação desta receita, mantendo uma média acima de 35% do volume deste ingresso, seguido pelo Comercio Atacadista de Cerveja, Chope e Refrigerantes e Mercadorias em Geral. No segmento Comércio Varejista o quadro continua com a mesma estrutura

apresentada nas últimas análises das receitas que compõem este detalhamento, prevalecendo à distribuição quase uniforme entre os itens Mercadorias em Geral, Artigos de Vestuários e Complementos, Lojas de Departamentos e Magazines, que juntos somam em média de mais de 35% do total da receita desta atividade. Na composição do segmento Indústria três itens respondem por 43,3% % do total arrecadado correspondendo a R\$. 113,6 milhões no período de janeiro/dezembro de 2008, são eles: Fabricação de Açúcar em Bruto que substitui o título de Usinas de Açúcar utilizado até o ano de 2006, Automóveis, Caminhonetes e Utilitários e Cerveja e Chopes. A Extração de Petróleo e Gás Natural, isoladamente, continua mantendo sua hegemonia dentro do segmento Extração Mineral, Refino e Engarrafamento respondendo por mais de 80%, seguida por Refino de Petróleo que apresenta variações substanciais ao longo do ano.

PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DOS PRINCIPAIS SEGMENTOS NA ARRECADAÇÃO DO ICMS - Janeiro-Dezembro/2008

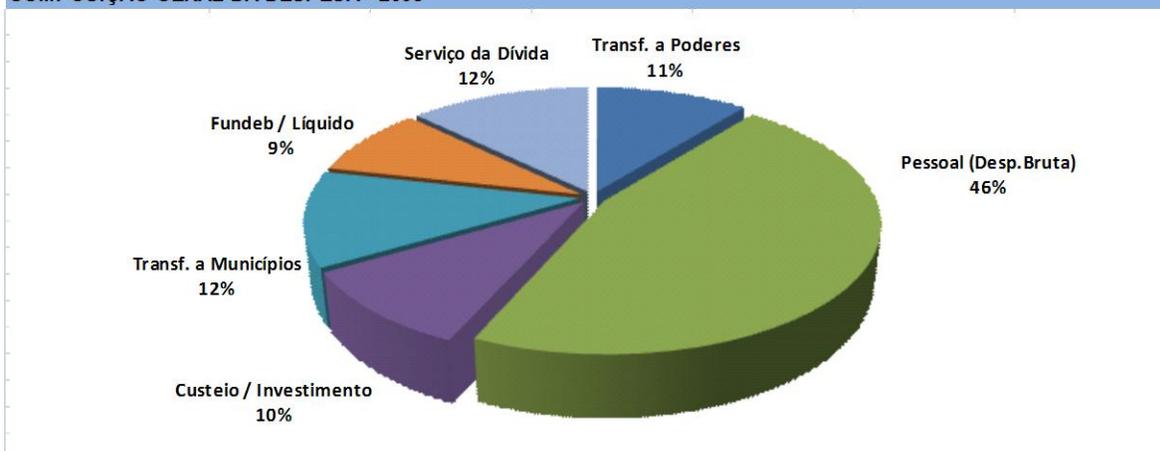
DISCRIMINAÇÃO	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Média
COMÉRCIO ATACADISTA	100,0												
Alcool carburante, gasolina e demais derivados	37,2	39,6	40,7	36,4	35,1	32,4	32,9	29,5	30,7	33,4	35,4	35,7	34,9
Combustíveis de origem mineral em bruto	2,6	2,0	1,3	3,7	3,0	0,8	0,6	0,3	0,4	3,9	2,2	1,9	1,9
Cigarros, cigarrilhas e charutos	5,2	7,1	6,2	6,9	7,2	7,0	8,6	8,4	9,0	8,1	9,5	8,9	7,7
Mercadorias em geral	7,0	5,4	6,0	6,2	5,4	6,5	6,2	7,0	7,2	6,7	6,8	6,8	6,4
Peças e acessórios novos para veículos	0,5	0,7	2,0	0,7	0,6	0,5	0,0	0,0	0,9	1,4	1,0	0,5	0,7
Cosméticos e produtos de perfumaria	3,7	3,8	3,6	4,0	4,7	3,9	5,6	4,6	6,0	5,2	3,8	3,6	4,4
Com. atac. de medic. e drogas de uso humano	3,3	3,3	1,6	5,8	4,3	8,2	1,8	11,6	2,0	2,1	1,0	1,5	3,9
Comércio atacadista de cerveja, chope e refrigerante	14,3	12,4	10,1	9,0	9,8	10,3	11,5	9,5	11,3	13,7	13,5	15,0	11,7
Comércio atacadista de açúcar	3,8	3,9	4,3	4,2	3,9	4,2	4,9	4,2	4,6	0,0	3,9	0,1	3,5
Comércio atac. de produtos alimentícios em geral	3,3	3,5	3,8	3,5	3,5	4,6	4,6	4,3	5,0	4,3	3,7	4,0	4,0
Outros	19,1	18,4	20,5	19,8	22,4	21,5	23,4	20,4	22,9	21,3	19,1	22,0	20,9
COMÉRCIO VAREJISTA	100,0												
Mercadorias em geral - supermercados	11,0	11,1	10,4	13,3	10,0	11,9	11,1	11,6	10,0	9,4	11,0	10,2	10,9
Mercadorias em geral - hipermercados	8,5	7,1	9,8	10,1	8,3	9,2	7,8	9,4	8,0	7,0	9,0	8,4	8,6
Artigos do vestuário e acessórios	16,8	9,3	9,0	8,9	10,4	12,2	12,7	9,9	10,4	10,2	11,6	12,5	11,2
Lojas de departamentos e magazines	8,0	7,9	7,1	7,4	7,2	6,5	5,0	5,3	5,4	6,4	6,3	6,0	6,5
Materiais de construção em geral	3,2	4,4	4,6	4,6	4,1	4,5	4,9	4,7	4,7	4,1	5,8	4,9	4,5
Artigos de perfumaria, cosméticos e de higiene	2,2	2,0	1,9	2,1	2,2	2,3	2,4	1,9	2,0	2,0	1,6	2,2	2,1
Comércio varejista de móveis	4,5	5,7	4,6	5,0	5,7	5,3	6,2	5,3	5,9	8,0	4,9	4,5	5,5
Automóveis, camionetas e utilitários novos	3,3	4,6	5,2	4,5	4,9	3,8	3,9	4,4	4,1	4,0	4,5	3,8	4,3
Comércio varejista de tecidos	4,0	1,5	1,3	1,6	1,5	2,0	3,0	1,7	1,7	1,9	1,8	2,2	2,0
Comércio varejista de calçados	3,9	1,7	1,5	1,7	2,1	2,0	2,5	2,3	2,0	1,9	2,0	2,4	2,2
Comercio varejista de artigos de armarinho	3,8	2,8	3,7	3,3	3,0	3,4	2,8	3,3	3,0	2,5	3,3	3,3	3,2
Mercearias e armazens varejistas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,0
Peças e acessórios novos para veículos	2,3	4,0	3,9	3,7	4,9	3,1	3,5	4,0	4,4	3,9	3,1	2,6	3,6
Comércio varejista de bebidas	5,2	6,3	6,9	6,1	7,5	6,3	4,9	6,8	8,9	8,2	8,5	8,6	7,0
Outros	23,3	31,5	30,0	27,6	28,2	27,4	29,3	29,3	29,4	38,5	35,0	37,0	30,6
INDÚSTRIA	100,0												
Cervejas e chopes	20,3	18,8	11,6	10,5	10,5	9,3	13,9	8,1	7,2	8,0	10,0	12,4	11,7
Cimento	4,3	4,4	3,9	3,1	5,5	2,9	2,8	3,2	2,5	2,6	5,0	2,9	3,6
Automóveis, camionetas e utilitários	16,1	16,4	18,8	17,7	21,3	19,4	21,0	25,1	18,7	18,5	16,1	14,5	18,6
Cloro e Alcalis	11,0	15,2	11,6	10,7	10,7	20,7	17,1	2,4	28,1	3,0	20,7	4,1	13,0
Moagem de trigo e fabricação de derivados	3,4	4,7	4,7	19,1	4,8	11,5	4,6	20,7	3,7	21,8	3,7	4,1	8,9
Fabricação de açúcar em bruto	13,6	10,8	18,5	11,0	14,8	8,2	11,2	10,0	10,6	15,1	11,5	20,1	12,9
Resinas termoplásticas	3,7	3,9	4,7	3,8	5,0	4,2	4,4	5,7	3,5	3,7	4,7	5,3	4,4
Tintas, vernizes, esmalte e laca	2,4	1,6	2,0	1,4	1,6	1,6	1,7	2,1	2,0	2,4	3,8	4,1	2,2
Gases industriais	1,7	1,5	1,3	1,3	1,5	1,5	1,7	1,7	2,0	1,8	1,5	1,9	1,6
Cigarros	1,0	0,7	1,0	0,5	0,5	0,5	0,5	0,2	0,1	0,2	0,2	0,2	0,5
Produtos petroquímicos básicos	1,8	1,6	1,2	1,8	1,3	1,0	0,4	0,2	0,0	0,1	0,9	0,6	0,9
Alcool	3,2	1,9	0,8	0,3	0,3	0,2	0,2	0,2	2,0	2,6	2,7	3,0	1,4
Outros	17,4	18,5	19,8	19,0	22,0	19,1	20,6	20,3	19,5	20,3	19,2	26,6	20,2
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	100,0												
Transmissão e distribuição de energia elétrica	40,4	47,3	42,2	43,9	43,6	26,6	51,5	42,3	38,8	40,4	45,5	48,0	42,5
Telecomunicações por fio	11,0	16,0	26,4	18,1	20,9	20,5	17,8	25,0	20,4	19,5	17,0	18,2	19,2
Telecomunicações por satélite	4,6	3,7	3,5	3,7	3,7	5,3	2,9	3,9	4,0	3,7	4,3	3,4	3,9
Telecomunicações sem fio - Telefonia movel celular	15,7	9,3	16,3	20,1	15,8	26,7	14,6	14,3	20,1	20,3	20,1	19,1	17,7
Telecomunicações sem fio	18,9	13,7	4,0	5,6	9,1	9,4	8,5	6,5	5,7	8,9	5,7	2,7	8,2
Outros	9,4	10,0	7,6	8,4	6,9	11,4	4,7	8,1	11,0	7,2	7,3	8,6	8,4
EXTRAÇÃO MINERAL, REFINO E ENGARRAFAMENTO	100,0												
Extração de petróleo e gás natural	84,0	82,8	83,1	82,2	87,8	75,4	74,1	90,6	86,1	79,2	85,0	82,5	82,7
Fabricação de produtos do refino de petróleo	15,1	15,8	15,5	15,8	10,4	22,9	24,3	8,1	12,5	19,5	13,7	16,8	15,9
Fabricação de águas envasadas	0,3	0,5	0,5	0,7	0,6	0,5	0,5	0,3	0,5	0,3	0,4	0,2	0,4
Extração de sal-gema	0,3	0,3	0,4	0,5	0,4	0,5	0,4	0,4	0,4	0,3	0,2	0,2	0,4
Outros	0,4	0,5	0,5	0,8	0,9	0,7	0,6	0,6	0,5	0,6	0,7	0,4	0,6

Fonte: SEFAZ/AL

O volume das despesas orçamentárias do Tesouro Estadual no exercício financeiro de 2008 alcançou R\$3.902,3 bilhões, com um incremento de 16,2%, havendo de se observar que este incremento é um bem superior ao constatado no ano anterior (11,7%). Dentre as principais despesas, o item que mais cresceu foi o FUNDEB/líquido com 31,9%, que representa parte dos recursos financeiros que o Tesouro Estadual repassou para integralização deste Fundo e que foram destinados aos Municípios do Estado de Alagoas.

O quadro, que demonstra a composição geral dos gastos pelos principais itens de despesas, apresentou uma queda na participação dos seguintes itens: Despesa com Pessoal (47% em 2007, para 46% em 2008) e Custeio/Investimentos (15% em 2007, para 10% no exercício em análise). Foi observado crescimento na participação nos demais componentes da despesa entre os exercícios de 2007 e 2008: Serviço da Dívida (11% para 12%), Transferências a Municípios (11% para 12%), Transferências a Poderes (9% para 11%) e Fundeb (7% para 9%).

COMPOSIÇÃO GERAL DA DESPESA - 2008



TRANSFERÊNCIAS A PODERES E DESPESAS DO PODER EXECUTIVO - VALORES CORRENTES E CONSTANTES - Jan-Dez/2007-2008

Especificação	VALORES NOMINAIS			VALORES ATUALIZADOS PARA DEZEMBRO 2008 (1)		
	2007 (b)	2008 (b)	(b/a)%	2007 (b)	2008 (b)	(b/a)%
Transf. a Poderes	385.775.383,9	420.043.272,0	8,9	417.576.347,2	430.825.761,3	3,2
Tribunal de Justiça	168.645.622,8	177.077.904,0	5,0	182.553.756,1	181.623.484,7	-0,5
Tribunal de Contas	50.404.955,9	55.041.828,0	9,2	54.552.020,6	56.454.748,9	3,5
Assembleia Legislativa	96.000.000,0	113.400.000,0	18,1	103.917.079,5	116.310.972,2	11,9
Ministério Público	70.724.805,2	74.523.540,0	5,4	76.553.490,9	76.436.555,5	-0,2
Poder Executivo	2.971.833.144,5	3.482.268.081,4	17,2	3.205.957.000,5	3.565.941.991,3	11,2
Pessoal (Desp.Bruta)	1.540.299.542,4	1.791.484.320,0	16,3	1.664.616.446,7	1.833.389.807,3	10,1
Custeio / Investimento	330.363.146,0	385.673.167,6	16,7	355.831.762,3	395.425.741,0	11,1
Transf. a Municípios	407.190.890,7	466.608.500,6	14,6	440.121.281,5	478.112.980,2	8,6
Fundeb / Líquido	258.770.453,9	341.292.829,7	31,9	274.090.936,3	349.754.178,1	27,6
Serviço da Dívida	435.208.348,5	497.209.263,5	14,2	471.296.573,7	509.259.284,8	8,1
TOTAL	3.357.608.528,5	3.902.311.353,4	16,2	3.623.533.347,7	3.996.767.752,6	10,3

Fonte: SEFAZ /AL

OBS:(1) - Valores atualizados pelo IPCA do IBGE

COMPARATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA X PESSOAL DO P. EXECUTIVO E DE OUTROS PODERES - Jan-Dez/2008						
PERÍODO	RECEITA C. LÍQUIDA (a)	PESSOAL DO PODER EXECUTIVO		OUTROS PODERES		Participação (%) Executivo+Poderes
		VALOR (b)	Participação(b/a)%	VALOR (c)	Participação(c/a)%	
Janeiro	292.903.792,9	131.545.797,2	44,9	35.003.606,0	12,0	56,9
Fevereiro	300.451.643,9	133.352.029,0	44,4	35.003.606,0	11,7	56,0
Março	261.001.191,9	134.588.551,8	51,6	35.003.606,0	13,4	65,0
Abril	290.238.653,3	137.406.337,7	47,3	35.003.606,0	12,1	59,4
Mai	295.456.549,3	139.000.753,0	47,0	35.003.606,0	11,8	58,9
Junho	267.675.351,1	140.409.308,2	52,5	35.003.606,0	13,1	65,5
Julho	262.672.999,3	139.311.649,0	53,0	35.003.606,0	13,3	66,4
Agosto	291.226.332,4	139.311.649,0	47,8	35.003.606,0	12,0	59,9
Setembro	260.157.254,2	139.311.649,0	53,5	35.003.606,0	13,5	67,0
Outubro	281.742.018,5	139.311.649,0	49,4	35.003.606,0	12,4	61,9
Novembro	329.256.983,0	139.311.649,0	42,3	35.003.606,0	10,6	52,9
Dezembro	362.988.241,7	278.623.298,0	76,8	35.003.606,0	9,6	86,4
T O T A L	3.495.771.011,5	1.791.484.320,0	51,2	420.043.272,0	12,0	63,3

Fonte: SEFAZ/AL

Nota: Outros Poderes - Considerou-se o duodécimo como Despesa com Pessoal

No período de janeiro/dezembro de 2008, o comprometimento da receita corrente líquida- RCL (60% limite LRF) com a despesa mensal de pessoal de todos os Poderes alcançou a média de 63,2%, cabendo ao Poder Executivo a participação de 51,2 %. O incremento com gasto em pessoal, em 2008, foi de 16,3%, comparativamente ao ano anterior. A despesa com os repasses aos demais Poderes, incluindo-se o Ministério Público, consumiu 12,0%, salientando-se que o limite total com este gasto para este grupo é de 11% RCL.

No Boletim Econômico de 2007, Alagoas, dentre os estados da Região Nordeste, apresentava o maior comprometimento na relação DLP/RCL (despesa com pessoal /receita corrente líquida) (49,7%), ultrapassando o limite permitido pela LRF (Lei de

Responsabilidade Fiscal) que é de 49% para este gasto, conforme indicativo da STN. Apesar desse comprometimento ter crescido, em 2008, não foi possível a obtenção de dados com os indicadores para os demais estados nordestinos referentes ao exercício de 2008.

No ano de 2008, os gastos com o custeio e o investimento na estrutura da Administração Pública Estadual foram de R\$ 385,7 milhões, isto representou um crescimento de 16,7% nestes gastos comparativamente a igual período do exercício passado, que registrou R\$ 330,3 milhões. A distribuição por sub-itens de gastos permanece inalterada comparativamente aos exercícios anteriores, liderada por serviços de terceiros pessoa jurídica R\$ 141,1 milhões, seguido pelo gasto com material de consumo que somou R\$ 51,2 milhões.

SERVIÇO DA DÍVIDA - VALORES CORRENTES E CONSTANTES - Janeiro/Dezembro /2007-2008

Especificação	VALORES NOMINAIS			VALORES ATUALIZADOS PARA DEZEMBRO 2008 (1)		
	2007 (a)	2008 (b)	(b/a)%	2007 (a)	2008 (b)	(b/a)%
COHAB	6.759.054,3	8.669.424,5	28,3	7.315.431,0	8.879.487,5	21,4
IPASEAL	18.207.949,4	19.276.693,9	5,9	19.717.403,4	19.749.066,5	0,2
DMLP	3.652.594,4	3.476.740,1	-4,8	3.948.084,6	3.554.915,4	-10,0
VOTO 340/B. BRASIL	4.097.427,1	3.818.397,4	-6,8	4.407.845,9	3.876.892,4	-12,0
AV 030/B. BRASIL	7.861.474,7	7.606.482,1	-3,2	8.457.293,2	7.696.673,3	-9,0
ROLAGEM/C. UNIÃO	354.393.368,7	393.220.147,6	11,0	383.855.630,4	402.911.721,1	5,0
PNAFE/CEF/SEFAZ	3.277.077,0	2.567.368,7	-21,7	3.551.248,8	2.640.057,4	-25,7
DER/BIRD	4.570.665,3	1.933.789,1	-57,7	4.952.394,2	2.018.725,2	-59,2
CASAL/DMLP	3.588.392,1	3.415.628,9	-4,8	3.878.688,5	3.492.430,1	-10,0
CASAL/AV. 030	611.469,8	587.366,6	-3,9	657.812,9	594.166,5	-9,7
PRODETUR	1.252.115,9	1.196.141,9	-4,5	1.356.280,1	1.225.743,1	-9,6
PARC. INSS	21.749.147,8	42.189.201,2	94,0	23.547.020,7	43.169.988,1	83,3
PARC. FGTS	5.187.612,0	6.026.843,3	16,2	5.651.440,0	6.153.028,4	8,9
Rec.Federal Lei 10684/03	-	3.225.038,3	-	-	3.296.389,9	-
TOTAL	435.208.348,5	497.209.263,5	14,2	471.296.573,7	509.259.284,8	8,1

Fonte: SEFAZ/AL

OBS:(1) - Valores atualizados pelo IPCA do IBGE

O desembolso efetivo com o serviço da dívida, no exercício de 2008, somou R\$ 497,2 milhões, com um crescimento real de 8,1%. O comparativo Receita Líquida Real x Serviço da Dívida registrou uma participação de 15,8%. Como já citado em análises anteriores, existem vários contratos de dívida pública estadual que não se enquadram dentro do limite de (15%RLR), razão por que o comprometimento com este encargo sempre tende a ultrapassar o limite referido anteriormente. Dentre estes estão os contratos de refinanciamento de

débitos junto ao FGTS e INSS, que consumiram, em 2008, R\$ 48,2 milhões e chegaram ao final deste ano com um saldo devedor de R\$ 452,0 milhões.

Em 2008, o Governo Estadual continuou a manter o diálogo iniciado no ano anterior junto aos bancos Interamericano de Desenvolvimento (BID) e o Mundial (BIRD) e o BNDS, na tentativa de montar operações financeiras de reescalonamento do estoque da Dívida Pública Estadual, conforme já relatado no Relatório do exercício de 2007.

COMPARATIVO DA RECEITA LÍQUIDA REAL MENSAL X SERVIÇO DA DÍVIDA - Janeiro - Dezembro/2008

PERÍODO	RECEITA L. REAL	SERVIÇO DA DÍVIDA	PARTICIPAÇÃO (%)
Janeiro	261.677.754,2	30.568.863,1	11,7
Fevereiro	273.244.384,1	38.001.746,0	13,9
Março	234.832.573,5	41.820.450,4	17,8
Abril	263.531.045,6	43.055.832,6	16,3
Mai	266.845.071,0	38.057.103,5	14,3
Junho	242.785.439,2	45.401.631,2	18,7
Julho	237.629.122,8	37.114.590,2	15,6
Agosto	262.240.751,5	41.146.561,9	15,7
Setembro	236.477.076,3	44.428.707,7	18,8
Outubro	257.341.996,2	47.791.433,2	18,6
Novembro	298.559.837,2	41.356.876,5	13,9
Dezembro	319.313.130,3	48.465.467,3	15,2
T O T A L	3.154.478.181,8	497.209.263,5	15,8

Fonte: SEFAZ/AL

DÍVIDA CONTRATUAL DO ESTADO DE ALAGOAS (SALDO DEVEDOR) - POSIÇÃO EM: 31/12/2008

Especificação	ADM.DIRETA ESTADO	ADMINISTRAÇÃO INDIRETA			TOTAL
		CASAL	COHAB	IPASEAL	
DÍVIDA INTERNA	6.943.872.224,2	26.280.825,7	-	-	6.970.153.049,9
BANCO DO BRASIL S/A	6.136.096.347,0	-	-	-	6.136.096.347,0
GOV.EST.LEI 8727/93 - ROLAGEM	315.205.015,9	-	-	-	315.205.015,9
GOV.EST.LEI 8727/93-COHAB/CEF	122.029.861,3	-	-	-	122.029.861,3
GOV.EST.LEI 8727/93-IPASEAL/CEF	281.171.600,3	-	-	-	281.171.600,3
GOV.EST.LEI 9496/97 - DIV.MOB.	1.186.962.482,9	-	-	-	1.186.962.482,9
GOV.EST.LEI 9496/97 - LIQ.BEA	1.298.343.825,5	-	-	-	1.298.343.825,5
GOV.EST.LEI 9496/97 - ROLAGEM	2.894.654.031,4	-	-	-	2.894.654.031,4
GOV.EST.LEI 7976/89 - VOTO 340	3.264.990,9	-	-	-	3.264.990,9
GOV.EST.LEI 7976/89 - AVISO 30	8.376.707,8	651.544,9	-	-	9.028.252,6
DMLP	26.087.831,1	25.629.280,8	-	-	51.717.111,9
BANCO DO NORDESTE	6.067.098,6	-	-	-	6.067.098,6
PRODETUR - I	6.067.098,6	-	-	-	6.067.098,6
BNDES	61.000.000,0	-	-	-	61.000.000,0
PRIVATIZAÇÃO/CEAL	61.000.000,0	-	-	-	61.000.000,0
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	20.282.403,1	-	-	-	20.282.403,1
PNAFE/CEF/SEFAZ	20.282.403,1	-	-	-	20.282.403,1
OUTROS	618.360.694,4	-	-	-	618.360.694,4
GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ	132.856.804,2	-	-	-	132.856.804,2
FGTS	62.184.500,9	-	-	-	62.184.500,9
INSS	389.834.994,3	-	-	-	389.834.994,3
RECEITA FEDERAL-PAES - LEI 10.684/03	33.484.395,0	-	-	-	33.484.395,0
DÍVIDA EXTERNA	-	-	-	-	-
BIRD/DER	-	-	-	-	-
DÍVIDA MOBILIÁRIA	102.065.681,1	-	-	-	102.065.681,1
T O T A L	6.943.872.224,2	26.280.825,7	-	-	6.970.153.049,9

Fonte: SEFAZ/AL

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA X DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA - ESTADOS DO NORDESTE - 31/12/08 - R\$ 1000

ESTADOS	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL)	DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL)	(DCL/RCL)%
Maranhão	5.836.926	4.316.480	0,74
Piauí	3.831.028	2.308.190	0,60
Ceará	7.886.593	1.857.038	0,24
Rio Grande do Norte	4.516.137	879.003	0,19
Paraíba	4.391.207	2.115.180	0,48
Pernambuco	10.010.231	4.249.424	0,42
Alagoas	3.528.416	6.955.422	1,97
Sergipe	3.799.764	829.760	0,22
Bahia	14.237.786	10.238.352	0,72

Fonte: STN - Secretaria do Tesouro Nacional

No comparativo de comprometimento da receita corrente líquida com o montante da dívida consolidada, o Estado de Alagoas, dentre os Estados Nordestinos, continua detendo ainda o maior percentual de comprometimento. Muito embora esta

relação venha reduzindo-se de forma acentuada nos últimos exercícios, chegando a uma relação de 2,7 entre DCL/RCL em 12/2003, em 12/2008 esta relação foi de 1,97, segundo constata-se em relatório da Secretaria do Tesouro Nacional - STN.

RELAÇÃO RECEITA CORRENTE LÍQUIDA X DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA - ESTADOS DO NORDESTE - PERÍODO: 2003-2008						
ESTADOS	2 0 0 3	2 0 0 4	2 0 0 5	2 0 0 6	2 0 0 7	2 0 0 8
Maranhão	2,22	1,74	1,33	1,15	0,91	0,74
Piauí	1,52	1,42	1,09	0,75	0,78	0,60
Ceara	1,06	0,92	0,73	0,57	0,36	0,24
Rio Grande do Norte	0,53	0,38	0,32	0,31	0,23	0,19
Paraíba	1,17	1,08	0,89	0,76	0,62	0,48
Pernambuco	1,17	1,04	0,83	0,65	0,53	0,42
Alagoas	2,77	2,64	2,25	2,10	2,00	1,97
Sergipe	0,68	0,65	0,45	0,57	0,42	0,22
Bahia	1,63	1,42	1,17	1,02	0,82	0,72

Fonte: STN - Secretaria do Tesouro Nacional

*Especialista em Finanças Públicas

**Pós Graduado em Planejamento Governamental

Home Page: www.planejamento.al.gov.br

A Construção Civil no contexto sócio-econômico de Alagoas

No Brasil, o setor da construção civil corresponde a 28% do Produto Interno Bruto (PIB) e está representado por mais de 118 mil empresas, com quase quatro milhões de profissionais trabalhando em sua cadeia produtiva. Desse total, 31% estão registrados, mas 69% ainda atuam na informalidade. Em Alagoas o segmento representa aproximadamente 13,2% do PIB. De acordo com dados do Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil de Alagoas divulgados em 2007, só em Maceió há cerca de 12 mil trabalhadores nos canteiros de obras.

Seja por sua extensa cadeia produtiva, que envolve de fabricantes de simples tijolos a insumos com maior valor agregado, ou ainda por sua enorme capacidade geradora de empregos e, em consequência, de uma representativa massa salarial, o segmento da construção civil em Alagoas tem uma significativa presença no contexto sócio-econômico do Estado.

Após mais de uma década de iniciativas modernizadoras, o segmento mostra-se sintonizado com padrões de eficiência e competitividades, capaz, portanto, de responder a desafios e com potencial para colher os frutos decorrentes das novas políticas para o setor.

Em Alagoas, desde o início da década de 80, quando ocorreu o *boom* imobiliário, o mercado da construção

civil vive um período de transformação jamais presenciado em toda a história da construção e incorporação imobiliárias. E são vários os fatores que contribuíram para que isso ocorresse, entre eles a estabilidade econômica, a capitalização do segmento e uma reforma que resultou na modernização da gestão das empresas construtoras e incorporadoras.

Segundo o Sindicato da Indústria da Construção de Alagoas (Sinduscon-AL), 120 construtoras, a maioria de pequeno e médio porte, atuam no Estado e contribuem para tornar Alagoas um grande canteiro de obras.

No Projeto Alagoas Século XXI, editado pela Organização Arnon de Mello em 2007, o campo da construção civil e imobiliário é abordado através do Projeto Pólo Imobiliário. Coube ao economista Cícero Péricles fazer uma análise do segmento, apontando toda a evolução do setor.

Segundo o texto, ao longo das últimas quatro décadas, o mercado da construção civil cresceu e se afirmou como um dos elementos mais importantes da economia local. Em Alagoas, de acordo com dados do Cadastro Geral de Empresas de 2005, levantados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), apenas três dos segmentos voltados às atividades imobiliárias concentravam 1.429 empresas que empregam 15,5 mil pessoas.

“O setor da construção civil tem importância econômica pela capacidade de absorver mão-de-obra pouco qualificada, de reagir rapidamente, retomando o ciclo econômico, e de influenciar a dinâmica de outros setores, como a indústria, o comércio e os serviços voltados aos seus empreendimentos”. (Cícero Péricles – Maceió Século XXI/2007)

ALAGOAS:
Empresas, pessoal e renda (1.000 reais)

	NÚMERO DE EMPRESAS	PESSOAL OCUPADO	SALÁRIOS E OUTRAS REMUNERAÇÕES
CONSTRUÇÃO	584	9.002	56.451
ATIVIDADES IMOBILIÁRIAS	835	4.401	15.081
ELETRICIDADE, GÁS E ÁGUA	10	1.971	47.324

Fonte: IBGE (2006)

Para o presidente do Sinduscon-AL, Marcos Holanda, com tantos empreendimentos e projetos de construção, além de outros já em andamento, a expectativa é que mais de 10 mil empregos diretos e indiretos sejam gerados no setor da construção civil nos próximos dois anos. Segundo ele, a verticalização de habitações na região do Tabuleiro do Martins e no Litoral Norte do Estado deve incrementar a expansão imobiliária em Maceió e, conseqüentemente, o segmento da construção em Alagoas.

Segundo dados apresentados pelo presidente do Sinduscon-AL, em relação

a 2007 o mercado da construção encerrou 2008 com um crescimento de 20% e a expectativa para 2009 é de um crescimento vertiginoso de 40%. “Dos Estados da Região Nordeste, Alagoas foi o último a entrar no ritmo de crescimento do mercado imobiliário e da construção civil”, destacou Holanda.

A publicação Conjuntura da Construção (outubro/2008) traz os últimos indicadores do setor no que se refere a materiais de construção, custo da construção, investimentos em habitação e empregos. No item Emprego da Construção por Estados, os números mostram que Alagoas manteve a média de 2004 a 2008.

Emprego da Construção por Estados

Região Nordeste

Maranhão	Piauí	Ceará	Rio Grande do Norte	Paraíba	Pernambuco	Alagoas	Sergipe	Bahia
17.810	16.818	34.237	22.652	14.961	52.637	11.473	18.231	81.214
17.997	16.500	34.574	22.833	15.417	53.562	12.100	18.780	82.134
18.385	16.559	34.542	22.763		53.586	12.307	18.640	81.518
18.676	16.306	35.026	22.594	15.255	53.315	12.291	19.019	81.878
18.301	15.628	34.396	21.686	14.682	52.424	11.737	18.721	80.808
18.233	15.727	34.460	21.700	14.930	52.965	11.753	18.985	82.575
18.184	15.447	34.835	21.593	15.152	53.131	12.042	19.338	82.021
18.241	15.532	34.776	22.160	14.868	53.614	11.950	19.521	83.527
18.231	15.797	34.396	22.549	14.896	53.897	12.142	19.449	84.713
18.516	15.904	34.645	23.128	14.904	53.855	12.429	19.175	85.398
18.963	16.349	35.175	23.508	14.755	53.424	13.006	19.207	86.284
18.921	16.244	35.375	23.163	14.948	53.781	13.101	19.370	88.939
19.245	16.320	35.455	23.270	15.029	54.058	13.318	19.419	91.180
19.324	16.107	35.786	24.157	15.007	55.324	13.539	19.554	92.686
19.813	16.279	36.112	24.662	15.208	55.689	14.083	19.626	92.473
19.872	16.165	36.034	24.740	15.152	55.662	13.554	19.788	92.686
19.625	15.859	35.490	24.171	14.975	55.285	12.991	19.549	91.353
19.525	15.439	35.693	24.330	15.040	55.905	13.182	19.902	93.029
19.482	15.459	36.931	24.715	15.449	56.539	13.485	20.808	93.376
19.353	16.008	37.092	25.219	15.482	56.653	13.377	21.147	93.661
19.542	16.021	37.326	25.896	15.850	56.996	13.555	21.621	93.001
19.788	16.710	37.948	26.460	16.193	56.949	13.085	21.489	93.554
20.250	17.752	38.902	27.255	16.519	56.607	12.779	21.556	93.642
20.697	18.458	40.141	27.613	16.992	57.438	12.697	21.365	94.222
21.489	18.509	41.391	28.225	17.068	57.506	12.567	21.286	94.831
21.866	18.130	42.287	29.509	17.655	57.895	12.603	21.113	95.522
22.789	17.724	41.718	29.650	17.896	58.576	12.676	20.694	92.094
23.145	17.115	40.901	29.560	17.547	58.304	12.545	20.309	91.052
22.684	15.946	39.852	28.768	16.774	56.660	12.183	19.787	88.982
22.549	16.056	38.878	28.774	17.157	56.894	12.176	19.707	89.777
22.854	15.743	39.204	28.676	17.793	57.069	12.247	20.031	90.527
22.657	15.608	39.239	28.735	18.072	57.118	12.584	20.118	91.547
22.634	15.516	39.853	29.121	18.655	57.467	12.657	20.794	93.639
22.763	15.486	40.292	29.375	18.475	57.990	12.117	20.717	94.824
23.291	15.084	41.413	29.300	17.884	57.626	11.967	20.745	95.757
23.339	15.098	42.340	29.774	17.884	57.289	11.809	20.756	97.288
24.070	15.219	42.785	29.416	17.904	58.110	11.875	20.693	99.509
25.249	15.917	43.247	29.495	18.421	59.621	12.093	21.204	101.120
25.787	16.475	44.059	29.206	18.957	60.921	12.229	21.391	101.917
26.164	16.390	44.504	29.093	18.879	62.768	12.145	21.622	101.845
26.104	15.915	43.580	28.577	18.449	62.956	12.006	21.460	100.196
26.222	16.337	43.801	29.171	18.462	64.874	12.142	21.379	101.902
26.199	16.423	44.860	29.640	18.696	66.475	12.722	21.581	103.738
26.385	16.354	45.329	30.525	18.679	67.729	12.954	21.546	107.415
26.945	16.595	45.097	30.687	18.557	66.029	13.174	21.923	109.872
27.799	16.934	45.652	31.530	18.384	66.199	12.985	21.921	113.370
28.554	17.972	48.193	32.696	18.581	67.762	12.895	21.865	113.175
30.534	18.909	49.911	34.236	19.230	69.003	12.836	22.163	112.336

O cenário com a crise financeira

A crise econômica que atingiu as grandes potências no último trimestre de 2008 provocou a desaceleração de crescimento no mercado da construção civil em vários Estados brasileiros. Se para mercados como São Paulo o ano de 2009 deve representar um crescimento de no máximo 4,7%, em comparação com os 10% de 2008, Alagoas mantém as estimativas anteriores à crise financeira e sustenta expansão de mais de 10% para os próximos 12 meses. É o que garante empresários do setor, mas eles reconhecem que o momento é de rever estratégias empresariais.

O motivo para tanto otimismo é explicado pelo fato de Alagoas ter um mercado diferenciado dos grandes centros. A maior parte das empresas de construção civil atuantes no setor local não está vinculada às ações da bolsa ou ao mercado internacional.

Para o presidente do Sinduscon-AL, Marcos Holanda, o segmento continua com o número de postos de trabalho previstos para este ano. “O crescimento está muito ligado aos postos de trabalho. Talvez haja uma especulação sobre retração, porque houve uma diminuição de oferta de vagas nos últimos dois meses. Mas é normal para a época do ano. A realidade é que o mercado ainda é deficiente em mão de obra qualificada e oferece um número significativo na oferta de vagas de trabalho.

Para a economista Luciana Caetano, diante do cenário ainda vigente de déficit habitacional de Alagoas, aliado ao programa de financiamento aberto pelo Governo Federal, o cenário continua promissor no Estado. “O crescimento do mercado continuará bom, principalmente com as linhas de crédito que se renovam e com os planos de aquisição de imóveis lançados pelos bancos oficiais, que já

vêm redução de taxas de juros, sobretudo para as camadas com ganho de até três salários mínimos”.

Se o setor da construção civil continuar em alta em Alagoas, a promessa de manter os postos de trabalho na área também se manterá. Logo, haverá mais recolhimento de Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), o que deve aumentar o financiamento de aquisição de imóveis.

De acordo com números repassados pela Superintendência da Caixa Econômica Federal em Alagoas, estão previstas aberturas de linhas de crédito de cerca de R\$ 25 bilhões, um aumento de 20% frente aos R\$ 22 bilhões que a entidade financeira fechou em 2008.

Em 2008 a Caixa financiou, até o mês de novembro, mais de 3.500 contratos de aquisição de imóveis no Estado. Num investimento de aproximadamente R\$ 148 milhões, beneficiando cerca de 3.800 famílias. O mês de novembro foi o melhor período de aplicações de recursos em habitação em Alagoas. Por isso, o setor de imóveis não tem sofrido influência da crise.

Uma das garantias de sustentação do segmento de obras públicas no Estado ao longo deste ano de 2009, o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) também não sofreram impacto com a crise. O Secretário de Infra-estrutura, Marcos Fireman afirmou que os investimentos do PAC em Alagoas, no campo da construção civil, giram em torno de R\$ 2,15 bilhões, sendo previstas neste pacote, até 2010, obras como conclusão de etapas do Canal do Sertão, no Vale do Reginaldo, na Favela Sururu de Capote e no esgotamento sanitário da baixa Maceió.

As obras da duplicação da rodovia AL-101 Sul, previstas para iniciarem este mês de janeiro (2009), é uma das mais

importantes para a infra-estrutura turística e imobiliária de Alagoas. Orçada em R\$ 138 milhões, já conta com R\$ 60 milhões assegurados, recursos oriundos do Ministério do Turismo, emendas de bancada e contrapartida do Estado.

A obra vai começar no trecho entre a Barra de São Miguel e o Francês, onde o processo de desapropriações está mais avançado. No entanto, outra frente de trabalho será iniciada ainda esse ano, com a duplicação das duas primeiras pontes dentre as quatro incluídas no projeto (Divaldo Suruagy, Engenheiro Celso Araújo, Maceiozinho e Rio Niquim).

A duplicação vai permitir maior valorização de imóveis e terrenos na região, o que atrairá mais investidores estrangeiros e de outras regiões do País. Nos últimos anos um grande *boom* de condomínios e resorts está sendo percebido também no Litoral Norte. De acordo com dados da Associação para o Desenvolvimento Imobiliário e Turístico do Nordeste (Adit), cerca de 21 empresas alagoanas já contabilizaram R\$ 11 milhões de imóveis vendidos para estrangeiros, na maioria investidores da Itália, Portugal e Espanha.

Em dezembro de 2008, o Governo do Estado e a Adit Nordeste assinaram um contrato para a realização do Zoneamento Econômico/Ambiental/Imobiliário e Turístico do litoral alagoano. O projeto tem o objetivo de apontar as áreas que podem ser construídas empreendimentos, bem como em quais condições e índices. O projeto dará segurança jurídica e protegerá o litoral contra as obras de baixa qualidade e sem nenhuma sustentabilidade ambiental.

Inovação energética

A modernização do segmento da construção civil não está inserida apenas na maneira de construir, mas também no que é oferecido ao cliente. Os moradores de prédios entregues recentemente pelas principais construtoras do Estado já contam com um benefício antes considerado difícil e caro: a utilização do gás natural. Uma das principais aplicabilidades é o aquecimento da água da residência.

Desde 2001, cerca de 30 mil unidades residenciais foram contratadas, ultrapassando a meta estipulada, que era de 28 mil. Estima-se que até 2010 o número chegue a 50 mil unidades.

A iniciativa privada veio somar forças ao mercado da construção civil em Alagoas. Além de agregar praticidade, conforto e economia para os clientes residenciais. A universalização do uso do gás natural no Estado tem papel importante na economia de energia elétrica em Alagoas.

A importância dos insumos

Uma sondagem realizada em agosto de 2008 juntos aos Sinduscons de todo o país mostra que os níveis de otimismo alcançados no levantamento anterior sofreram certa acomodação, uma reação em dada medida esperada após os recordes históricos. O comportamento dos preços dos materiais de construção, dentro e fora da cadeia, continua sendo a principal fonte de inquietação para os empresários.

Segundo a Associação Brasileira da Indústria de Materiais de Construção (Abramat), a partir deste ano deve haver uma desaceleração no consumo e a expectativa de crescimento do setor foi cortada praticamente à metade. Antes a Associação estava trabalhando com uma previsão de 12% para 2009 e foi reduzido para uma margem de 6% a 8%.

Levantamento feito pela Abramat indicou uma queda acentuada nas expectativas do setor em relação a ações do governo para o desenvolvimento do País. Em Alagoas, o Sindicato da Indústria da Construção reconhece que o alto preço de alguns insumos tem provocado a escassez de determinados produtos. Segundo Marcos Holanda, presidente do Sinduscon-AL, os produtos que mais chamam atenção é o cimento e o aço. “Só para se ter uma idéia, o preço do aço subiu 69% de janeiro até setembro de 2008. O reflexo disso é um encarecimento de 10% a 12% do valor final da obra”.

O Custo Unitário Básico (CUB) da construção civil em Alagoas é apurado por pesquisa direta de preços entre as construtoras e lojas de materiais de construção que atuam no Estado, sendo divulgado pelo Sinduscon-AL. Os itens que compõem o CUB (materiais e mão-de-obra) constituem-se em parâmetros que levam ao cálculo do metro quadrado de construção de obras de edificações. Os pesos desses itens constam da NBR 12.721:2006 da ABNT. A evolução do CUB tem sido utilizada também como indicador da evolução do custo da construção. Como indicador de inflação setorial, destaca-se que o CUB pode

apresentar distorções de curto prazo na sua evolução com relação aos indicadores gerais da inflação (IGP, IPCA, etc.), uma vez que alguns insumos que o compõem são altamente sazonais. No entanto, a longo prazo, as comparações são perfeitamente possíveis. O Custo Unitário Básico da Construção Civil em Alagoas (Residencial) no mês de novembro/08 foi de **R\$ 698,58** p/ m², para um apartamento padrão R8 N. A variação registrada em relação ao mês de OUTUBRO/08 foi de **-1,68 %**. O quadro divulgado pelo Sinduscon-AL apresenta as principais variações ocorridas no mês durante todo o ano de 2008.

A queda nos preços internacionais de algumas *commodities*, como aço, alumínio e petróleo, repercutiram nos valores de insumos com peso elevado no cálculo do CUB como: aço, janela de alumínio e emulsão asfáltica.

Outros preços sofreram elevação, mas foram amplamente compensados pela desvalorização dos insumos acima descritos.

Com isso a variação de menos 1,68% em relação ao mês de outubro/08 pode ser considerada como resultante de elementos conjunturais ligadas a atual crise financeira internacional.

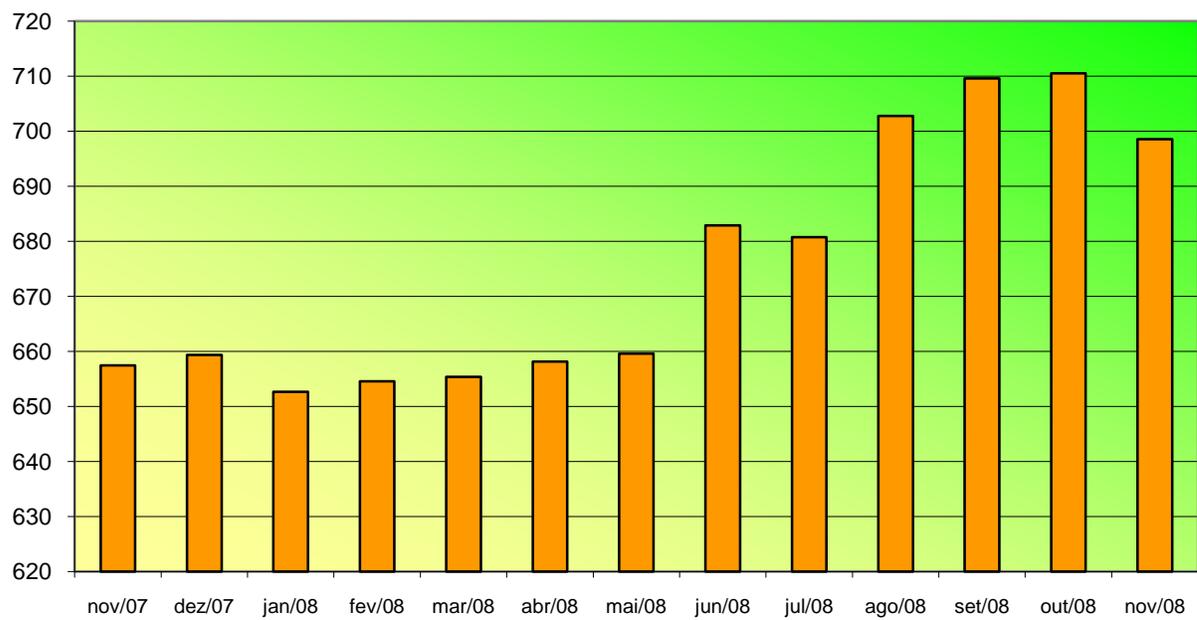
CUB-Habitacional/AL - Padrão H8-3N-

ÍTEM	NOVE. 08		MESES - BASE			VARIAÇÕES %		
	R\$	Partic. %	OUT/08	JAN/08	OUT/07	No mês	No ano	12 meses
CUB / m2	698,58	100	710,55	652,68	655,96	-1,68	7,03	6,50
Materiais	401,75	57,51	413,72	375,60	375,27	-2,89	6,96	7,06
Mão-de-Obra	270,80	38,77	270,80	254,65	254,65	-	6,34	6,34
Desp. Administrativa	19,52	2,79	19,52	15,92	19,52	-	22,6	-
Equipamentos	6,51	0,93	6,51	6,51	6,51	-	-	-

Fonte: Banco de Dados/CEE/Sinduscon-AL

Evolução do CUB – AL

(período: NOV/07 a NOV/08) - Padrão R 8 N



FONTE: Sindicato da Indústria da Construção de Alagoas (Sinduscon-AI)

Energia Vitoriosa

Ao definir que “cabe aos Estados explorar diretamente, ou mediante concessão, os serviços locais de gás canalizado, na forma da lei”, a Constituição Federal de 1998 deu suporte para a criação da Algás (Gás de Alagoas S.A.).

Em 1992, a Lei Estadual nº 5.408 autorizou a implantação da empresa que, depois de um ano, surgiu como a primeira Parceria Público-Privada (PPP) de Alagoas. Sua composição acionária é formada pelo Estado de Alagoas (51% das ações ordinárias da empresa), a Gaspetro – empresa subsidiária da Petrobrás e a Mitsui Gás e Energia do Brasil (ambas com 24,5% de participação).

Quando a Algás entrou em operação, em 1994, só fornecia gás natural para cinco indústrias (entre as quais estava a Braskem, antiga Salgema, primeira indústria de Alagoas a consumir gás natural e maior cliente da empresa até hoje).

No seu segundo ano de funcionamento, a Algás foi pioneira no Brasil a assumir seu sistema de distribuição, operado até então pela Petrobras.

Em 1998, a Algás entrou no mercado de gás natural veicular: foi inaugurado o posto Leste Oeste, da BR, em Maceió. Em 2004, foi a vez de inaugurar o primeiro posto de gás natural comprimido (GNC) em escala comercial no Brasil, no município de Arapiraca.

Em 10 anos atuando no segmento veicular, a concessionária alagoana continua crescendo. Atualmente, 36 postos oferecem o GNV à grande parte do

Estado, dos quais 24 estão localizados em Maceió e 12 distribuídos pelos municípios de Penedo (1), São Miguel (2), Rio Largo (1), Palmeira dos Índios (1), Atalaia (2), Chã do Pilar (1), Maragogi (1), União dos Palmares (1) e Arapiraca (2).

Após 15 anos, além de outras indústrias, cerca de 300 estabelecimentos, entre restaurantes, bares, hotéis, academias e padarias, já se tornaram adeptos ao uso do gás natural.

O governador de Alagoas, Teotônio Vilela Filho, destaca a importância da Algás para o Estado. “A Algás é um orgulho para o nosso governo e para os alagoanos, pelos resultados positivos que nos confere destaque nacional como concessionária de gás natural. Isso nos enche de satisfação e expectativa sobre o avanço da empresa em nosso Estado, gerando tecnologia, avanço econômico, postos de trabalho e renda nos motivando, ainda mais, a trabalhar pelo fortalecimento e consolidação das ações desenvolvidas por esta empresa”.

Para o Presidente da Federação das Indústrias do Estado de Alagoas, José Carlos Lyra de Andrade, “o gás natural é, sem dúvida, uma das vantagens que temos para oferecer às indústrias que desejam se instalar em Alagoas e também uma forma de estimular a competitividade das empresas que aqui já estão”.

Fora do eixo Rio-São Paulo, a Algás também foi precursora no fornecimento de gás canalizado para residências, em 2001. Em sete anos, a Algás já conta com mais de 28 mil unidades residenciais contratadas. Em

2008, a Algás tem “uma das taxas de crescimento mais expressivas do Brasil neste segmento”, segundo o presidente da distribuidora alagoana, Gerson Fonseca.

De acordo com Gerson Fonseca, o sucesso da adesão residencial também é fruto do trabalho feito pela empresa desde que intensificou o relacionamento com a cadeia da construção civil, em 2003. A partir daí, os prédios de Maceió que estão nas imediações da rede de distribuição da Algás já são construídos com o arcabouço de instalação interna do gás natural.

“O nosso diferencial está em trabalhar desde a concepção do projeto. Buscamos estratégias de intimidade com as cadeias e, na construção civil, nós atuamos junto aos arquitetos, engenheiros e as próprias construtoras. Os prédios já nascem com a solução para o gás natural”, disse.

Em 2005, o desenvolvimento e o pioneirismo da Algás decidiram criar asas: assim, o Aeroporto Zumbi dos Palmares se tornou o primeiro do Brasil a dispor de um sistema de co-geração de energia e climatização a partir do gás natural, parceria imprescindível com a BR Distribuidora e INFRAERO.

Sabendo de seu papel no desenvolvimento de Alagoas, a Algás investiu em qualidade e responsabilidade social e, em 2003, além de redefinir seu Propósito e Princípios de Gestão, lançou seu Selo de Qualidade do Gás Natural, em parceria com o Senai e o Sebrae.

Este selo, primeiro do país a incentivar o desenvolvimento da cadeia produtiva do gás natural, nasceu com o objetivo principal de estimular as empresas a melhorar a qualidade de produtos e serviços.

"Com o fornecimento de gás natural comprimido para um número crescente de municípios do interior, alcançamos a marca de cobertura de 70%

da área territorial de Alagoas", explica Gerson Fonseca. "E, em breve, Alagoas estará totalmente integrada em rotas que permitam cruzar todo o estado utilizando o gás natural como combustível. Esta base de GNC só antecipa esse futuro".

Dois anos depois, Algás se tornou destaque em responsabilidade social corporativa ao criar seu selo social, intitulado “Adotei o natural, abracei o social”.

Com esta ação, a Algás associou definitivamente o gás natural à cidadania corporativa e à responsabilidade social da empresa e de seus clientes, apoiando projetos nas áreas da educação, da saúde, da cultura e de esportes de várias entidades sociais, como o Ponto de Cultura Ideário, a AAPE, a Creche Escola Estrela de Jesus, o Comitê para Democratização da Informática (CDI), e o Projeto Palco Aberto.

“Com a contribuição da Algás, ampliamos o número de crianças atendidas, resgatamos a auto-estima do grupo e deixamos de ser dependentes da caridade”, ressalta Selene Andrade de Almeida, coordenadora da Creche Escola Estrela de Jesus, que alfabetiza cerca de 70 crianças de 4 a 7 anos, em Ipioca.

Para interiorizar o gás natural, em 2007, a Algás inaugurou sua Base de Compressão de Gás Natural, em Rio Largo. Essa base que permitia o transporte para cidades que não têm gasodutos convencionais.

Em relação às redes de distribuição, em 2008 a Algás expandiu mais ainda sua rede com tubulação de Polietileno de Alta Densidade (PEAD), que agora atinge 100 quilômetros de rede urbana, em um total 220 km. O crescimento reflete a expansão das áreas atendidas pela Algás em Maceió.

Essa rede, além de atingir bairros onde antes o gás natural não chegava, como na Serraria, permite também o

aumento da disponibilidade nos bairros já atendidos pela distribuidora, como a Ponta Verde, Pajuçara, Jatiúca, Farol, Gruta, Tabuleiro e Cruz das Almas.

Por oferecer todas as vantagens do gás natural, a Algás vem crescendo em todos os segmentos que atua – veicular, residencial, comercial e industrial. Em 2008 é reconhecida por empresários, administradores, clientes e diversos profissionais do setor de gás e energia Brasil afora.

“Viemos aprender com a Algás”, diz Sônia Haas, gerente de comunicação da Bahiagás em visita à distribuidora alagoana. Já a gerente financeira da MSGás, Lúcia Bittencourt, ressalta que sua empresa “decidiu vir até a Algás para aprender com o *know-how* que a empresa adquiriu ao longo de seu trabalho no mercado, especialmente no segmento residencial”.

E para o empresário Carlos Gatto, proprietário de hotéis e postos de

combustíveis, a gestão da Algás é um dos principais quesitos do sucesso da empresa. “A Algás possui uma governança corporativa espetacular, extremamente eficiente. Como concessionária, ela é única em Alagoas e tudo isso se reflete no relacionamento com seus clientes, com o mercado e sua ampla expansão nos últimos anos”.

Gerson Fonseca comenta os resultados da Algás. “Quando você analisa o tamanho do mercado de Maceió, os números da Algás são realmente significativos. Nossa meta é sempre crescer”, enfatiza o presidente da distribuidora.

Por tudo isso, nesses 15 anos de vida, a Algás mudou a visão dos alagoanos – e brasileiros – em relação ao gás natural e se tornou referência entre as distribuidoras desse tipo de combustível do país.

FONTE: Algás (Gás de Alagoas S. A.)

Sustentabilidade Energética

Em tempos de gás racionado e consumo crescente de energia, as hidrelétricas voltam à pauta do dia nas discussões sobre as alternativas energéticas brasileiras. Embora a geração de energia a partir da cana-de-açúcar tenha ultrapassado a hídrica em 2007, esta desponta como uma opção interessante, sob novo formato: o das Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs).

As PCHs são o contraponto às grandes hidrelétricas, como as de Tucuruí, no Rio Tocantins, Pará, que ganharam o papel de vilãs energéticas pelo impacto ambiental e social que causaram na região – segunda maior do país, Tucuruí afetou comunidades indígenas e gerou problemas sociais na região, aonde chegou a ser chamada de “usina de insetos”, pelas conseqüências desastrosas do alagamento de grande área ainda com cobertura vegetal, onde houve proliferação de todo tipo de insetos, inclusive os que transmitem malária e outras doenças.

Há fortes reações as propostas de grandes hidrelétricas, principalmente na Região Amazônica, que tem maior potencial para geração hídrica de energia. A advogada Maria Alice Doria, especialista em Direito Ambiental, Energia e Infra-Estrutura, e sócia do Doria, Jacobina, Rosado e Gondinho Advogados, observa que as usinas hidrelétricas são uma boa alternativa de energia limpa. “Mas o impacto que a implantação de grandes usinas causa ao meio ambiente é muito maior que o de uma usina térmica ou nuclear”, salienta. “Por outro lado, essas duas últimas causam poluição ambiental e, em caso de um acidente, podem ter conseqüências trágicas tanto para o meio ambiente como para as pessoas.”

Além dos efeitos na fauna e na flora, ela destaca o impacto social, uma vez que dependendo do porte da usina, grandes áreas precisam ser desocupadas, com desapropriação de terras e remanejamento da população para outras regiões. Mas ressalva que alternativas tecnológicas têm sido desenvolvidas visando mitigar tais impactos. “Um exemplo disso são as Usinas do Rio Madeira-Jirau e Santo Antônio, que a partir de 2013 gerarão de até 6.450MW de energia elétrica. Elas serão construídas utilizando novas tecnologias de forma a reduzir os impactos ambientais e sociais”, explica. “Isso não quer dizer que não causarão algum impacto”, pondera.

RESSURGIMENTO

Ganham espaço e maior simpatia de ambientalistas e indústrias as PCHs, que estão espalhadas pelo país – há cerca de 50 unidades, com capacidade de gerar de 0,7 MW a 30MW (menos de 4% de capacidade de Tucuruí, que é de 7.960MW) e outras 50 desativadas, uma vez que as primeiras PCHs brasileiras datam de 1883 e seu crescimento cessou só nos anos de 1950.

Há novas PCHs em construção e antigas sendo reaproveitadas, com a incorporação de equipamentos de última geração. O impacto ambiental de PCH é bastante reduzido, já que as usinas aproveitam a água do curso natural dos rios, sem a necessidade de inundação.

Parte das mais novas PCHs integra os ativos da Petrobras, que incorporou da subsidiária BR Distribuidora 15 unidades, construídas em parceria com a iniciativa privada. Três estão em funcionamento e outras 12 serão inauguradas até o fim deste ano, totalizando investimentos da ordem de

R\$ 1,32 bilhão para gerar 316 MW de energia.

Sétima maior geradora de energia elétrica do país em capacidade instalada, com 5,4 mil MW em usinas a gás natural, óleo diesel, óleo combustível e PCHs, a Petrobras pretende ampliar sua capacidade instalada, para chegar a 7,1 mil MW até 2010.

Entre as novas unidades em construção pela estatal estão duas usinas termelétricas que irão funcionar com cogeração de energia, processo no qual, além de energia, produz vapor para uso industrial. Outras duas usinas, a Barbosa Lima Sobrinho, Rio de Janeiro, e a Termo Ceará, Ceará, estão sendo convertidas para operar com dois combustíveis: gás natural e óleo combustível. A Sepé Tiaraju, Rio Grande do Sul, já opera com gás natural e diesel.

PROJETO

Ainda assim as grandes hidrelétricas não estão fora de cogitação. A Eletrobrás está apresentando ao Ministério de Minas e Energia um projeto que prevê a construção de cinco usinas, com capacidade total de 10 mil MW nominais, no Rio Tapajós. De acordo com o presidente da Empresa de Pesquisa Energética (EPE), Maurício Tolmasquim, o já chamado Complexo Tapajós, que demandará R\$ 31 bilhões em investimentos, deverá ser leiloado em três anos. Estas hidrelétricas não terão reservatórios, ou seja, serão a fio d'água, de forma a evitar alagamentos e remanejamento de populações, inclusive indígenas.

A advogada Maria Alice Doria informa que há cerca de 26.000MW de usinas hidrelétricas em fase de estudos de viabilidade técnica, econômica e ambiental no Ministério de Minas e Energia. “Todavia, o Brasil não pode se tornar ainda mais dependente da energia hídrica, deixando de desenvolver setores

promissores como a geração de eletricidade a partir das fontes eólica, biomassa e solar. O país vem enviando esforços para desenvolver tais setores, apesar das dificuldades em viabilizar economicamente as tecnologias para utilização destas fontes.”

Doria acentua que o etanol representa um grande avanço e uma excelente alternativa na substituição dos combustíveis fósseis, com enormes vantagens para o meio ambiente, sendo o caso brasileiro modelo de sucesso. “Aproximadamente 90% dos automóveis vendidos no país, em 2007, utilizam tecnologia *flex fuel*, permitindo o uso de qualquer combinação de álcool combustível e gasolina. Estimativas apontam que, nos próximos cinco anos, a frota brasileira será composta em sua maioria por veículos abastecidos por etanol”, contabiliza a advogada. A projeção da EPE é que o etanol representará, em 2017, cerca de 80% do volume total de combustíveis líquidos consumidos nos veículos leves que não usam diesel.

BIOCOMBUSTÍVEIS

O setor privado também é favorável às PCHs e ao biocombustível. Miguel Prado Jr., diretor de Desenvolvimento e Aquisições da Hilub, empresa especializada em gestão de lubrificação, acredita que as PCHs são excelentes alternativas. “Podem ser instaladas de forma rápida e eficiente para promover a expansão da energia elétrica, possibilitando melhor atendimento às necessidades de carga de pequenos centros urbanos e regiões rurais, complementando o fornecimento realizado pelo sistema interligado.”

Prado Jr. se revela entusiasta dos biocombustíveis. “Para o Brasil, é uma alternativa sem precedentes, pois o país tem condição de liderar a produção mundial de biocombustíveis, ajudando a promover a substituição de até 60% da demanda

mundial atual do óleo diesel mineral, segundo estudo feito pela National Biodiesel Board (NBB).”

Contudo, ele faz uma ressalva: “O meio político, as diversidades sociais, econômicas e ambientais geram distintas motivações regionais para a produção. A indústria não pode correr o risco de iniciar processos que se utilizem deste tipo de energia, sem antes ter a segurança de que este recurso não faltará quando o consumo aumentar. A cadeia de produção deve ser sólida e bem elaborada até a chegada da energia ao consumidor final.”

Afinal, qual a melhor opção da indústria, para manter sua competitividade? “O uso da energia está determinado

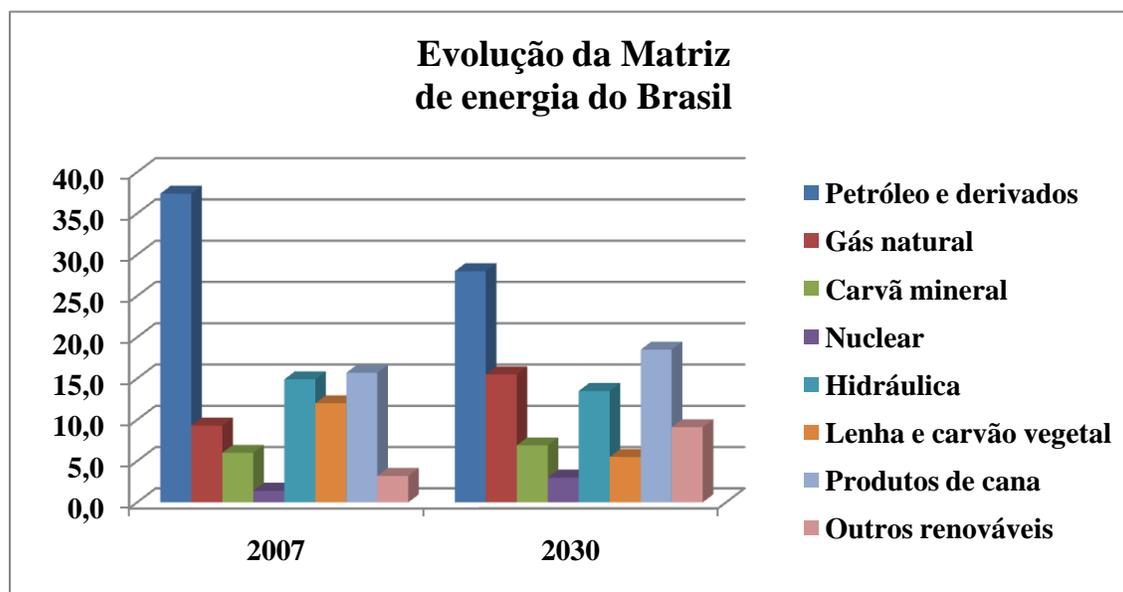
basicamente pelo custo e disponibilidade. Quanto custa é sempre a primeira pergunta. A segunda é para quê será utilizada. Em termos gerais, os derivados de petróleo e a eletricidade por geração hídrica são predominantes, seguidos pelo consumo de biomassa, lenha/carvão vegetal e gás natural”, observa o executivo. “Com o risco de apagão eminente para os próximos anos, a melhor opção é está sempre calcado em duas fontes diferentes e de custos e disponibilidade mais baixos. Novas opções podem surgir num momento de crise, como a última, onde não faltaram empresas vendendo geradores”, conclui, com ironia, o diretor da Hilub. (BC).

FONTE: Conjuntura Econômica FGV – Outubro de 2008. Vol. 62 nº 10, Pag. 33-35

Questão Nuclear

Sob o signo da sustentabilidade, em meio às discussões sobre as mudanças climáticas, decorrentes principalmente da emissão de gases que provocam efeito estufa, a energia nuclear ressurge como a

grande alternativa energética frente aos combustíveis fósseis, ainda que paire sobre a sociedade o temor do impacto mortal de um possível acidente nas instalações nucleares.

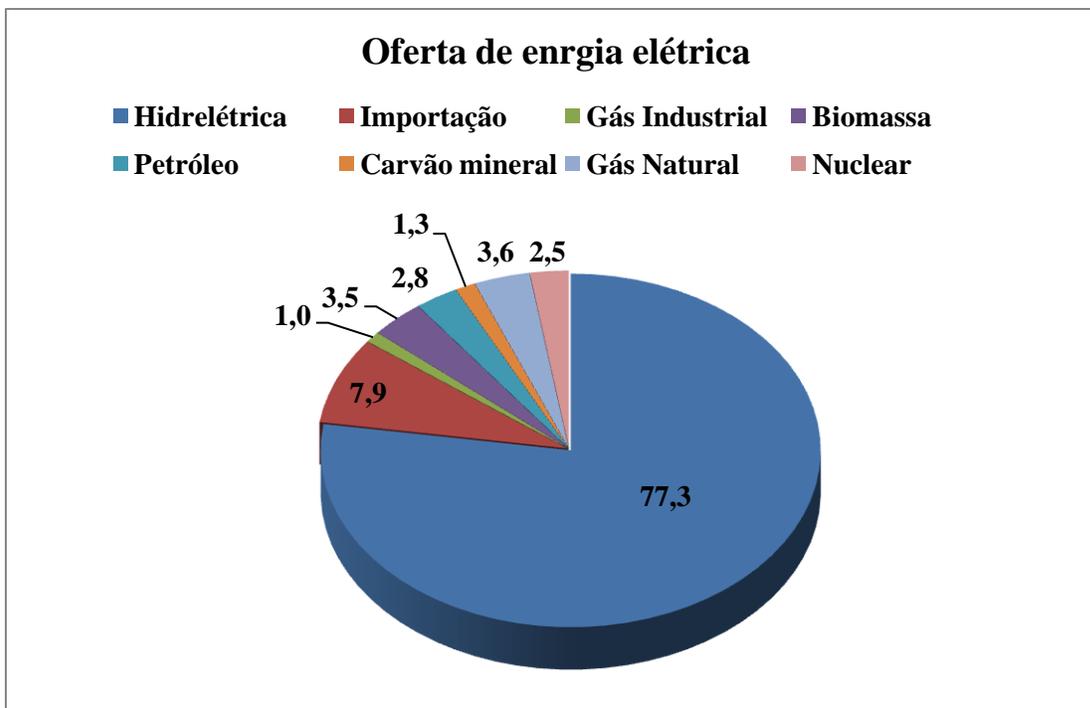


FONTE: MME/BEN 2008 e PNE 2030

É neste cenário que o Brasil retoma o seu programa nuclear, que deu os primeiros passos há quase 40 anos, durante o regime militar. Depois de determinar, em 2007, o reinício das obras de Angra 3, em Angra dos Reis (RJ), congelados por duas décadas, o governo anunciou recentemente que deverá ampliar ainda mais o parque de usinas nucleares do país.

O estudo indicativo sobre o planejamento da oferta e demanda do setor

elétrico até 2030, o Plano Nacional de Energia 2030 (PNE), elaborado pela Empresa de Pesquisa Energética (EPE), a pedido do Ministério de Minas e Energia (MME), sinaliza que o país poderia abrigar mais quatro a oito usinas nucleares, além de Angra 1, 2 e 3. No entanto, já se falou na construção de 50 a 60 usinas – cada uma com capacidade de geração de mil megawatts – no próximo meio século. Praticamente uma usina nuclear por ano.



FONTES: MME/BEN 2008

Dados preliminares do Balanço Energético Nacional (BEM/2008) calculam que 1,4% do total de energia gerado no país são provenientes das usinas nucleares, que já responderiam por 2,6% da oferta interna de energia elétrica. Já o Power Reactor Information System (PRIS), da Internacional Atomic Energy Agency (IAEA), avalia que a energia nuclear corresponde a 3,3% do consumo do país (PRIS, 2007). E o Brasil, assim como as demais nações do mundo, continua precisando de mais e mais energia para crescer.

RESERVAS

O que não falta é “combustível” para a discussão em torno da retomada e expansão do programa nuclear brasileiro. A começar pelo próprio urânio, principal combustível das usinas brasileiras. O Brasil é detentor da sexta maior reserva do mundo, estimada em mais de 309 mil toneladas, segundo Indústrias Nucleares do Brasil

(INB), empresa de economia mista, vinculada à Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN) e subordinada ao Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT).

Responsável pela exploração do urânio no país, bem como a fabricação de combustível nuclear para as usinas de Angra, a INB foi criada em 1988, sucedendo a Nuclebrás. Em 1994, tornou-se uma única empresa ao incorporar as antigas controladas – Nuclebrás Enriquecimento Isotópico S.A., a Urânio do Brasil S.A. e a Nuclemon Mínero-Química Ltda.

Mesmo com a ampliação do parque brasileiro (de 3,5 a 7 GW instalados), as reservas durariam de 45 a 90 anos, a um custo de extração menor que 40 US\$/KgU, e 120 a 240 anos considerando as reservas disponíveis, amens de 80 US\$/KgU, e de 200 a 400 anos para as inferidas. Além disso, nas regiões de Rio Cristalino (PA) e Pitinga (AM) supõe-se a existência de mais de 150 mil toneladas de urânio, além de outras áreas promissoras, uma vez que apenas 2,5% do território nacional foram

prospectados para este tipo de minério. Para as empresas e órgãos do setor nuclear, há um potencial de reservas ainda maiores.

Nas projeções da Nuclear Energy Agency/ IAEA órgão da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), existiram mais de 7,5 milhões de toneladas de urânio na terra, cabendo ao Brasil 7% do total – a sexta posição entre as grandes reservas estimadas e em potencial, atrás da Mongólia, Estados Unidos, África do Sul, Canadá e Rússia.

Em 2007, o MME avaliava que o potencial de jazidas brasileira de urânio equivaleriam a 55, 633 bilhões de barris de petróleo, o quádruplo das reservas nacionais provadas de hidrocarbonetos – 14 bilhões de barris de óleo equivalente (boe), sem contabilizar as descobertas de mais de 12 bilhões de boe de apenas dois campos do pré-sal, informados até agora. Combustível para a geração de muita energia, uma vez que 10 Kg de óxido de urânio (U_3O_8) são capazes de produzir tanta energia, quanto uma tonelada de petróleo (BEN, p.152-EPE,2005).

Com uma produção anual de 400 toneladas de urânio, o país hoje domina o chamado ciclo do combustível nuclear, como é chamado o processo que vai da extração do mineral da natureza, conversão e enriquecimento de urânio à sua utilização como combustível nos reatores nucleares.

Após a mineração, o urânio em pó (yellowcake) é convertido em gás UF₆ em uma das nove usinas de conversão no mundo, localizadas em sete países – França e Rússia têm cada um, duas unidades, enquanto as outras cinco estão Canadá, Argentina, Reino Unido, China e Estados Unidos (NFCIS, IAEA, 2006). O Brasil constrói uma usina piloto de conversão no Centro Experimental de Aramar (CEA), em Iperó (130 Km da capital paulista), onde a Marinha desenvolve seu programa nuclear a 22 anos - a unidade integrada o Centro

Tecnológico da Marinha em São Paulo (CTMSP).

CONCENTRAÇÃO

A segunda etapa, de enriquecimento do urânio, é vista como um passo chave para a fabricação da bomba atômica. Daí o controle rigoroso desta tecnologia e de seu uso por parte de organismos internacionais. Este processo visa aumentar a concentração do urânio 235 – o natural contém apenas 0,7% de urânio235 – em torno de 3%, permitindo seu uso como combustível para geração de energia elétrica.

O enriquecimento de urânio é o principal fator de evasão de divisas, uma vez que o minério enriquecido ainda é comprado no exterior e enviado em containeres para a Fábrica de Combustível Nuclear (FCN) da INB, em Resende (RJ). Atualmente, apenas sete países realizam o enriquecimento do urânio: Estados Unidos, França, Rússia, Inglaterra, Alemanha, Japão e Holanda. Há seis organizações mundiais oficiais que enriquecem comercialmente o urânio: a Eurodif (subsidiária da francesa Areva, constituída de forma de *joint venture* pela França, Bélgica, Itália e Espanha) e a USEC (EUA) utilizam o processo de difusão gasosa; enquanto a China National Nuclear Corporation (CNNC), a Minatom (Rússia), Japan Nuclear Fuel Limited (JNFL) e a Urenco (consórcio formado pela Alemanha, Holanda e Inglaterra) empregam a centrifugação.

Em bora domine todo o ciclo de produção do combustível nuclear, da prospecção mineral à fabricação das pastilhas de urânio que alimentam os reatores nucleares, o Brasil depende das importações para produzir o combustível demandado pelas Usinas de Angra 1 e 2, por não produzir ainda o gás UF₆ nem o urânio enriquecido nos volumes necessários.

Um cenário que está prestes a mudar. A Marinha já detém a tecnologia de

conversão, dependendo da conclusão da Usex – Usina Hexafluoreto de urânio (o gás UF6), que se encontra em fase final de construção, para realizar o processo em escala industrial. A previsão é de que ela entre em operação comercial até 2010.

TECNOLOGIA PRÓPRIA

Com a tecnologia desenvolvida pela Marinha, que produz urânio enriquecido, mas não em escala industrial, a partir de 2010 a INB poderá realizar o processo de ultracentrifugação – considerado o mais eficiente, por consumir duas a três vezes menos energia e gerar menos efluentes químicos – na FCN, em Resende, onde estão sendo montadas as novas unidades.

Na primeira fase, terá condições de atender até 60% das necessidades de Angra 1 e 2, com economia de divisas para o país da ordem de US\$ 16 milhões por ano. Na segunda fase, prevista para estar concluída em 2014, vai cobrir 100% da demanda de toda a Central Nuclear Almirante Álvaro Alberto, que reúne Angra 1, 2 e 3, com uma economia anual de US\$ 25 milhões para o Brasil.

Enquanto aguarda a conclusão das obras, a INB propõe ao governo exportar o excedente das reservas de urânio geradas por ela, aproveitando o aquecimento do mercado global de urânio, no qual há um consumo global em torno de 70 mil toneladas por ano a preços que varia entre os US\$ 200 o quilo do minério.

Ao mesmo tempo, com o novo fôlego devido à promessa do governo federal de destinar R\$ 1 bilhão para o programa nuclear, a Marinha quer construir, até 2014, o Laboratório de Geração Núcleo-Elétrica (Labgene), para gerar energia elétrica a partir da tecnologia que vem desenvolvendo há mais de duas décadas.

ENERGIA RENOVADA

A retomada da Usina de Angra 3, concluindo assim a plantação da Central Nuclear Almirante Álvaro Alberto, em Angra dos Reis, demarcou uma nova fase no país, com a chamada “comunidade nuclear”. “A energia nuclear é uma possibilidade como todas as outras. Por isso consta do planejamento para os próximos anos, uma vez que o Brasil já tem Angra 1 e Angra 2 em operação”, diz Maurício Tolmasquim, presidente da Empresa de Pesquisa Energéticas (EPE), nas vésperas da reunião do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE), que determinou o reinício das obras, em junho do ano passado.

A despeito da extensa lista de exigências do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), a concessão da licença ambiental prévia para a construção da unidade, em julho deste ano, é mais um indício de que a alternativa nuclear entrou definitivamente na pauta do dia da política energética do país.

Grande parte das exigências e pendências diz respeito a questões legais e ambientais, que ainda geram polêmica – inclusive em relação às duas usinas já em atividade. Tanto que, em novembro, o Ministério Público Federal (MPF) entrou em ação civil pública contra a Eletrobrás e suas coligadas – Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN) e Eletronuclear. A ação cobra medidas preventivas relacionadas “à regulamentação e instituição de um fundo para o descomissionamento (descontaminação e desmantelamento) das usinas nucleares Angra 1 e 2, após o término de sua vida econômica útil”.

No mesmo mês, o ministro de Minas e Energia, Edison Lobão, assegurou que os investimentos do governo federal previstas para Angra 3 não serão adiados devido à crise internacional. “A determinação do

presidente Lula é dar sequência a tudo que foi programado para Angra 3 ou qualquer usina hidrelétrica prevista no Plano de Aceleração do Crescimento (PAC)”, esclarece Tolmasquim.

Os investimentos para a conclusão de Angra 3 somam R\$ 7,3 bilhões. As obras dependem ainda da licença de instalação do Ibama. A Eletronuclear (Eletrobrás Termonuclear S.A.), responsável pela construção e operação das usinas nucleares brasileiras, já tomou todas as providências para a retomada sair do papel. No dia 14 de novembro, protocolou no Ibama o Projeto Básico Ambiental (PBA), assim como todas as respostas e medidas referentes às condicionantes da licença prévia. Nove dias depois, deu entrada ao pedido de requerimento da Licença de Instalação, anexando toda a documentação exigida.

Depois de mais de três décadas dormindo em berço esplêndido, na paradisíaca costa sul fluminense, Angra 3 vai despertar. A Eletronuclear até marcou data – dia 2 de abril de 2009 – de início das obras de concretagem de regularização e impermeabilização do terreno, para receber as fundações do edifício do reator, “marco zero” que concretiza o efetivo início da construção. A usina será edificada em 60 meses, a contar do “marco zero”.

Mas o ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, prefere não determinar datas. “A licença de instalação depende da competência do proponente e do cumprimento das exigências legais”, lembrou. O presidente da Eletronuclear, Othon Luiz Pinheiro da Silva, que esperava obter esta licença em setembro, aposta que tudo deve ser equacionado até o início do próximo ano. “Já estamos renegociando contratos antigos com fornecedores e prestadores de serviço e devemos encaminhar uma versão final ao Tribunal de Contas da União em dezembro”, prevê Pinheiro. O TCU terá dois meses para avaliar a documentação.

GERAÇÃO TÉRMICA E NOVAS USINAS

Enquanto aguarda a licença de instalação, Othon Pinheiro tem enfatizado a importância da alternativa nuclear em todo o mundo, inclusive no Brasil. Nos dias 11 e 12 de novembro passado, no seminário sobre A Nova Matriz Energética Brasileira, promovido pelo Tribunal de Contas da União (TCU), em Brasília, o presidente da Eletronuclear observou que a participação da termoelectricidade nuclear na oferta total de energia elétrica do Sistema Interligado Nacional (SIN) é ainda pequena – foi de 2,84% em 2007, 3,3% em 2006, destacando seu peso na geração térmica.

“As Usinas Angra 1 e Angra 2 atenderam 41% da indispensável complementação térmica do SIN, no qual a fonte hídrica, limpa, barata e renovável, ainda é largamente majoritária, fornecendo 91% do total gerado. Ou seja: A fonte foi a segunda maior geradora de eletricidade em 2007, superando o gás natural”, comemorou o executivo.

É com estes números mais o respaldo do governo a Angra 3 e novos projetos que ele busca atrair geradoras regionais de energia para tirar do papel as usinas nucleares previstas no PNE 2030. “A oportunidade de se associar em novos projetos será dada às geradoras das regiões onde as usinas forem construídas. Quando formos construir uma usina no Nordeste, por exemplo, deverá haver na composição acionária a participação da Chesf. O mesmo pode ocorrer com a Eletrosul”, explicou Othon Pinheiro.

A construção de outras usinas já vem sendo discutidas por ele há mais de um ano. Othon Luiz Pinheiro afirma que é factível a edificação de até 60 usinas em meio século, para geração de 60 mil MW. “Os franceses produziram 58 mil MW em duas décadas, há 40 anos. Somos tão pigmeus assim, que não podemos fazer o mesmo?”, questionou,

afirmando que os investimentos podem chegar a US\$ 180 bilhões se todas as usinas saírem do papel.

Para atender ao PNE 2030 será preciso que o sistema elétrico brasileiro disponha de mais de 4.000 MW nucleares (ou seja, quatro usinas de 1.000 MW), sendo 2.000 MW no Nordeste e 2.000 no Sudeste. “A possibilidade de acréscimo de mais 2.000 MW nucleares (duas usinas de 1.000 MW adicionais) também será considerada, conforme a evolução futura da necessidade de expansão da oferta de eletricidade no SIN” -, observou a Eletronorte em apresentação ao TCU.

A Eletronuclear prevê que 70% das novas usinas sejam atendidos pela indústria nacional de bens e serviços. “Do ponto de vista da indústria, há um longo caminho a ser percorrido. Precisamos recapacitar as empresas brasileiras que participaram ativamente do acordo Brasil/Alemanha, pois

muitas delas, ao longo do tempo, foram perdendo sua capacidade pela falta de encomenda. Essa indústria precisa ser reconstruída”, acrescentou Leonam dos Santos Guimarães, assistente do presidente da Eletronuclear.

Os locais para as duas centrais nucleares serão selecionadas de forma a possibilitarem a implantação de até seis usinas em cada uma – sendo que uma central com seis usinas de 1.000 MW corresponde á capacidade de geração de meia Itaipu. O investimento (custos da engenharia, aquisição de componentes e construção) dessas novas centrais é estimado em torno de R\$ 6 bilhões por cada usina de 1.000MW.

A idéia é iniciar as obras da Central Nuclear do Nordeste em 2009 e a Sudeste, em 2010. O cronograma abaixo demonstra que as quatro usinas vão demorar 16 anos para estarem em plena atividade.

CRONOGRAMA

Ano	Ação
2019	Início da operação primeira usina da Central Nuclear do Nordeste
2021	Início da operação da segunda da usina da Central Nuclear do Nordeste
2023	Início da operação da primeira usina da Central Nuclear do Sudeste
2025	Início da operação da segunda usina da Central Nuclear do Sudeste

Os mesmos marcos citados pelo presidente da Eletronuclear foram destacados pelo diretor da Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN), Laércio Antônio Vinhas, na abertura do XII Congresso Brasileiro de Energia (CBE), realizado entre os dias 17 e 19 de novembro, no Rio de Janeiro.

No primeiro debate do evento, que teve o tema Desafios do Abastecimento e Segurança Energética no País, o dirigente defendeu a diversificação da matriz energética brasileira, lembrando que a oferta

de energia é predominantemente de base hidráulica, mas que a energia nuclear tem a participação chave no complemento térmico.

Vinhas observou que o país detém domínio da tecnologia nuclear em toda a cadeia e que os planos do governo prevêm a participação de 5% da fonte na matriz energética, com a entrada em operação da usina Angra 3, (1.450 MW). “Para que essa participação seja mantida, o país terá de instalar entre quatro e seis usinas de mil MW.”

PRÓS E CONTRAS

No Brasil, as questões relevantes na discussão do potencial da geração nuclear estão relacionadas: à disponibilidade do energético (reservas); ao domínio do ciclo do combustível e o dimensionamento da produção em escala compatível com as necessidades do país; aos aspectos de natureza tecnológica e econômica (refletido no custo da geração); aos aspectos regulatórios (hoje as instalações nucleares de qualquer natureza são monopólio da União); e aos aspectos de natureza geopolítica e estratégica (por exemplo: dependência de importações).

VANTAGENS:

- Alto suprimento de combustível;
- Baixo impacto ambiental (sem acidentes);
- Emite 1/6 de CO₂ em comparação ao carvão;
- Perturbação moderada da terra (sem acidentes);
- Utilização moderada da terra;
- Baixo risco de acidentes em função dos múltiplos sistemas de segurança (exceto em 35 reatores mal projetados e em más condições localizados na antiga União Soviética e no leste Europeu).

DESVANTAGENS:

- Alto custo, mesmo com subsídios;
- Baixo rendimento de energia líquida;
- Grande impacto ambiental (com acidentes graves);
- Possibilidades de acidentes catastróficos (com o de Chernobyl);
- Ausência de solução amplamente aceitável para o armazenamento em longo prazo dos resíduos radioativos e para o descomissionamento de usinas velhas;
- Sujeito a ataques terroristas;
- Dissemina conhecimento e tecnologia para a construção de armas atômicas.

QUESTÃO ESTRATÉGICAS

Para o cientista político José Alexandre Altahyde Hage, professor do curso de Relações Internacionais da Trevisan, a retomada do programa nuclear é importante, não só pelo custo do armazenamento de equipamentos de Angra que implica na não conclusão de Angra 3, mas principalmente por ser esta fonte um componente da matriz energética brasileira.

“A participação da energia nuclear na nossa matriz deve ser ampliada, para chegarmos em torno de 10%”, afirma Hage, que organizou o livro “A Energia, a Política Internacional e o Brasil: Conflitos e propostas no Século XXI”, lançado recentemente em meio a este debate.

A opção nuclear desponta como uma boa alternativa. “Neste ponto, as usinas nucleares, com as novas tecnologias e procedimentos para garantir a operação

segura, assim como o tratamento e destinação dos resíduos, têm uma grande vantagem. Até mesmo pelo tempo de maturação, que seria bem menor se comparado a de um projeto hidrelétrico na Amazônia”, observa Hage.

O segundo aspecto destacado pelo cientista político é a questão da transmissão da energia. “É necessário que o sistema de distribuição não seja muito caro e atenda aos centros consumidores, sem dispersão de energia. Não dá para pensarmos em uma Itaipu para atender o Nordeste, atravessando todo o país. As usinas nucleares têm a

vantagem de ocupar menos espaços e poderem ser instaladas mais próximas do mercado consumidor”, salienta Hage.

Para ele o que “emperra” a conclusão de Angra 3 não é tanto o custo dela, mas outras questões. “Inclusive de ordem política, levando-se em consideração de que a energia nuclear é item de conflito entre os países, principalmente os que detêm o domínio desta tecnologia e determinam o seu crescimento. Esta é uma decisão de governo que sofrerá, sem dúvida, muita pressão não somente de grupos ambientais, mas principalmente de grandes potências.”

FONTE: Conjuntura Econômica FGV - Dezembro 2008. – Vol. 62 n° 12, Pág 22-28

ATIVIDADE ECONÔMICA DO ESTADO DE ALAGOAS

A economia do Estado de Alagoas apresentou em 2008 oscilações em relação alguns setores produtivos, principalmente quanto ao setor agrícola. As culturas temporárias da cana-de-açúcar e da mandioca apresentaram resultados positivos tanto na produção, na área plantada e no rendimento médio. Por outro lado, os produtos como: abacaxi, algodão herbáceo, arroz, feijão (2ª safra) e milho apresentaram nas variáveis acima citadas comportamentos negativos. As razões desse desempenho devem-se a vários condicionantes, tais como: No caso das performances positivas, o aumento de área plantada, notadamente com relação à cultura da mandioca que recebeu bastante estímulo para acréscimo no plantio na Mesorregião da Zona do Agreste, cuja Cidade Pólo é Arapiraca, em razão das boas condições na comercialização: aumento da demanda interna e externa a preços compensadores; condições climáticas favoráveis, além da eficiente prática no processo de irrigação. Já os resultados negativos, alguns dos motivos causadores foram: redução da área plantada em função das condições adversas aos pequenos produtores, sendo a falta de chuvas e a redução da demanda as razões mais identificadas. No que se refere às culturas permanentes, apenas o côco-da-baía acusou resultado positivo, sendo que a laranja e a banana registraram desempenhos negativos. O primeiro produto teve uma performance favorável devido especialmente ao aumento da área plantada na Região Sul do Estado. Na contramão, as culturas da laranja e da banana apresentaram resultados negativos em função da redução de áreas plantadas, notadamente no “Vale da Pelada”, que abrange uma área envolvendo partes dos Municípios de União dos Palmares, São José da Lage e Ibateguara, tendo em vista a falta de maior apoio para a prática no que se refere à infra-estrutura de produção e de comercialização, além de queda nos preços. A Atividade Fumageira no Estado apresentou-se

estável, com tendência a encerrar seu ciclo produtivo em função de uma série de fatores adversos. A exploração produtiva do fumo está sendo substituída pelas produções dos produtos hortifrutigranjeiros e soja, esta última sendo considerada uma novidade bem aceita pelo Estado.

O Governo através de suas Secretarias competentes e específicas, distribuiu sementes, prestou assistência técnica, possibilitou o crédito aos pequenos e médios produtores, além de outras ações correlatas.

O Setor Secundário vem sendo objeto de uma atenção especial por parte do Governo do Estado de Alagoas. O seu esforço é notório com relação à adoção de uma Política de Atração de Investimentos Produtivos de forma a aumentar o número de indústrias a serem instaladas no Estado. Em 2008, o resultado não atendeu a expectativa, apresentando um acréscimo de apenas 3,1%, ofertando uma elevação no nível de emprego de 2,8%, apenas de janeiro a julho de 2008. É um resultado pequeno, porém animador. O Setor da Construção Civil, em Alagoas, é muito significativo para sua Economia, representando em torno de 13,2% do seu Produto Interno Bruto (PIB) e que cerca de 12 mil empregos diretos e indiretos estão sendo gerados atualmente. Há uma perspectiva no sentido de que nos próximos 02 anos sejam incorporados mais 10 mil empregos diretos e indiretos, praticamente dobrando o efetivo da população ocupada. Ademais o dinamismo das atividades do Setor da Construção Civil provoca o crescimento da produção de outros produtos, uma vez que ela é uma economia considerada germinativa, tais como: cimento, areia, tijolos, madeira, etc. , fato que somente representa aumento da oferta de empregos e rendas agregadas.

Vale ressaltar, o segmento sucroalcooleiro como uma das principais atividades econômica do Estado de Alagoas,

influenciando, inclusive no desempenho positivo das exportações alagoanas.

O Turismo tem sido uma atividade de peso para a Economia Alagoana, tanto no que diz respeito a alavancagem para os níveis de empregos e rendas como também para a divulgação da cultura e atrativos naturais que identificam Alagoas no cenário regional, nacional e internacional. O nosso potencial de estrutura ambiental natural é fator de grande favorabilidade, tais como: várias enseadas com águas mansas e mornas; a cor dégradé do nosso mar; vários trechos de praias de mar aberto próprias para a prática do SURF; o manancial de coqueirais em toda extensão do nosso 230 km de litoral. Além das belezas das nossas lagoas que encantam os turistas internos e externos, as piscinas naturais e, finalmente, a boa estrutura hoteleira existente. De janeiro a julho de 2008, houve um acréscimo significativo de 500 mil desembarques, representando um aumento 26% em relação ao mesmo período de 2007. No tocante ao turismo internacional o incremento foi de 15 mil desembarques, registrando uma elevação de 26%. Dessa forma a expectativa é de crescimento cada vez maior do Turismo em Alagoas, principalmente agora com a real possibilidade de balneabilidade de todas as praias de Maceió, resultado do pródigo trabalho de saneamento que está sendo realizado pelo Governo do Estado em parceria com a Prefeitura Municipal de Maceió.

O Setor Comércio apresenta em alguns meses resultados positivos para em outros negativos no ano de 2008. No cômputo geral, os desempenhos positivos suplantam os negativos, podendo-se dizer que o resultado geral das vendas é razoável. Agora, um fator deveras preocupante é o da inadimplência que acusou um percentual médio em torno de 45% no ano de 2008. Os principais fatores apontados foram o largo uso dos cartões de crédito, as vendas com prazos elásticos e as promoções.

Em 2008, a balança comercial alagoana apresentou um aumento nas exportações de

32,20% e uma redução de 9,92% nas importações. Os principais produtos da pauta da balança comercial são os derivados da cana-de-açúcar do Setor Sucroalcooleiro e o PVC da BRASKEM. Com a entrada de novas unidades produtivas do Setor Industrial é auspiciosa a perspectiva do saldo positivo da balança comercial alagoana.

Em Alagoas, em 2008, houve uma redução no consumo de energia elétrica de 0,44%, com o Setor Industrial apresentando uma queda de 6,79%, conforme dados da CEAL. Este fato está associado ao uso por parte de algumas empresas, principalmente do Setor Sucroalcooleiro, de energias alternativas, como por exemplo a energia da biomassa. Em Alagoas a produção de petróleo sofreu uma redução de 25,66%, e a do gás natural de 10,19%, tendo como motivo a redução do número poços de extração. No entanto, a 10ª Rodada de Licitações na Agência Nacional de Petróleo que irá permitir que investidores inscritos concorram à exploração do petróleo natural em 1,3 km² que detém 350 milhões de m³ de petróleo e 5,6 milhões de m³ de gás natural, na Bacia Alagoas-Sergipe. Em Alagoas a área atingida compreende os municípios de Coruripe, Feliz Deserto e São Miguel dos Campos.

Em 2008, O Tesouro do Estado de Alagoas registrou um pequeno acréscimo de 1,54%, em face principalmente no aumento das despesas, em especialmente no item investimento público, destacando as obras de implantação da rede de água e esgoto.

O mercado de trabalho, no ano de 2008, apresentou uma variação positiva de 10,22%, sendo esta de admissões e de 6,68% de demissões, dando origem a um superávit no nível de emprego de 3,54%. Essa performance é consequência da disponibilidade das empresas para empreenderem contratações nas épocas da safra e da entressafra no Setor Sucroalcooleiro e nas fases das festas e de eventos extras, estas últimas bastante ligadas ao Turismo.

ATIVIDADE AGRÍCOLA

Segundo o IBGE, a produção agrícola do Brasil aumentou 9,5% em 2008 em relação a 2007. No total, foram colhidas 145,8 milhões de toneladas de cereais, leguminosas e oleaginosas, contra 133,1 milhões de toneladas em 2007. A área colhida também aumentou. Os 47,2 milhões de hectares plantados representam 4,1% a mais que os de 2007.

Para o Instituto, o aumento foi motivado pelo acréscimo da área plantada e também pelo clima favorável durante a safra. Junte-se a esses dois fatores o aporte da tecnologia utilizada na combinação dos recursos produtivos na época do plantio. Na safra de 2007/2008, o destaque é para a produção de algodão, milho e soja, com as seguintes performances:

- Algodão: uma produção de 7,1 milhões de fardos em 1.150.000 hectares, representando uma produtividade recorde de quase 1.363 kg/ha;

- Milho: uma produção recorde de 53 milhões de toneladas em 14,5 milhões de hectares, com uma produtividade recorde de 3,65 t/ha;

- Soja: A produção da safra é recorde em 61,0 milhões de toneladas em 21,5 milhões de hectares, com uma produtividade igualmente recorde de 2,86 toneladas/ha.

Ainda vale destacar que, na safra 2008, algumas culturas sofreram variações negativas na área colhida, a saber: algodão herbáceo em caroço (13,6%), amendoim em casca 1ª safra (3,0%), batata-inglesa 1ª safra (6,9%), café em grão (2,6%) e o milho em grão (1,0%).

PRODUÇÃO AGRÍCOLA BRASIL 2007 - 2008

Ano	Produção	Varição (%)
2007	133,1	-
2008	145,8	9,5

Fonte: IBGE

Por região, a produção agrícola aponta a participação de 42,04% para Região Sul, 34,77% para Região Centro-Oeste, 12% para a

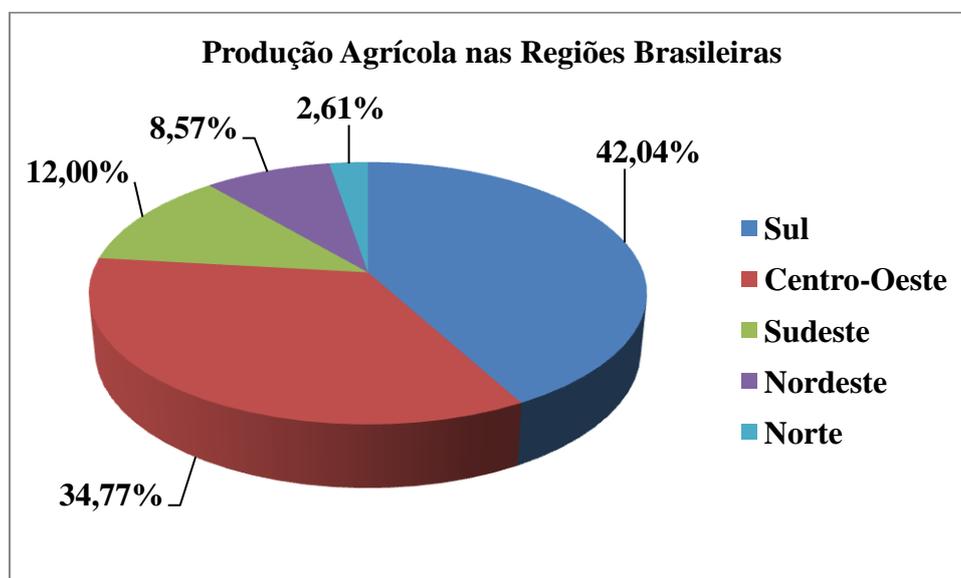
Região Sudeste, 8,57% para Região Nordeste e 2,61% para a Região Norte.

PRODUÇÃO AGRÍCOLA POR REGIÕES BRASILEIRAS

2008

Região	Produção (milhões de toneladas)	Participação(%)
Sul	61,3	42,04
Centro-Oeste	50,7	34,77
Sudeste	17,5	12,00
Nordeste	12,5	8,57
Norte	3,8	2,61

Fonte: IBGE



Vale ressaltar que a Região Sul pontuou com uma maior participação na produção e a Região Norte com a menor incidência produtiva, ficando as demais Regiões na intermediação.

A estimativa para 2009 é de uma safra de cereais, leguminosas e oleaginosas 5,9% menor que a do ano de 2008. Em dezembro, o terceiro prognóstico para a safra de 2009 estimou uma produção de cereais, leguminosas e oleaginosas de 137,3 milhões de toneladas (contra 145,8 milhões de toneladas em 2008) e uma área colhida de 47,6 milhões de hectares,

sendo 0,8% superior a de 2008 (47,2 milhões de hectares).

Em Alagoas, a safra de 2008 apresentou números positivos para as lavouras temporárias, como a cana-de-açúcar e mandioca, e para a produção do abacaxi, algodão herbáceo, arroz, feijão (2ª safra) e milho números negativos, enquanto que o fumo (em folha) manteve um nível produtivo estável, em relação ao ano de 2007. Já as lavouras permanentes, somente o côco-da-baía teve sua produção aumentada, e as culturas da banana e da laranja uma quantidade produzida decrescente, em relação ao mesmo ano.

**SITUAÇÃO DAS LAVOURAS - PRODUÇÃO FÍSICA
ALAGOAS
2007 - 2008**

Produtos do LSPA(1)	Produção Física (ton)		
	Safr		Variação (%) 2008/2007
	2007	2008	
LAVOURAS TEMPORÁRIAS			
ABACAXI (2)	11.400	7.350	-35,53
ALGODÃO HERBÁCEO	5.400	680	-87,41
ARROZ	14.000	13.897	-0,74
CANA DE AÇÚCAR (4)	24.920.000	28.900.000	15,97
FEIJÃO (em grão) (2ª safra)	49.750	41.533	-16,52
FUMO (em folha))	14.000	14.000	-
MANDIOCA	248.400	318.374	28,17
MILHO (em grão) (1ª safra)	59.500	52.182	-12,30
LAVOURAS PERMANENTES			
BANANA (3)	52.650	45.179	-14,19
COCO-DA-BAÍÁ (2)	51.800	54.600	5,41
LARANJA (2)	59.250	39.811	-32,81

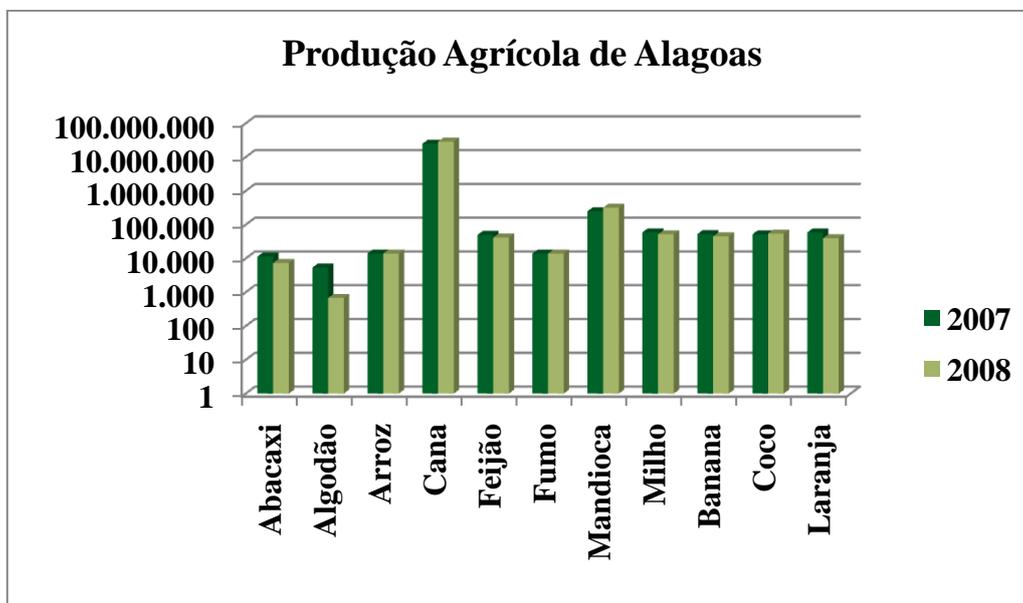
FONTE: Levantamento Sistemático da Produção Agrícola - IBGE.

Notas : (1) Relação de produtos pesquisados pelo Levantamento Sistemático da Produção Agrícola

(2) Produção física em mil frutos e rendimento médio em frutas por hectare

(3) Produção física em mil cachos e rendimento médio em cachos por hectare

(4) O IBGE trabalha com ano civil e não ano-safra. A safra da cana-de-açúcar é de 24.685.900 para o ano de 2006/2007; 29.837.440 para 2007/2008; com variação de 20,87%.



A produção do algodão herbáceo, em 2008, sofreu uma redução drástica de 87,41%, passando de 5.400 toneladas, em 2007, para 680 toneladas, em 2008, refletida em todos os municípios produtores. Este fato foi motivado, principalmente, pela redução da área plantada, que em 2007 foi de 12.000 ha e em 2008 passou para 3.500 ha, ocasionando uma baixa no rendimento médio da produção física de 55,6%, pois em 2007 esse rendimento médio foi de 450 kg/ha e em 2008 de 200 kg/há, e não por perdas de lavoura, aliado ao plantio fora de época, ausência de práticas culturais eficientes, problemas fitossanitários e dificuldades de comercialização interna, uma vez que das três grandes indústrias têxteis presentes em Alagoas, nenhuma compra algodão produzido no Estado. Das empresas beneficiadoras, apenas uma está comprando o produto no mercado interno. Ainda podemos entender como fator preponderante dessa queda de performance a baixa dos preços cotados na área dos commodities.

Já a produção do arroz sofreu uma diminuição de 0,74%, passando de 14.000 toneladas, em 2007, para 13.897 toneladas, em 2008. Com relação a área plantada houve um pequeno acréscimo de 0,8%, pois esta registrou 3.300 ha, em 2007, e em 2008, 3.328 ha. Este insignificante decréscimo na quantidade produzida foi ocasionado pela redução do rendimento médio da produção, que em 2007, foi de 4.242 kg/ha e, em 2008, foi de 2.176 kg/há, e ainda, em função do excesso de chuvas e má drenagem da área plantada.

Na safra de 2008, a produção da mandioca foi de 318.374 toneladas, contra 248.400 toneladas em 2007, havendo um acréscimo de 28,17%. A área plantada em 2008 foi de 22.741 ha e a de 2007 18.000 ha, gerando um acréscimo de 26,3%, contribuindo para um pequeno aumento no rendimento médio de 1,4%, pois este foi de 14.000 kg/ha, em 2008, e de 13.800 kg/ha, em 2007. Um dos fatos decisivos para essa performance de acréscimos foi o aumento no preço do produto oriundo de sua escassez face o aumento da demanda. O fenômeno da elevação da demanda interna foi fruto da intervenção do Estado adotando Políticas de Fomento à produção da

cultura através do financiamento subsidiado na construção de várias casas beneficiadoras da mandioca (casas de farinhas) e estímulo a constituição e capacitação de grupos associativos e cooperativos, em razão da decadência da cultura fumageira nos últimos anos na Mesorregião do Agreste Alagoano, em particular, como também a distribuição de sementes e assistência técnica aos produtores. A mandiocultura está presente em 93% dos Municípios Alagoanos e possui vários atributos importantes como capacidade de adaptação a diferentes ambientes e solos. Ademais, a evolução da exploração econômica deste produto nos últimos anos também se caracteriza por ser uma cultura resistente aos problemas fitossanitários mais comuns (pragas) e permitir a sua sociabilidade com as principais lavouras de subsistência das Mesorregiões(feijão e milho) do Agreste e do Sertão de Alagoas.

Em Alagoas, a produção do milho é sazonal, ocorrendo notadamente na época das chuvas, normalmente explorada pelo mini e médio fundistas, carentes sempre de recursos para manter um sistema de irrigação. A quantidade produzida, em 2007, foi de 59.500 toneladas e 52.182 toneladas, em 2008, ocorrendo uma diminuição de 12,30%. A área plantada passou de 85.000 ha, em 2007, para 80.000 ha, em 2008, havendo uma redução de 8,20%, enquanto que o rendimento médio obtido foi de 700 kg/ha, em 2007, e de 669 kg/ha, em 2008, com uma variação negativa de 4,40%. Conforme pesquisa agrícola realizada e fornecida pelo IBGE, em alguns municípios a quantidade produzida aumentou em função do aumento da área plantada pela condição favorável da pluviosidade, aumento da demanda e aumento de preço do produto, ocorrida na Mesorregião do Sertão e do Agreste do Estado, embora em outros municípios da mesma Região, a produção houvesse reduzido pelo excesso de chuvas. Nas Mesorregiões da Mata e do Litoral, a situação é de decréscimo nos níveis desses indicadores por conta do excesso de chuvas e redução dos preços da cultura.

A safra de feijão no Estado de Alagoas, em 2008, gerou uma produção de 41.533

toneladas, e em 2007, de 49.750 toneladas, inferior, portanto em 16,52%. O total da área plantada também caiu em 10,97%, pois em 2008 foi de 88.584 ha e em 2007 de 99.500 ha, enquanto que o rendimento médio reduziu de 475 kg/ha, em 2008, para 500 kg/ha, em 2007. Esta leguminosa sofre os mesmos efeitos do milho, inclusive porque se usa como técnica agrícola o consórcio de ambas as culturas. Desta forma, a situação do milho e do feijão teve como causa de redução de safra o excesso de chuvas e o baixo preço na safra de 2007 na maior parte do Estado. Vale ressaltar a intervenção do Governo do Estado, através do ADEAL, Órgão da Secretaria de Estado da Agricultura e do Desenvolvimento Agrário do Estado de Alagoas, com a distribuição de sementes selecionadas em quantidades suficientes e a prestação de assistência técnica na época indicada. Não fosse essa intervenção, o resultado teria sido bem pior.

Na safra de 2008, foram colhidas 28,9 milhões de toneladas de cana-de-açúcar, em Alagoas, contra 24, 92 milhões de toneladas, em 2007, acusando um acréscimo de 15,97%. Este resultado ultrapassou a previsão feita no ano de 2007 para a safra de 2008, que se situou em cerca de 27 milhões de toneladas/ano. Houve também acréscimos na área plantada como no rendimento médio de 3,90% e de 11,60%, passando, em 2008, de 430.000 ha e 413.679 ha para, em 2007, 67.209 kg/ha e 60.240 kg/ha, respectivamente. Os motivos desse bom e crescente desempenho foram as excelentes condições pluviométricas, sistema de irrigação contínuo, constante serviço de assistência técnica e preços externos altamente compensadores, visto que o setor sucroalcooleiro é voltado praticamente para a exportação, através do modelo de *commodities*. Outras razões em menor escala foram as boas condições de acesso às usinas e as ações de incentivos prestadas por algumas Prefeituras Municipais na produção de mel e rapadura, atendendo tanto a demanda interna como a de outros estados. Atualmente, o Estado de Alagoas é o quarto maior produtor da citada cultura e a principal atividade produtiva do setor primário alagoano, bastando enfatizar o fato de que o setor é responsável em deter

grande parte do PIB do Setor Primário de Alagoas.

As atividades produtivas e de comercialização do fumo, em Alagoas, decaíram substancialmente se comparadas com as praticadas nas décadas de 60 e de 70. A Região mantém a exploração do produto, mas com uma área plantada bastante reduzida, sendo substituído, principalmente, por hortifrutigranjeiros. Em 2008, a exemplo de 2007, a produção e a área plantada, bem como o rendimento médio obtido não sofreram alteração, se mantendo em 14.000 toneladas/ha, bem assim 1.000 kg/ha, respectivamente.

A produção de abacaxi, no Estado em 2007, foi de 11.400 toneladas, passando para 7.350 toneladas, em 2008, com uma variação negativa de 35,53%. A área plantada foi de 570 ha, em 2007, caindo para 362 ha, em 2008, acusando uma redução de 36,5%. Já o rendimento médio cresceu 1,5%, registrando, em 2007, 20.000 kg/ha e, em 2008, 20.304 kg/ha. Essas significativas reduções foram decorrentes da falta de uma maior rentabilidade em função do elevado custo de produção. O aumento do rendimento médio foi causado pela regularidade na pluviosidade, principalmente na Região de Arapiraca onde se concentra uma maior quantidade produzida da cultura. Caso ocorra aumento no preço do produto, em função de sua escassez no mercado, este fator não foi suficientemente compensador para aumentar a produção e a área plantada, em 2008.

A produção de laranja se concentra com maior intensidade na Região da Mata, destacando-se o Município de Santana do Mundaú. Em 2008, a quantidade produzida diminuiu em 32,81%, registrando 39.811 toneladas e, em 2007, 59.250 toneladas. Com relação à área total plantada houve um incremento de 13,9%, que, em 2008, foi de 4.500 ha, e de 2007, 3.950 ha. Já o rendimento médio, em 2008, foi de 8.847 kg/ha, e o de 2007, 15.000 kg/ha, havendo uma redução de 41,00%. Segundo as informações do IBGE, a redução da produção foi motivada por desestímulo ao produtor, face à redução da oferta do produto no mercado local e regional, em decorrência das chuvas que acometeram na

Região Nordeste. Embora a área total plantada tenha sido aumentada, houve uma eliminação da área com plantios antigos, numa proporção menor que as novas áreas plantadas, o que igualmente repercutiu no processo produtivo. Também vale ressaltar que a área total plantada aumentou numa proporção relativamente pequena.

A produção de banana de 2008 foi de 45.179 toneladas, contra 52.650 toneladas em 2007, havendo uma redução de 32,81%. No tocante a área total plantada, em 2008, foi de 4.229 ha e de 4.050 ha, em 2007, com um incremento de 13,90%. O rendimento médio, em 2008, foi de 10.683 kg/ha e de 13.000 kg/ha, em 2007, acusando uma diminuição de 17,80%. Registrou-se na exploração da banana o mesmo fenômeno ocorrido na cultura da laranja, quer dizer a erradicação de áreas de plantios antigos. Em que pese essa eliminação, as novas áreas plantadas superaram numa relativa proporção. A produção da banana ocorre, em Alagoas, com maior intensidade no “Vale da Pelada”, que fica nos municípios de União dos Palmares e de São José da Laje, onde exatamente ocorreu a eliminação das áreas de plantios antigos. Do mesmo modo ocorrido com a laranja, a oferta de banana diminuiu no mercado local e regional, e teve como causa a incidência de chuvas ocorridas na Região Nordeste.

Alagoas já registrou uma excelente produção de coco-da-baía, cultura explorada em toda expansão do litoral alagoano. A partir

da década, de 1990, essa produção tendeu a cair principalmente em função do crescimento das atividades do setor imobiliário. Em 2008, a produção do coco foi de 54.600 toneladas e, em 2007, 51.800 toneladas. Quanto a área plantada registrou-se, em 2008, 14.000 ha, contra 13.000 ha, em 2007, havendo uma redução de 7,10%, e com relação ao rendimento médio houve um acréscimo de 13,50%, verificando-se, em 2008, 4.200 kg/ha, e, em 2007, 3.700 kg/ha. A tendência é a redução maior da exploração dessa cultura, principalmente pelo célere avanço do Setor da Construção Civil (imobiliário), o que obrigará a única indústria de beneficiamento do produto a importar uma maior quantidade da cultura, notadamente do Norte do Brasil e do Continente Africano.

Uma cultura cuja exploração vem crescendo bastante em Alagoas, especialmente na Região do Agreste, com maior destaque para a Região Fumageira, é a mamona. Em 2008, a produção da cultura foi apoiada pelo Governo do Estado, através de um programa de distribuição de sementes de boa qualidade e também de um serviço de assistência técnica desenvolvido pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrícola e Agrário, representada pela ADEAL. Outro fator que culminou com o aumento da produção foi elevação do preço pelo aumento da demanda interna e externa, mas que numa proporção maior, em alguns municípios, por ocorrência de regularidade pluviométrica. Porém, em poucos municípios tenha havido excesso de chuvas.

SITUAÇÃO DAS LAVOURAS - ÁREA TOTAL PLANTADA E ÁREA A SER COLHIDA
ALAGOAS
2007 - 2008

Produtos do LSPA (1)	Área Total Plantada (ha)					Área a ser Colhida (ha)				
	Safr/2007 (A)(*)	Safr/2008		Var. (%)		Safr/2007 (D)(*)	Safr/2008		Var. (%)	
		JAN(B)	FEV(C)	C/A	C/B		JAN(E)	FEV(F)	F/D	F/E
LAVOURAS TEMPORÁRIAS										
ABACAXI	560	560	570	1,8	1,8	560	560	570	1,8	1,8
ALGODÃO HERBÁCEO	12.500	11.633	11.633 **	-6,9	-	12.500	11.633	11.633	-6,9	-
ARROZ	3.200	3.200	3.400 **	6,3	6,3	3.200	3.200	3.400	6,3	6,3
CANA-DE-AÇÚCAR	413.679	400.000	415.000	0,3	3,8	413.679	400.000	415.000	0,3	3,8
FEIJÃO (em grão) (2ª safra)	99.471	99.536	105.000 **	5,6	5,5	99.471	99.536	105.000	5,6	5,5
FUMO (em folha)	17.000	17.000	15.000 **	-11,8	-11,8	17.000	17.000	15.000	-11,8	-11,8
MANDIOCA	21.000	21.000	20.000 **	-4,8	-4,8	21.000	21.000	20.000	-4,8	-4,8
MILHO (em grão) (1ª safra)	83.162	83.431	83.000 **	-0,2	-0,5	83.162	83.431	83.000	-0,2	-0,5
LAVOURAS PERMANENTES										
BANANA	4.033	4.033	4.033	-	-	4.033	4.033	4.033	-	-
COCO-DA-BAÍÁ	13.500	13.500	14.000	3,7	3,7	13.500	13.500	14.000	3,7	3,7
LARANJA	4.100	4.100	4.100	-	-	4.100	4.100	4.100	-	-

Fonte: Levantamento Sistemático da Produção Agrícola JANEIRO/FEVEREIRO / 2008 - IBGE.

(1) Relação de produtos pesquisados pelo Levantamento Sistemático da Produção Agrícola.

(**) Refere-se a área plantada.

(*) Situação em dezembro de 2007.

SITUAÇÃO DAS LAVOURAS - PRODUÇÃO FÍSICA E RENDIMENTO MÉDIO ESPERADO
ALAGOAS
2007 - 2008

Produtos do LSPA (1)	Produção Física (ton)					Rendimento Médio (Kg/ha)				
	Safr/2007 (A)(*)	Safr/2008		Var. (%)		Safr/2007 (D)(*)	Safr/2008		Var. (%)	
		JAN(B)	FEV(C)	C/A	C/B		JAN(E)	FEV(F)	F/D	F/E
LAVOURAS TEMPORÁRIAS										
ABACAXI	11.026	11.080	11.400	3,4	2,9	19.690	19.786	20.000	1,6	1,1
ALGODÃO HERBÁCEO	5.000	4.151	4.151	-17,0	-	400	357	357	-10,8	-
ARROZ	13.956	13.631	14.620	4,8	7,3	4.361	4.260	4.300	-1,4	0,9
CANA-DE-AÇÚCAR	24.920.000	23.866.66	24.500.00	-1,7	2,7	60.240	59.667	59.036	-2,0	-1,1
FEIJÃO (em grão) (2ª safra)	49.021	7	0	7,1	8,6	493	486	500	1,4	2,9
FUMO (em folha)	17.425	17.431	15.000	-13,9	13,9	1.025	1.025	1.000	-2,4	-2,4
MANDIOCA	288.554	288.064	274.000	-5,0	-4,9	13.741	13.717	13.700	-0,3	-0,1
MILHO (em grão) (1ª safra)	54.829	50.476	53.950	-1,6	6,9	659	605	650	-1,4	7,4
LAVOURAS PERMANENTES										
BANANA (3)	52.686	51.743	51.743	-1,8	-	13.064	12.830	12.830	-1,8	-
COCO-DA-BAÍÁ (2)	49.950	49.536	51.800	3,7	4,6	3.700	3.669	3.700	-	0,8
LARANJA (2)	61.500	52.528	52.528	-14,6	-	15.000	12.812	12.812	-14,6	-

Fonte: Levantamento Sistemático da Produção Agrícola JANEIRO/FEVEREIRO / 2008 - IBGE.

(1) Relação de produtos pesquisados pelo Levantamento Sistemático da Produção Agrícola.

(2) Produção física em mil frutos e rendimento médio em frutos por hectare.

(3) Produção física em mil cachos e rendimento médio em cachos por hectare.

(*) Situação em dezembro 2007.

SITUAÇÃO DAS LAVOURAS - ÁREA TOTAL PLANTADA E ÁREA A SER COLHIDA
ALAGOAS
2007 - 2008

Produtos do LSPA (1)	Área Total Plantada (ha)					Área a ser Colhida (ha)				
	Safra/2007 (A)(*)	Safra/2008		Var. (%)		Safra/2007 (D)(*)	Safra/2008		Var. (%)	
		MAR(B)	ABR(C)	C/A	C/B		MAR(E)	ABR(F)	F/D	F/E
LAVOURAS TEMPORÁRIAS										
ABACAXI	570	570	570	-	-	570	570	570	-	-
ALGODÃO HERBÁCEO	12.000	11.633	11.633	**	-3,1	12.000	11.633	11.633	-3,1	-
ARROZ	3.300	3.400	3.400	**	3,0	3.300	3.400	3.400	3,0	-
CANA-DE-AÇÚCAR	413.679	415.000	415.000		0,3	413.679	415.000	415.000	0,3	-
FEIJÃO (em grão) (2ª safra)	99.500	105.000	105.000	**	5,5	99.500	105.000	105.000	5,5	-
FUMO (em folha)	14.000	15.000	15.000	**	7,1	14.000	15.000	15.000	7,1	-
MANDIOCA	18.000	20.000	20.000		11,1	18.000	20.000	20.000	11,1	-
MILHO (em grão) (1ª safra)	85.000	83.000	83.000	**	-2,4	85.000	83.000	83.000	-2,4	-
LAVOURAS PERMANENTES										
BANANA	4.050	4.033	4.033		-0,4	4.050	4.033	4.033	-0,4	-
COCO-DA-BAÍÁ	14.000	14.000	14.000		-	14.000	14.000	14.000	-	-
LARANJA	3.950	4.100	4.100		3,8	3.950	4.100	4.100	3,8	-

Fonte: Levantamento Sistemático da Produção Agrícola MARÇO/ABRIL / 2008 - IBGE.
(1) Relação de produtos pesquisados pelo Levantamento Sistemático da Produção Agrícola.
(**) Refere-se à área plantada.
(*) Situação em dezembro de 2007.

SITUAÇÃO DAS LAVOURAS - PRODUÇÃO FÍSICA E RENDIMENTO MÉDIO ESPERADO
ALAGOAS
2007 - 2008

Produtos do LSPA (1)	Produção Física (ton)					Rendimento Médio (Kg/ha)				
	Safra/2007 (A)(*)	Safra/2008		Var. (%)		Safra/2007 (D)(*)	Safra/2008		Var. (%)	
		MAR(B)	ABR(C)	C/A	C/B		MAR(E)	ABR(F)	F/D	F/E
LAVOURAS TEMPORÁRIAS										
ABACAXI	11.400	11.400	11.400	-	-	20.000	20.000	20.000	-	-
ALGODÃO HERBÁCEO	5.400	4.151	4.151	-23,1	-	450	357	357	-20,7	-
ARROZ	14.000	14.620	14.620	4,4	-	4.242	4.300	4.300	1,4	-
CANA-DE-AÇÚCAR	24.920.000	24.500.000	24.500.000	-1,7	-	60.240	59.036	59.036	-2,0	-
FEIJÃO (em grão) (2ª safra)	49.750	52.500	52.500	5,5	-	500	500	500	-	-
FUMO (em folha)	14.000	15.000	15.000	7,1	-	1.000	1.000	1.000	-	-
MANDIOCA	248.400	274.000	274.000	10,3	-	13.800	13.700	13.700	-0,7	-
MILHO (em grão) (1ª safra)	59.500	53.950	53.950	-9,3	-	700	650	650	-7,1	-
LAVOURAS PERMANENTES										
BANANA (3)	52.650	51.743	51.743	-1,7	-	13.000	12.830	12.830	-1,3	-
COCO-DA-BAÍÁ (2)	51.800	51.800	51.800	-	-	3.700	3.700	3.700	-	-
LARANJA (2)	59.250	52.528	52.528	-11,3	-	15.000	12.812	12.812	-14,6	-

Fonte: Levantamento Sistemático da Produção Agrícola MARÇO/ABRIL / 2008 - IBGE.
(1) Relação de produtos pesquisados pelo Levantamento Sistemático da Produção Agrícola.
(2) Produção física em mil frutos e rendimento médio em frutos por hectare.
(3) Produção física em mil cachos e rendimento médio em cachos por hectare.
(*) Situação em dezembro 2007.

SITUAÇÃO DAS LAVOURAS - ÁREA TOTAL PLANTADA E ÁREA A SER COLHIDA
ALAGOAS
2007 - 2008

Produtos do LSPA (1)	Área Total Plantada (ha)					Área a ser Colhida (ha)					
	Safra/2007 (A)(*)	Safra/2008		Var. (%)		Safra/2007 (D)(*)	Safra/2008		Var. (%)		
		MAI(B)	JUN(C)	C/A	C/B		MAI(E)	JUN(F)	F/D	F/E	
LAVOURAS TEMPORÁRIAS											
ABACAXI	570	570	570	-	-	570	570	570	-	-	
ALGODÃO HERBÁCEO	12.000	11.633	11.633	**	-3,1	-	12.000	11.633	11.633	-3,1	-
ARROZ	3.300	3.400	3.400	**	3,0	-	3.300	3.400	3.400	3,0	-
CANA-DE-AÇÚCAR	413.679	415.000	415.000		0,3	-	413.679	415.000	415.000	0,3	-
FEIJÃO (em grão) (2ª safra)	99.500	105.000	105.000	**	5,5	-	99.500	105.000	105.000	5,5	-
FUMO (em folha)	14.000	15.000	15.000	**	7,1	-	14.000	15.000	15.000	7,1	-
MANDIOCA	18.000	20.000	20.000		11,1	-	18.000	20.000	20.000	11,1	-
MILHO (em grão) (1ª safra)	85.000	83.000	83.000	**	-2,4	-	85.000	83.000	83.000	-2,4	-
LAVOURAS PERMANENTES											
BANANA	4.050	4.033	4.033		-0,4	-	4.050	4.033	4.033	-0,4	-
COCO-DA-BAÍÁ	14.000	14.000	14.000		-	-	14.000	14.000	14.000	-	-
LARANJA	3.950	4.100	4.100		3,8	-	3.950	4.100	4.100	3,8	-

Fonte: Levantamento Sistemático da Produção Agrícola MAIO/JUNHO / 2008 - IBGE.

(1) Relação de produtos pesquisados pelo Levantamento Sistemático da Produção Agrícola.

(**) Refere-se a área plantada.

(*) Situação em dezembro de 2007.

SITUAÇÃO DAS LAVOURAS - PRODUÇÃO FÍSICA E RENDIMENTO MÉDIO ESPERADO
ALAGOAS
2007 - 2008

Produtos do LSPA (1)	Produção Física (ton)					Rendimento Médio (Kg/ha)				
	Safra/2007 (A)(*)	Safra/2008		Var. (%)		Safra/2007 (D)(*)	Safra/2008		Var. (%)	
		MAI(B)	JUN(C)	C/A	C/B		MAI(E)	JUN(F)	F/D	F/E
LAVOURAS TEMPORÁRIAS										
ABACAXI	11.400	11.400	11.400	-	-	20.000	20.000	20.000	-	-
ALGODÃO HERBÁCEO	5.400	4.151	4.151	-23,1	-	450	357	357	-20,7	-
ARROZ	14.000	14.620	14.620	4,4	-	4.242	4.300	4.300	1,4	-
CANA-DE-AÇÚCAR	24.920.000	24.500.000	24.500.000	-1,7	-	60.240	59.036	59.036	-2,0	-
FEIJÃO (em grão) (2ª safra)	49.750	52.500	52.500	5,5	-	500	500	500	-	-
FUMO (em folha)	14.000	15.000	15.000	7,1	-	1.000	1.000	1.000	-	-
MANDIOCA	248.400	274.000	274.000	10,3	-	13.800	13.700	13.700	-0,7	-
MILHO (em grão) (1ª safra)	59.500	53.950	53.950	-9,3	-	700	650	650	-7,1	-
LAVOURAS PERMANENTES										
BANANA (3)	52.650	51.743	51.743	-1,7	-	13.000	12.830	12.830	-1,3	-
COCO-DA-BAÍÁ (2)	51.800	51.800	51.800	-	-	3.700	3.700	3.700	-	-
LARANJA (2)	59.250	52.528	52.528	-11,3	-	15.000	12.812	12.812	-14,6	-

Fonte: Levantamento Sistemático da Produção Agrícola MAIO/JUNHO / 2008 - IBGE.

(1) Relação de produtos pesquisados pelo Levantamento Sistemático da Produção Agrícola.

(2) Produção física em mil frutos e rendimento médio em frutos por hectare.

(3) Produção física em mil cachos e rendimento médio em cachos por hectare.

(*) Situação em dezembro 2007.

SITUAÇÃO DAS LAVOURAS - ÁREA TOTAL PLANTADA E ÁREA A SER COLHIDA
ALAGOAS
2007 - 2008

Produtos do LSPA (1)	Área Total Plantada (ha)					Área a ser Colhida (ha)				
	Safr/2007 (A)(*)	Safr/2008		Var. (%)		Safr/2007 (D)(*)	Safr/2008		Var. (%)	
		JUL(B)	AGO(C)	C/A	C/B		JUL(E)	AGO(F)	F/D	F/E
LAVOURAS TEMPORÁRIAS										
ABACAXI	570	570	570	-	-	570	570	570	-	-
ALGODÃO HERBÁCEO	12.000	11.633	11.633	**	-3,1	12.000	11.633	11.633	-3,1	-
ARROZ	3.300	3.400	3.400	**	3,0	3.300	3.400	3.400	3,0	-
CANA-DE-AÇÚCAR	413.679	415.000	415.000		0,3	413.679	415.000	415.000	0,3	-
FEIJÃO (em grão) (2ª safra)	99.500	105.000	105.000	**	5,5	99.500	105.000	105.000	5,5	-
FUMO (em folha)	14.000	15.000	15.000	**	7,1	14.000	15.000	15.000	7,1	-
MANDIOCA	18.000	20.000	20.000		11,1	18.000	20.000	20.000	11,1	-
MILHO (em grão) (1ª safra)	85.000	83.000	83.000	**	-2,4	85.000	83.000	83.000	-2,4	-
LAVOURAS PERMANENTES										
BANANA	4.050	4.033	4.033		-0,4	4.050	4.033	4.033	-0,4	-
COCO-DA-BAÍÁ	14.000	14.000	14.000		-	14.000	14.000	14.000	-	-
LARANJA	3.950	4.100	4.100		3,8	3.950	4.100	4.100	3,8	-

Fonte: Levantamento Sistemático da Produção Agrícola JULHO/AGOSTO / 2008 - IBGE.
(1) Relação de produtos pesquisados pelo Levantamento Sistemático da Produção Agrícola.
(**) Refere-se a área plantada.
(*) Situação em dezembro de 2007.

SITUAÇÃO DAS LAVOURAS - PRODUÇÃO FÍSICA E RENDIMENTO MÉDIO ESPERADO
ALAGOAS
2007 - 2008

Produtos do LSPA (1)	Produção Física (ton)					Rendimento Médio (Kg/ha)				
	Safr/2007 (A)(*)	Safr/2008		Var. (%)		Safr/2007 (D)(*)	Safr/2008		Var. (%)	
		JUL(B)	AGO(C)	C/A	C/B		JUL(E)	AGO(F)	F/D	F/E
LAVOURAS TEMPORÁRIAS										
ABACAXI	11.400	11.400	11.400	-	-	20.000	20.000	20.000	-	-
ALGODÃO HERBÁCEO	5.400	4.151	4.151	-23,1	-	450	357	357	-20,7	-
ARROZ	14.000	14.620	14.620	4,4	-	4.242	4.300	4.300	1,4	-
CANA-DE-AÇÚCAR	24.920.000	24.500.000	24.500.000	-1,7	-	60.240	59.036	59.036	-2,0	-
FEIJÃO (em grão) (2ª safra)	49.750	52.500	52.500	5,5	-	500	500	500	-	-
FUMO (em folha)	14.000	15.000	15.000	7,1	-	1.000	1.000	1.000	-	-
MANDIOCA	248.400	274.000	274.000	10,3	-	13.800	13.700	13.700	-0,7	-
MILHO (em grão) (1ª safra)	59.500	53.950	53.950	-9,3	-	700	650	650	-7,1	-
LAVOURAS PERMANENTES										
BANANA (3)	52.650	51.743	51.743	-1,7	-	13.000	12.830	12.830	-1,3	-
COCO-DA-BAÍÁ (2)	51.800	51.800	51.800	-	-	3.700	3.700	3.700	-	-
LARANJA (2)	59.250	52.528	52.528	-11,3	-	15.000	12.812	12.812	-14,6	-

Fonte: Levantamento Sistemático da Produção Agrícola JULHO/AGOSTO/ 2008 - IBGE.
(1) Relação de produtos pesquisados pelo Levantamento Sistemático da Produção Agrícola.
(2) Produção física em mil frutos e rendimento médio em frutos por hectare.
(3) Produção física em mil cachos e rendimento médio em cachos por hectare.
(*) Situação em dezembro 2007.

SITUAÇÃO DAS LAVOURAS - ÁREA TOTAL PLANTADA E ÁREA A SER COLHIDA
ALAGOAS
2007 - 2008

Produtos do LSPA (1)	Área Total Plantada (ha)					Área a ser Colhida (ha)					
	Safra/2007 (A)(*)	Safra/2008		Var. (%)		Safra/2007 (D)(*)	Safra/2008		Var. (%)		
		SET(B)	OUT(C)	C/A	C/B		SET(E)	OUT(F)	F/D	F/E	
LAVOURAS TEMPORÁRIAS											
ABACAXI	570	570	410	-28,1	-19,0	570	570	410	-28,1	-19,0	
ALGODÃO HERBÁCEO	12.000	9.125	7.290	**	-39,3	-20,1	12.000	8.544	7.290	-39,3	-14,7
ARROZ	3.300	3.109	3.109	**	-5,8	-	3.300	3.109	3.109	-5,8	-
CANA-DE-AÇÚCAR	413.679	412.962	417.269	0,9	1,0	413.679	412.962	417.269	0,9	1,0	
FEIJÃO (em grão) (2ª safra)	99.500	96.552	89.260	**	-10,3	-7,6	99.500	96.522	89.260	-10,3	-7,5
FUMO (em folha)	14.000	15.060	15.360	**	9,7	2,0	14.000	15.060	15.360	9,7	2,0
MANDIOCA	18.000	17.157	20.298	12,8	18,3	18.000	17.157	20.298	12,8	18,3	
MILHO (em grão) (1ª safra)	85.000	80.396	80.396	**	-5,4	-	85.000	83.396	80.396	-5,4	-
LAVOURAS PERMANENTES											
BANANA	4.050	3.977	3.977	-1,8	-	4.050	3.977	3.977	-1,8	-	
COCO-DA-BAÍÁ	14.000	12.827	12.827	-8,4	-	14.000	12.827	12.827	-8,4	-	
LARANJA	3.950	3.920	4.057	2,7	3,5	3.950	3.920	4.057	2,7	3,5	

Fonte: Levantamento Sistemático da Produção Agrícola SETEMBRO/OUTUBRO / 2008 - IBGE.

(1) Relação de produtos pesquisados pelo Levantamento Sistemático da Produção Agrícola.

(**) Refere-se a área plantada.

(*) Situação em dezembro de 2007.

SITUAÇÃO DAS LAVOURAS - PRODUÇÃO FÍSICA E RENDIMENTO MÉDIO ESPERADO
ALAGOAS
2007 - 2008

Produtos do LSPA (1)	Produção Física (ton)					Rendimento Médio (Kg/ha)				
	Safra/2007 (A)(*)	Safra/2008		Var. (%)		Safra/2007 (D)(*)	Safra/2008		Var. (%)	
		SET(B)	OUT(C)	C/A	C/B		SET(E)	OUT(F)	F/D	F/E
LAVOURAS TEMPORÁRIAS										
ABACAXI	11.400	9.819	8.203	-28,0	-16,5	20.000	19.405	20.007	0,0	3,1
ALGODÃO HERBÁCEO	5.400	3.024	2.245	-58,4	-25,8	450	354	308	-31,6	-13,0
ARROZ	14.000	13.449	13.452	-3,9	0,0	4.242	4.326	4.327	2,0	0,0
CANA-DE-AÇÚCAR	24.920.000	25.781.189	25.939.944	4,1	0,6	60.240	62.430	62.166	3,2	-0,4
FEIJÃO (em grão) (2ª safra)	49.750	53.857	44.922	-9,7	-16,6	500	558	503	0,6	-9,0
FUMO (em folha)	14.000	15.780	17.867	13,3	0,6	1.000	1.048	1.033	3,3	-1,4
MANDIOCA	248.400	244.778	292.575	17,8	19,5	13.800	14.267	14.414	4,4	1,0
MILHO (em grão) (1ª safra)	59.500	54.910	54.910	-7,7	-	700	683	683	-2,4	-
LAVOURAS PERMANENTES										
BANANA (3)	52.650	44.818	44.818	-14,9	-	13.000	11.269	11.269	-13,3	-
COCO-DA-BAÍÁ (2)	51.800	58.594	58.594	13,1	-	3.700	4.568	4.568	23,5	-
LARANJA (2)	59.250	35.003	32.227	-45,6	-7,9	15.000	8.929	7.944	-47,0	-11,0

Fonte: Levantamento Sistemático da Produção Agrícola SETEMBRO/OUTUBRO / 2008 - IBGE.

(1) Relação de produtos pesquisados pelo Levantamento Sistemático da Produção Agrícola.

(2) Produção física em mil frutos e rendimento médio em frutos por hectare.

(3) Produção física em mil cachos e rendimento médio em cachos por hectare.

(*) Situação em dezembro 2007.

SITUAÇÃO DAS LAVOURAS - ÁREA TOTAL PLANTADA E ÁREA COLHIDA
ALAGOAS
2007 - 2008

Produtos do LSPA (1)	Área Total Plantada (ha)					Área a ser Colhida (ha)				
	Safr/2007 (A)(*)	Safr/2008		Var. (%)		Safr/2007 (D)(*)	Safr/2008		Var. (%)	
		NOV(B)	DEZ(C)	C/A	C/B		NOV(E)	DEZ(F)	F/D	F/E
LAVOURAS TEMPORÁRIAS										
ABACAXI	570	362	362	-36,5	-	570	362	362	-36,5	-
ALGODÃO HERBÁCEO	12.000	3.655	3.500	** -70,8	-4,2	12.000	3.645	3.400	-71,7	-6,7
ARROZ	3.300	3.328	3.328	** 0,8	-	3.300	3.328	3.328	0,8	-
CANA-DE-AÇÚCAR	413.679	419.200	430.000	3,9	2,6	413.679	419.200	430.000	3,9	2,6
FEIJÃO (em grão) (2ª safra)	99.500	88.584	88.584	** -11,0	-	99.500	87.370	87.370	-12,2	-
FUMO (em folha)	14.000	15.360	14.000	** -	-8,9	14.000	15.360	14.000	-	-8,9
MANDIOCA	18.000	22.741	22.741	26,3	-	18.000	22.741	22.741	26,3	-
MILHO (em grão) (1ª safra)	85.000	72.640	80.000	** -5,9	10,1	85.000	66.338	78.000	-8,2	17,6
LAVOURAS PERMANENTES										
BANANA	4.050	4.229	4.229	4,4	-	4.050	4.229	4.229	4,4	-
COCO-DA-BAÍÁ	14.000	12.555	13.000	-7,1	2,7	14.000	12.555	13.000	-7,1	2,7
LARANJA	3.950	4.352	4.500	13,9	3,4	3.950	4.352	4.500	13,9	3,4

Fonte: Levantamento Sistemático da Produção Agrícola NOVEMBRO/DEZEMBRO/ 2008 - IBGE.

(1) Relação de produtos pesquisados pelo Levantamento Sistemático da Produção Agrícola.

(**) Refere-se a área plantada

(*) Situação em dezembro de 2007.

SITUAÇÃO DAS LAVOURAS - PRODUÇÃO FÍSICA E RENDIMENTO MÉDIO OBTIDOS
ALAGOAS
2007 - 2008

Produtos do LSPA (1)	Produção Física (ton)					Rendimento Médio (Kg/ha)				
	Safr/2007 (A)(*)	Safr/2008		Var. (%)		Safr/2007 (D)(*)	Safr/2008		Var. (%)	
		NOV(B)	DEZ(C)	C/A	C/B		NOV(E)	DEZ(F)	F/D	F/E
LAVOURAS TEMPORÁRIAS										
ABACAXI	11.400	7.350	7.350	-35,5	-	20.000	20.304	20.304	1,5	-
ALGODÃO HERBÁCEO	5.400	1.090	680	-87,4	-37,6	450	299	200	-55,6	-33,1
ARROZ	14.000	13.897	13.897	-0,7	-	4.242	4.176	4.176	-1,6	-
CANA-DE-AÇÚCAR	24.920.000	28.407.977	28.900.000	16,0	1,7	60.240	67.767	67.209	11,6	-0,8
FEIJÃO (em grão) (2ª safra)	49.750	41.533	41.533	-16,5	-	500	475	475	-5,0	-
FUMO (em folha)	14.000	15.867	14.000	-	-11,8	1.000	1.033	1.000	-	-3,2
MANDIOCA	248.400	300.896	318.374	28,2	5,8	13.800	13.231	14.000	1,4	5,8
MILHO (em grão) (1ª safra)	59.500	44.380	52.182	-12,3	17,6	700	669	669	-4,4	-
LAVOURAS PERMANENTES										
BANANA (3)	52.650	45.179	45.179	-14,2	-	13.000	10.683	10.683	-17,8	-
COCO-DA-BAÍÁ (2)	51.800	52.119	54.600	5,4	4,8	3.700	4.118	4.200	13,5	2,0
LARANJA (2)	59.250	38.500	39.811	-32,8	3,4	15.000	8.847	8.847	-41,0	-

Fonte: Levantamento Sistemático da Produção Agrícola NOVEMBRO/DEZEMBRO/ 2008 - IBGE.

(1) Relação de produtos pesquisados pelo Levantamento Sistemático da Produção Agrícola.

(2) Produção física em mil frutos e rendimento médio em frutos por hectare.

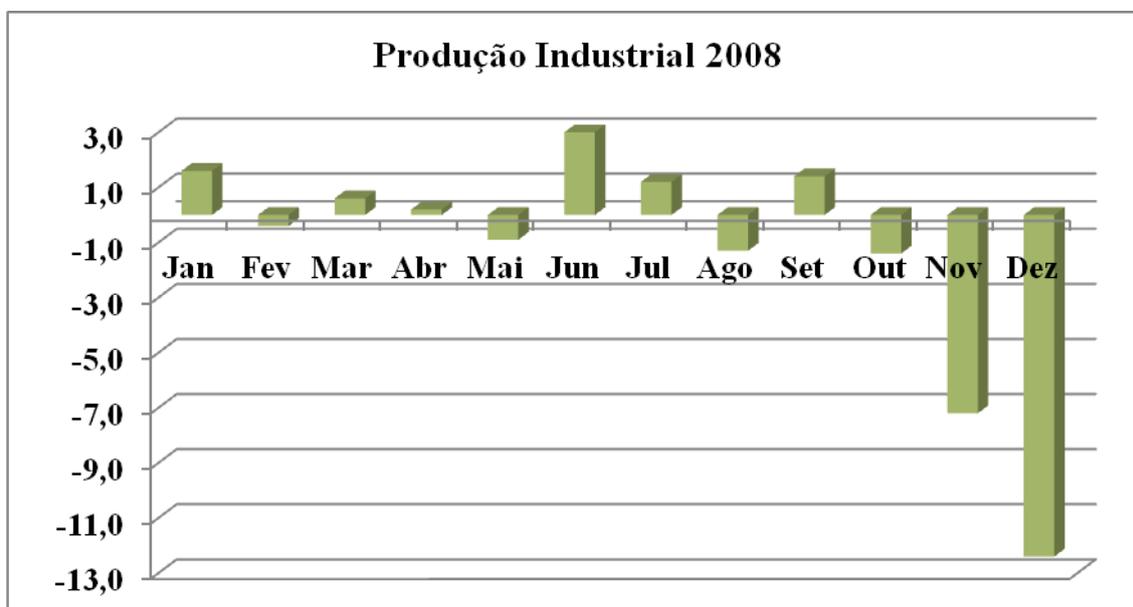
(3) Produção física em mil cachos e rendimento médio em cachos por hectare.

(*) Situação em dezembro 2007.

ATIVIDADE INDUSTRIAL

Segundo o IBGE¹, a produção industrial brasileira em 2008 registrou crescimento de 3,1%. A retração verificada em relação a 2007, deve-se ao reflexo da crise financeira internacional. A maior queda histórica ocorreu no mês de dezembro, quando a produção industrial indica retração de 12,4% em relação

ao mês de novembro. Na comparação com dezembro de 2007, o decréscimo foi de 14,5%, também considerado recorde. A queda em dezembro foi o terceiro resultado negativo consecutivo diante do mês anterior, acumulando perda de 19,6% de setembro a dezembro.



FONTE: IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística)

¹ IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística); Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (A Produtividade da Indústria em 2008 e os efeitos da Crise), mar 2009. Disponível em: www.iedi.org.br/admin_ori/pdf/200903331_produtividade.pdf. Acesso em: 19 ago 2010);

Em relação a geração de empregos, o mercado de trabalho industrial registra, em 2008, o melhor desempenho desde 2002, primeiro ano-base de comparação, após o início da série histórica, em 2001. De janeiro a julho de 2008, o emprego industrial cresceu 2,8% em relação a igual período no ano passado, informou o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O melhor desempenho verificado até então havia sido constatado em 2007, quando o emprego na indústria teve expansão de 2,2%, frente aos sete primeiros meses de 2006. O nível de emprego na indústria subiu pelo segundo mês consecutivo, com alta de 0,7% em julho, na comparação com o mês anterior².

O faturamento da indústria subiu 0,2% em julho e expressivos 9% nos sete primeiros meses deste ano, o que representa novo recorde para este período, segundo revelou a Confederação Nacional da Indústria³ (CNI). A série histórica da entidade tem início em 2003.

No que se refere a horas trabalhadas na produção industrial no primeiro semestre de 2008, a Confederação Nacional da Indústria informa que o nível de atividade da indústria, cresceu de 5,9% nos seis primeiros meses do ano.

Segundo a CNI, “O ano de 2008 é o de maior dinamismo da atividade industrial desde 2003. O ritmo de crescimento para um primeiro semestre é o maior em cinco anos, superando a taxa de expansão de 5,7% registrada no primeiro semestre de 2004”⁴.

Para o economista da CNI⁵, “O que está de fato sustentando o dinamismo na atividade industrial é o mercado interno. O crescimento da massa salarial, os gastos do governo, crédito e renda em alta, fazem com que o mercado doméstico se expanda e com que a produção industrial acompanhe o aumento da demanda (procura por produtos e serviços)”.

O nível de utilização de capacidade instalada, indicador que é visto com atenção pelo Banco Central na definição da taxa básica

de juros, bateu novo recorde em junho deste ano, ao somar 83,3%. Em maio de 2008, estava em 82,5% e em junho do ano passado, em 82,2%. Quando sobe o nível de uso do parque fabril brasileiro, aumentam as preocupações de que pode haver aumentos dos preços devido à forte procura por produtos e serviços. A utilização da capacidade instalada está em um nível próximo de 83% desde setembro do ano passado. Está em alta em padrões históricos, da mesma forma como estava nos últimos nove meses. Segundo o economista da CNI⁶, “É um dado positivo, porque o empresário só vai se sentir estimulado a investir quando o uso do parque fabril estiver alto”.

Em Alagoas, a interiorização é uma aposta do governo para fortalecer o setor industrial, para tanto, parcerias estão sendo fechadas com as prefeituras para o fortalecimento do setor industrial. A prefeitura de Murici está incentivando a atração de novos empreendimentos. Em Arapiraca, está sendo implantado um Pólo de móveis e madeiras, onde já existe uma área de 36 mil m². Em Capela foi disponibilizada uma área para a construção do pólo de artesanato. Em Delmiro Gouveia já existe uma área para a construção de um Pólo de confecções⁷.

A revitalização do Polo Multissetorial Governador Luiz Cavalcante deve atrair novas empresas, no sentido de retomar o processo de industrialização do Estado.

Para o presidente da Associação dos Dirigentes de Empresas do Distrito Industrial⁸ (Adedi), a obra trará benefícios para as empresas já instaladas e ressaltou a necessidade de incentivos do governo para as novas unidades. Ressalta ainda, que as empresas do Distrito Industrial ocupam 60% dessa área e geram três mil empregos diretos e 11 mil indiretos. Além disso, as novas empresas deverão gerar mais 500 empregos diretos e 2.500 indiretos. As empresas já instaladas assim como as novas unidades, contribuirão para a diversificação da economia do Estado⁹.

² Gazeta 10 de setembro de 2008

³ O Jornal 4 set 2008

⁴ O Jornal, 5 ago 2008.

⁵ Paulo Mol

⁷ Primeira Edição, 31 mar e 1 abr 2008

⁸ Gilvan Leite

⁹ Tribuna Independente, 4 jun 2008.

SEGMENTO SUCROALCOOLEIRO

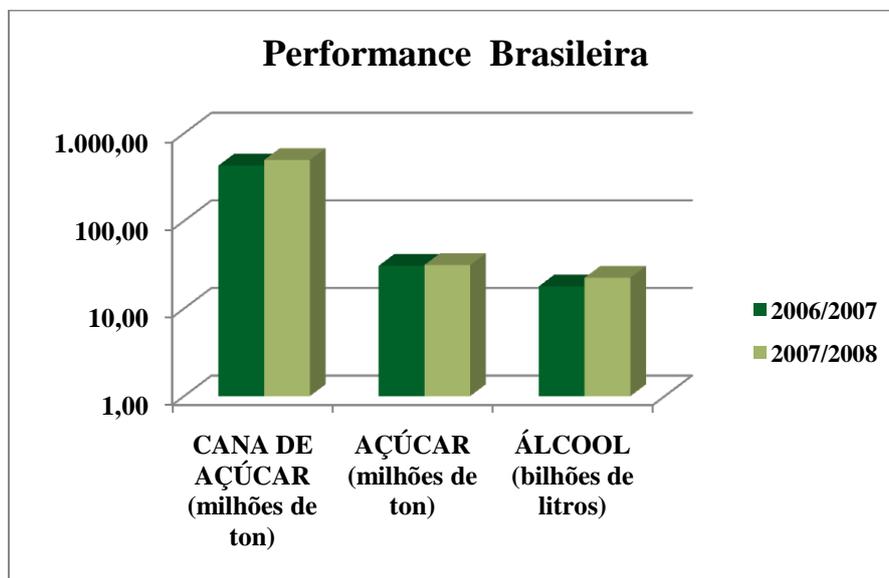
No contexto Brasil, a produção de cana-de-açúcar alcançou na safra 2007/2008 o patamar de 496,43 milhões de toneladas, registrando aumento de 15,73% em relação à safra anterior. Foram produzidas 31,37 milhões

de toneladas de açúcar, com aumento de 1,98% e 22,46 milhões de m³ de álcool, com crescimento de 25,20% em relação a safra 2006/2007.

PERFORMANCE BRASILEIRA - SEGMENTO SUCROALCOOLEIRO 2006/2007 - 2007/2008

PRODUÇÃO	Safra		Variação (%)
	2006/2007	2007/2008	
CANA DE AÇÚCAR (milhões de ton)	428,94	496,43	15,73
AÇÚCAR (milhões de ton)	30,75	31,36	1,98
ÁLCOOL (bilhões de litros)	17,94	22,46	25,20

FONTE: Sindicato da Indústria do Açúcar e do álcool /AL



O crescente excesso de oferta de açúcar no mercado mundial em 2008 poderá motivar queda do preço em torno de 18%, ameaçando a receita de exportações do Brasil e da Índia, os dois maiores produtores do mundo.

No país, desde o final da década de 80, no auge do Pró-Álcool, o consumo de álcool hidratado fechou o primeiro bimestre do ano com crescimento de 56%, em relação a igual período do ano passado, enquanto o de gasolina cresceu apenas 2,9% e o do diesel, 11,5%¹⁰.

No mesmo período a produção de álcool

no Brasil registrou aumento, pelo que se pressupõe que o etanol derivado dessa *commodity* possa perder atratividade no mercado, à medida que o preço do petróleo bruto apresente redução, devido a oscilações no mercado.

Com a retomada do Projeto Proálcool ocorreu uma grande expansão na capacidade produtiva, entre 2000 a 2008 registrando um elevado crescimento na área plantada 73%, na produção de cana 72% e significativo aumento na produtividade 13%.

EVOLUÇÃO DA PRODUTIVIDADE DA CANA-DE-AÇÚCAR BRASIL 2008

ANO	ÁREA (milhões de hectares)		PRODUÇÃO (milhões de ton)	RENDIMENTO (Ton/ha)
	ÁREA PLANTADA	ÁREA COLHIDA		
2000	4,82	4,82	325,33	67,51
2001	5,02	4,96	344,28	69,44
2002	5,21	5,10	363,72	71,31
2003	5,38	5,37	389,85	72,58
2004	5,57	5,63	416,26	73,88
2005	5,62	5,76	419,56	72,83
2006	7,04	6,19	457,98	74,05
2007	7,37	6,56	489,96	74,73
2008	8,36	7,29	558,14	76,61

FONTE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE

¹⁰ Gazeta de Alagoas, 18 abr 2008

Na região Norte-Nordeste a produção de cana-de-açúcar em toneladas apresentou na safra 2007/2008 crescimento de 18,5% em relação à safra anterior, passando de 55,02 para 65.20 milhões de toneladas. Com relação ao

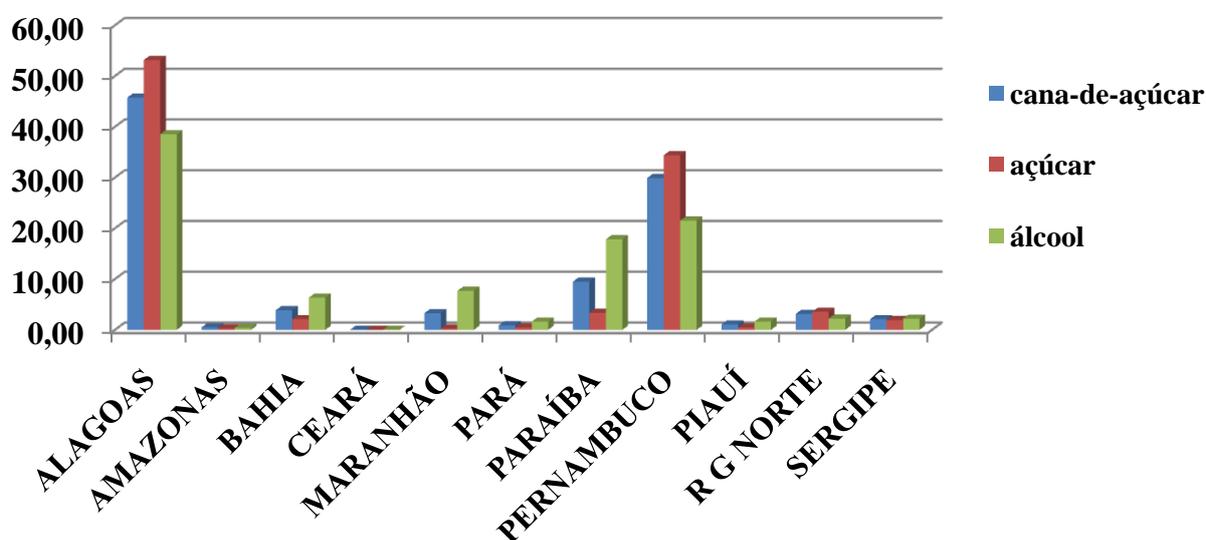
açúcar foram produzidos 4,89 milhões de toneladas, com aumento de 16,38% e 2,21m³ de álcool, com aumento de 24,25% em relação à safra 2006/2007.

**PRODUÇÃO DA AGROINDÚSTRIA SUCROALCOOLEIRA
NORTE-NORDESTE
SAFRA 2007 - 2008**

Estados	Cana-de-Açúcar (ton)	Variação (%)	Açúcar Total (ton)	Variação (%)	Álcool Total (m³)	Variação (%)
ALAGOAS	29.837.440	45,76	2.601.877	53,16	852.907	38,52
AMAZONAS	318.141	0,49	16.185	0,33	8.264	0,37
BAHIA	2.522.923	3,87	102.524	2,09	140.535	6,35
CEARÁ	8.250	0,01	20	0,00	571	0,03
MARANHÃO	2.134.604	3,27	13.075	0,27	170.164	7,69
PARÁ	575.525	0,88	22.805	0,47	35.804	1,62
PARAÍBA	6.195.199	9,50	164.298	3,36	395.057	17,84
PERNAMBUCO	19.505.210	29,92	1.683.485	34,39	476.682	21,53
PIAUI	689.130	1,06	22.255	0,45	36.169	1,63
R G NORTE	2.047.750	3,14	174.068	3,56	49.244	2,22
SERGIPE	1.367.813	2,10	94.061	1,92	48.693	2,20
NORTE/NORDESTE	65.201.985	100,00	4.894.653	100,00	2.214.090	100,00

FONTE: Sindicato da Indústria do Açúcar e do álcool/AL

Produção da Agroindústria Sucroalcooleira Norte - Nordeste



O diretor associado do Sindicato da Indústria do Açúcar e do Álcool no Estado de Alagoas (Sindaçúcar-AL), e diretor da Cooperativa Regional dos Produtores de Açúcar e Álcool de Alagoas (CRPAAA)¹¹ informa que as indústrias do Nordeste vão aumentar a produção de álcool na safra 2008/2009. Para tanto, os sindicatos dos Estados de Alagoas, Pernambuco e Paraíba principais produtores da região, estão se articulando no sentido de viabilizar a produção de acordo com o consumo, ou seja, com suprimento de álcool na safra e entressafra 2008/2009.

A logística do transporte do álcool apresentou em 2007 problemas diante de uma demanda que cresceu acima da expectativa. De acordo com dados do setor, o Brasil possui uma frota de 3 milhões de veículos, sendo 85% deles, flex.

A boa distribuição de chuvas na região canavieira alagoana, além de investimentos das empresas do setor em irrigação, tecnologia e novas variedades da planta, são considerados os principais responsáveis pelo aumento da moagem de cana-de-açúcar na safra 2007/2008.

Para o presidente do Sindaçúcar-Al¹², “a colheita maior não deve significar aumento de faturamento no setor. A desvalorização do dólar e a grande oferta de produtos, provocada por uma super safra no Centro-Sul, impulsionam os preços para baixos, reduzindo as margens de lucros dos produtores”. Antecipa ainda que o crescimento da safra não será suficiente para suprir a perda, em função dos preços mais baixos registrados tanto no Brasil quanto no mercado internacional¹³.

Na safra 2007/2008, em Alagoas 24 unidades moeram, sendo que 4 produziram açúcar, 3 álcool e 17 açúcar e álcool.

Segundo dados do Sindaçúcar-Al, na safra 2007/2008, Alagoas produziu 29.837.440 milhões de toneladas de cana-de-açúcar, com aumento de 20,87% em relação à safra anterior, que foi de 24.685.900 milhões de toneladas. Desse total foram destinadas 23.736.894 milhões de toneladas para a fabricação de açúcar, com produção de 52.037.540 sacas de 50Kg e 6.100.546 toneladas para a fabricação de álcool, com produção de 852.907m³, com aumento de 18,48% e 31,16% respectivamente, em relação à safra 2006/2007.

¹¹ José Ribeiro Toledo Filho

¹² Pedro Robério Nogueira

¹³ O Jornal 9 nov. 2007

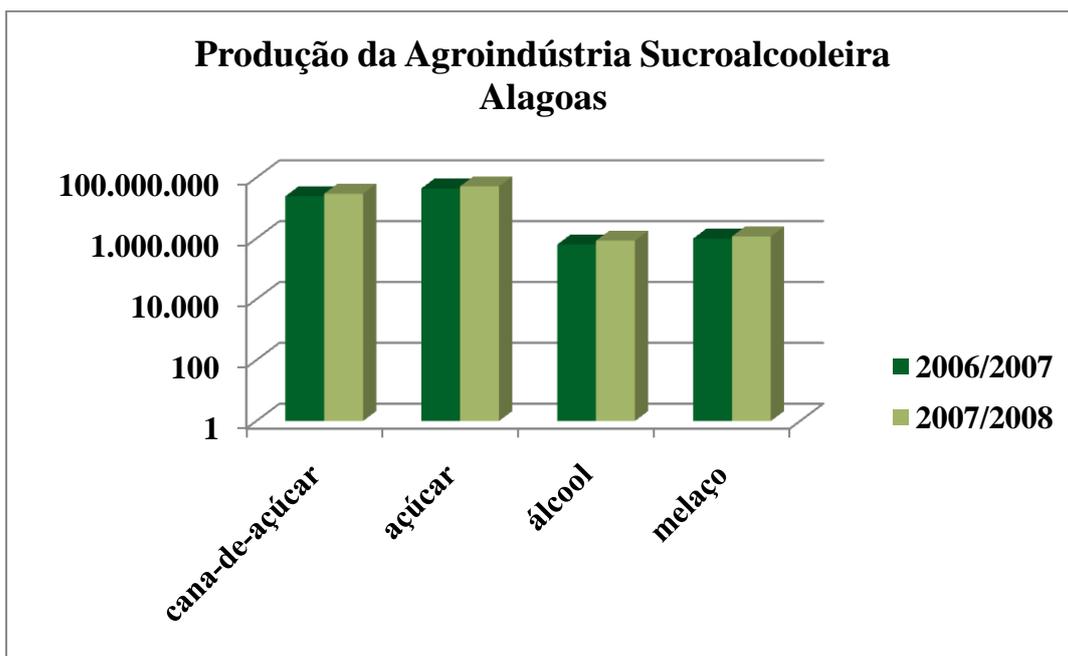
A produção de açúcar na safra 2007/2008 registrou aumento de 17,55% em relação à safra anterior, distribuídas entre açúcar VHP, 28,06%, açúcar refinado granulado, 26,55% e redução de 4,61% para o açúcar cristal. No que se refere ao álcool, a

produção foi distribuída entre anidro, 36,85% e hidratado, 31,64% em relação à safra anterior. Registra-se aumento de 17,04% na produção de melaço na safra 2007/2008 em relação à safra 2006/2007, passando de 1.001.694 para 1.172.372 toneladas.

**PRODUÇÃO DA AGROINDÚSTRIA SUCROALCOOLEIRA
ALAGOAS
SAFRA 2006/2007 - 2007/2008**

Produtos	Safra		Var. (%)	Participação (%)	
	2006/2007 (A)	2007/2008 (B)	B/A	Safra	
				(A)	(B)
CANA DE AÇÚCAR (moídas) (milhões de ton.)	24.685.900	29.837.440	20,87	100,00	100,00
PARA AÇÚCAR	20.034.828	23.736.894	18,48	81,16	79,55
PARA ÁLCOOL	4.651.072	6.100.546	31,16	18,84	20,45
AÇÚCAR (mil sacas de 50 KG)	44.270.255	52.037.540	17,55	100,00	100,00
AÇÚCAR DEMERARA (VHP)	26.904.405	34.454.140	28,06	60,77	66,21
AÇÚCAR CRISTAL	14.099.050	13.449.340	-4,61	31,85	25,85
AÇÚCAR REFINADO GRANULADO	3.266.800	4.134.060	26,55	7,38	7,94
ÁLCOOL (m3)	636.825	852.907	33,93	100,00	100,00
ÁLCOOL ANIDRO	280.036	383.233	36,85	43,97	44,93
ÁLCOOL HIDRATADO	356.789	469.674	31,64	56,03	55,07
MELAÇO (ton)	1.001.694	1.172.372	17,04	100,00	100,00

Fonte: Sindicato da Indústria do Açúcar e do Álcool/AL



Do total de 853 milhões de litros de álcool fabricados, foram exportados 408 milhões de litros. O restante da produção foi consumida no mercado interno, sendo cerca de 80 milhões de litros em Alagoas¹⁴. Indústrias aumentam produção de álcool para atender demanda, no sentido de que em fevereiro de 2008, pela primeira vez, em 20 anos, o consumo de álcool combustível (somados anidro e hidratado), superou o da gasolina no Brasil.

O consumo de álcool tem crescido desde 2003, com o advento dos carros Flex. Acompanhando o aumento da demanda, as unidades produtoras do estado estão ampliando a produção de álcool. Na safra 2006/2007 a produção total do combustível (anidro e hidratado) foi de 636.825 m³. Nesta safra, ainda não concluída, já registra-se a produção de 814,980 m³ de álcool, 28% a mais de todo o volume da safra anterior.

Indústrias do segmento em Alagoas seguem o planejamento traçado no Plano Safra 2008/2009 para a região Nordeste, que prevê aumento da produção de etanol e queda na fabricação de açúcar. Com a finalidade de aumentar a produção de álcool e atingir a marca de 900 milhões de litros de álcool

(Anidro e Hidratado), as usinas produziram no primeiro mês da safra 2008/2009, 35,6 milhões de litros. O crescimento é de 9,94% na comparação com o ciclo 2007/2008 (32,3 milhões de litros).

O aumento previsto na oferta de álcool tem o objetivo de atender a demanda e evitar o risco do desabastecimento do combustível no mercado regional. Por outro lado, a produção do açúcar, que deve apresentar uma redução em cumprimento ao Plano Safra da região Nordeste, em setembro de 2007, foi de 131,6 mil toneladas. O volume corresponde a um aumento de 1,16% em relação a setembro do ano anterior quando a produção foi de 130,1 mil toneladas de açúcar.

Para a safra 2008/2009 estima-se aumentar a produção total de etanol por volta de 9%. A produção de álcool hidratado, isoladamente, deverá crescer mais de 16%”, aponta o presidente¹⁵ do Sindaçúcar-Al¹⁶.

No sentido de viabilizar a produção de etanol, com vistas a atender o aumento da demanda, a Petrobras planeja construir pelo menos 15 usinas até 2012, para atingir sua meta de produção, que é de 4,7 bilhões de litros. Segundo o diretor de Abastecimento e Refino

¹⁴ Alagoas 24 horas – 24 Jul 2008

¹⁵ Pedro Robério Nogueira

¹⁶ Alagoas Negócios, 16 out 2008

da estatal¹⁷, o projeto seguirá o modelo da parceria com a MITSUI e a Itarumã Açúcar e Álcool, realizado para a construção de uma unidade em Goiás¹⁸.

O transporte de álcool contempla a maior parte dos investimentos do plano estratégico da Petrobras para o setor de bicomcombustível, com 46% do orçamento de US\$ 1,5 bilhão. A empresa busca como mercados prioritários o Japão, a Coréia do Sul, Estados Unidos e Noruega. Neste sentido, pretende utilizar parte da capacidade de estocagem da recém-comprada Refinaria de Okinawa para armazenar etanol destinado ao mercado local. O Japão autorizou recentemente a mistura de 3% de álcool à gasolina.

O diretor de Abastecimento e Refino da Petrobras também vê com “otimismo” as recentes mudanças regulatórias no mercado americano, que instituiu metas para uso de combustíveis renováveis. Mas, segundo o diretor: “tais metas só poderão ser atingidas caso o governo americano reduza as tarifas de importação do etanol brasileiro”.

A opção feita pelo Brasil de utilizar o álcool como combustível, há 30 anos, e a tecnologia desenvolvida para sua produção a partir da cana-de-açúcar deixa o País em posição confortável no cenário mundial, no qual os países ainda buscam desenvolver tecnologia que permita a exploração comercial de novas alternativas de energia. A avaliação é do diretor substituto do Departamento de Cana-de-açúcar e Agroenergia do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento¹⁹ (MAPA).

Essa posição, de acordo com o diretor, faz com que o governo brasileiro não tenha necessidade urgente de investir recursos de forma pesada na busca por alternativas mais eficientes.

Segundo avaliação do Diretor, em relação à cana-de-açúcar, devido à eficiência comprovada na produção, a situação é altamente confortável.

Além do que o aproveitamento eficiente do bagaço como fonte energética, inclusive para a produção de energia elétrica, reduz significativamente o custo industrial e aumenta o balanço energético e ambiental.

Em relação a novos parceiros comerciais para Alagoas, em rodada de negócios e workshops setoriais entre empresas brasileiras e chinesas. O presidente do Sistema Fecomércio-Sesc-Senac Alagoas²⁰, apresentou para os investidores e empresários chineses, a cachaça, a rapadura, o mel de engenho e o açúcar mascavo Brejo dos Bois, produzidos no agreste alagoano. Os produtos despertaram grande interesse. Segundo o Presidente do Sistema Fecomércio “O que mais chamou a atenção dos chineses foi fato de o produto ser orgânico, o que é muito valorizado na China. Detalhes foram solicitados sobre a produção e a capacidade de exportação da empresa”.

¹⁷ Paulo Roberto Costa

¹⁸ Gazeta de Alagoas, 7 set 2008

¹⁹ José Nilton de Souza Vieira

²⁰ Wilton Malta

SALGEMA

Em 2008, a produção física comercializada dos derivados do salgema em Alagoas, segundo o destino, apresentou variação negativa de 0,31% no mercado interno para a soda evaporação e positiva de 12,21%

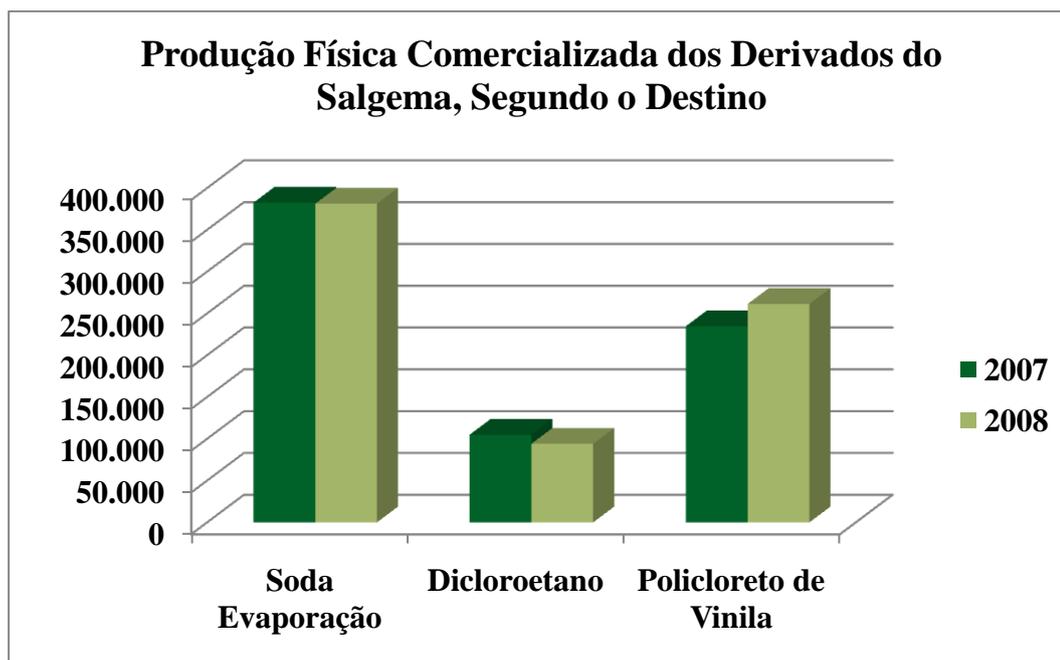
para o policloreto de vinila. O mercado externo registrou variação negativa tanto para o dicloroetano como para o policloreto de vinila, de 10,35% e 1,97% respectivamente, como reflexo de oscilações no mercado.

PRODUÇÃO FÍSICA COMERCIALIZADA DOS DERIVADOS DO SALGEMA, SEGUNDO O DESTINO ALAGOAS 2007 - 2008

Mercado	Produção (ton.)								
	Soda Evaporação			Dicloroetano			Policloreto de Vinila		
	Anual		Var. (%) 2008/2007	Anual		Var. (%) 2008/2007	Anual		Var. (%) 2008/2007
	2007	2008		2007	2008		2007	2008	
Interno	382.476	381.293	-0,31	-	-	-	220.456	247.366	12,21
Externo	-	-	-	104.890	94.034	-10,35	14.232	13.952	-1,97
Total	382.476	381.293	-0,31	104.890	94.034	-10,35	234.688	261.318	11,35

FONTE: Braskem/AL

NOTA: Dados Trabalhados pela SEPLAN/CGPLAN



A Braskem anuncia o primeiro polietileno linear certificado do mundo feito a partir de matérias-primas 100% renováveis, confirmando sua liderança tecnológica na produção de polímeros verdes e seu compromisso com o desenvolvimento sustentável. O programa de desenvolvimento de biopolímeros pela Braskem, iniciado em junho de 2007 com o lançamento da primeira resina verde, o polietileno verde, o polietileno de alta densidade, são destinados a mercados que exigem produtos com desempenho e qualidade superiores, com destaque para a indústria automobilística, de embalagens alimentícias, cosméticos e artigos de higiene pessoal²¹.

O crescimento das vendas no mercado doméstico no primeiro trimestre de 2008, impulsionado pela expansão de 7% das resinas termoplásticas PE (polietileno), PP (polipropileno) e PVC (policloreto de vinila), com destaque para o PVC (13%), refletindo o aquecimento do mercado da construção civil, contribuiu para o resultado positivo da empresa²².

Em relação ao processo de produção, o presidente nacional da companhia²³, em visita às unidades da Braskem em Maceió e Marechal Deodoro, anunciou o aumento da capacidade de produção de PVC em Alagoas. Das atuais 250 mil toneladas ao ano, a indústria pretende ampliar para 450 mil toneladas a produção do plástico que é utilizado na fabricação de tubos, conexões e forros. O aumento da capacidade é alavancado pela alta na construção civil e nas obras de saneamento básico em grandes cidades²⁴.

A Braskem concluiu projeto de expansão na unidade PVC de Alagoas em 2006 e no ano 2007 na unidade de PVC da Bahia. Hoje a unidade alagoana tem capacidade de 240 mil toneladas anuais. A expansão, na prática uma duplicação, será em Alagoas porque o Estado reúne melhores condições de infra-estrutura e insumos.

²¹ Tribuna independente 20 mar 2008

²² Gazeta de Alagoas, 8 maio 2008

²³ José Carlos Grubisich

²⁴ Gazeta de Alagoas, 18 abr 2008

**PRODUÇÃO FÍSICA COMERCIALIZADA DOS DERIVADOS DO SALGEMA
ALAGOAS
2007 - 2008**

Mês	Produção (ton.)											
	Soda Evaporação				Dicloroetano				Policloreto de Vinila			
	Merc. Int. (A)	Merc. Ext. (B)	Total A+B	Var. (%) 2008/2007	Merc. Int. (C)	Merc. Ext. (D)	Total C+D	Var. (%) 2008/2007	Merc. Int. (E)	Merc. Ext. (F)	Total E+F	Var. (%) 2008/2007
2007												
JANEIRO	29.662	-	29.662	-	-	12.995	12.995	-	11.955	1.158	13.113	-
FEVEREIRO	28.304	-	28.304	-	-	12.994	12.994	-	15.505	1.196	16.701	-
MARÇO	29.197	-	29.197	-	-	10.202	10.202	-	15.379	1.916	17.295	-
ABRIL	30.237	-	30.237	-	-	12.373	12.373	-	12.389	512	12.901	-
MAIO	30.570	-	30.570	-	-	-	-	-	12.318	1.144	13.462	-
JUNHO	31.904	-	31.904	-	-	-	-	-	21.606	2.076	23.682	-
1º SEMESTRE	179.874	-	179.874	-	-	48.564	48.564	-	89.152	8.002	97.154	-
JULHO	32.016	-	32.016	-	-	9.413	9.413	-	19.027	1.478	20.505	-
AGOSTO	29.594	-	29.594	-	-	21.789	21.789	-	20.168	1.300	21.468	-
SETEMBRO	34.385	-	34.385	-	-	-	-	-	22.676	1.118	23.794	-
OUTUBRO	35.357	-	35.357	-	-	12.506	12.506	-	21.853	592	22.445	-
NOVEMBRO	36.306	-	36.306	-	-	12618	12618	-	19.877	442	20.319	-
DEZEMBRO	34.944	-	34.944	-	-	-	-	-	27.703	1.300	29.003	-
2º SEMESTRE	202.602	-	202.602	-	-	56.326	56.326	-	131.304	6.230	137.534	-
ANUAL	382.476	-	382.476	-	-	104.890	104.890	-	220.456	14.232	234.688	-
2008												
JANEIRO	27.392	-	27.392	-7,65	-	5.069	5.069	-60,99	15.663	1.296	16.959	29,33
FEVEREIRO	27.570	-	27.570	-2,59	-	17.073	17.073	31,39	16.837	1.636	18.473	10,61
MARÇO	28.233	-	28.233	-3,30	-	3.001	3.001	-70,58	15.513	1.534	17.047	-1,43
ABRIL	30.624	-	30.624	1,28	-	3.007	3.007	-75,70	16.749	1.118	17.867	38,49
MAIO	39.904	-	39.904	30,53	-	7.077	7.077	-	18.936	2.002	20.938	55,53
JUNHO	33.165	-	33.165	3,95	-	2.009	2.009	-	23.112	910	24.022	1,44
1º SEMESTRE	186.888	-	186.888	3,90	-	37.236	37.236	-23,33	106.810	8.496	115.306	18,68
JULHO	32.591	-	32.591	1,80	-	14.434	14.434	-	25.539	1.848	27.387	33,56
AGOSTO	34.642	-	34.642	17,06	-	16.719	16.719	-	34.141	1.804	35.945	67,44
SETEMBRO	33.159	-	33.159	-3,57	-	13.044	13.044	-	23.842	504	24.346	2,32
OUTUBRO	34.604	-	34.604	-2,13	-	-	-	-100,00	22.623	-	22.623	0,79
NOVEMBRO	31.727	-	31.727	-12,61	-	12601	12601	-	13.982	-	13.982	-31,19
DEZEMBRO	27.684	-	27.684	-20,78	-	-	-	-	20.429	1.300	21.729	-25,08
2º SEMESTRE	194.407	-	194.407	-4,04	-	56.798	56.798	0,84	140.556	5.456	146.012	6,16
ANUAL	381.295	-	381.295	-0,31	-	94.034	94.034	-10,35	247.366	13.952	261.318	11,35

Fonte: Braskem.

**PRODUÇÃO FÍSICA DOS DERIVADOS DO SALGEMA
ALAGOAS
2007 - 2008**

Mês	Produção (ton.)					
	Soda Evaporação		Dicloroetano		Policloreto de Vinila	
	Total	Var. (%) 2008/2007	Total	Var. (%) 2008/2007	Total	Var. (%) 2008/2007
2007						
JANEIRO	37.961	-	15.296	-	20.785	-
FEVEREIRO	30.107	-	13.354	-	19.522	-
MARÇO	35.101	-	17.460	-	19.574	-
ABRIL	35.680	-	5.365	-	12.471	-
MAIO	30.402	-	6.928	-	19.859	-
JUNHO	35.330	-	726	-	19.871	-
1º SEMESTRE	204.581	-	59.129	-	112.082	-
JULHO	36.461	-	9.270	-	20.568	-
AGOSTO	35.941	-	14.370	-	22.176	-
SETEMBRO	27.960	-	10.417	-	19.996	-
OUTUBRO	34.596	-	8.836	-	19.612	-
NOVEMBRO	34.846	-	9.760	-	19.469	-
DEZEMBRO	35.540	-	9.355	-	21.167	-
2º SEMESTRE	205.344	-	62.008	-	122.988	-
ANUAL	409.925	-	121.137	-	235.070	-
2008						
JANEIRO	35.957	-5,28	6.093	-60,17	20.073	-3,43
FEVEREIRO	32.352	7,46	5.910	-55,74	19.670	0,76
MARÇO	35.998	2,56	14.759	-15,47	23.378	19,43
ABRIL	33.853	-5,12	1.267	-76,38	21.379	71,43
MAIO	35.199	15,78	8.555	23,48	23.065	16,14
JUNHO	34.624	-2,00	5.974	722,87	22.341	12,43
1º SEMESTRE	207.983	1,66	42.558	-28,03	129.906	15,90
JULHO	36.955	1,35	10.384	12,02	23.808	15,75
AGOSTO	37.484	4,29	15.922	10,80	21.634	-2,44
SETEMBRO	36.781	31,55	15.516	48,95	22.875	14,40
OUTUBRO	36.843	6,49	4.042	-54,26	22.943	16,98
NOVEMBRO	34.308	-1,54	11.054	13,26	20.558	5,59
DEZEMBRO	34.479	-2,99	1.250	-86,64	21.006	-0,76
2º SEMESTRE	216.850	5,60	58.168	-6,19	132.824	8,00
ANUAL	424.833	3,64	100.726	-16,85	262.730	11,77

Fonte: Braskem.

CIMENTO

A indústria da construção civil em 2008 apresentou resultado positivo de 8,04%, em relação a 2007, como reflexo da estabilidade macroeconômica, a capitalização das empresas de construção e principalmente a elevação da renda e do crédito no país.

O consumo brasileiro de cimento vem contrariando o que ocorreu na maioria dos principais países consumidores, por conta da crise mundial e retração em suas demandas, em

2008, o Brasil apresentou consumo recorde, com crescimento de 14,4% elevando para 51,6 milhões de toneladas, fato que coloca o país como o 5º maior consumidor mundial do produto.

Em Alagoas acompanhando a tendência brasileira, a fábrica de cimento CIMPOR, no mesmo período, registrou aumento de 4,53% na produção e 23,55% no consumo, atendendo dessa forma a demanda do setor da construção civil local.

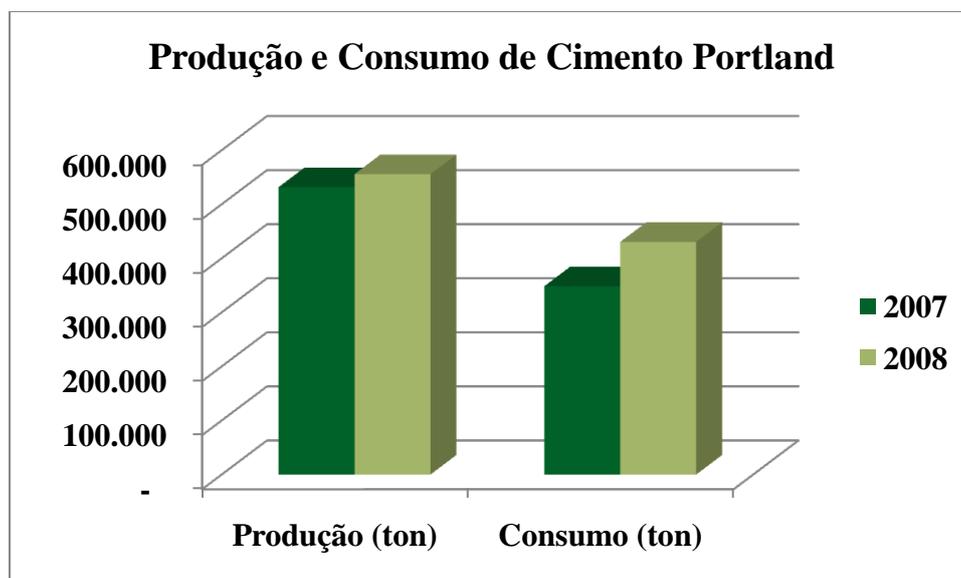
PRODUÇÃO E CONSUMO DE CIMENTO PORTLAND

ALAGOAS

2007 - 2008

Cimento Portland	Anos		Variação (%) 2008/2007
	2007	2008	
Produção (ton)	531.768	555.833	4,53
Consumo (ton)	348.465	430.516	23,55

FONTE: Sindicato Nacional da Indústria de Cimento.



**PRODUÇÃO E CONSUMO DE CIMENTO PORTLAND
ALAGOAS
2007 - 2008**

Mês	Produção (ton.)		Consumo (ton)	
	Total	Var. (%) 2008/2007	Total	Var. (%) 2008/2007
2007				
JANEIRO	35.670	-	31.654	-
FEVEREIRO	42.361	-	25.108	-
MARÇO	50.394	-	28.940	-
ABRIL	44.970	-	25.781	-
MAIO	50.873	-	26.836	-
JUNHO	49.822	-	22.509	-
1º SEMESTRE	274.090	-	160.828	-
JULHO	40.056	-	26.504	-
AGOSTO	45.601	-	27.872	-
SETEMBRO	42.114	-	28.082	-
OUTUBRO	41.527	-	35.652	-
NOVEMBRO	51.570	-	35.590	-
DEZEMBRO	36.810	-	33.937	-
2º SEMESTRE	257.678	-	187.637	-
ANUAL	531.768	-	348.465	-
2008				
JANEIRO	60.050	68,35	36.727	16,03
FEVEREIRO	47.555	12,26	31.630	25,98
MARÇO	50.682	0,57	33.902	17,15
ABRIL	44.453	-1,15	38.232	48,30
MAIO	42.110	-17,23	32.561	21,33
JUNHO	49.808	-0,03	30.739	36,56
1º SEMESTRE	294.658	7,50	203.791	26,71
JULHO	48.804	21,84	33.189	25,22
AGOSTO	58.062	27,33	35.939	28,94
SETEMBRO	48.682	15,60	36.274	29,17
OUTUBRO	44.520	7,21	41.761	17,14
NOVEMBRO	29.253	-43,28	38.241	7,45
DEZEMBRO	31.854	-13,46	41.321	21,76
2º SEMESTRE	261.175	1,36	226.725	20,83
ANUAL	555.833	4,53	430.516	23,55

FONTE: Sindicato Nacional da Indústria de Cimento.

SERVICOS

TURISMO

O fluxo de turistas no país registrou aumento de 2,44% em 2008 em relação a 2007,

motivado por ações de divulgação tanto no mercado interno como no externo.

MOVIMENTO OPERACIONAL DA INFRAERO BRASIL 2007-2008

Movimento/Setor	ANOS		Variação %
	2007	2008	
Nacional	97.951.731	99.974.794	2,07
Internacional	12.618.036	13.288.743	5,32
Total	110.569.767	113.263.537	2,44

FONTE: Infraero

O secretário Nacional de Políticas do Ministério do Turismo²⁵, detalhou as políticas públicas para o turismo brasileiro, destacando a ampliação do mercado internacional, que apresentou aumento de 5,32% em relação ao ano anterior, contando com o Plano Aquarela²⁶, investimentos em divulgação do Brasil no exterior, a captação de vôos internacionais (regulares e charters), tendo como retorno, o fortalecimento do mercado. No tocante ao cenário interno, o representante do Ministério do Turismo afirmou que são necessárias ações para implementação de estratégias objetivando aumentar a ocupação na baixa temporada, com vistas a minimizar o problema da sazonalidade, que é intensa. De acordo com o Secretário, 70% das viagens, no Brasil, são realizadas em três meses do ano, janeiro, fevereiro e julho.

Como política do Governo Federal, o PRODETUR continua promovendo o desenvolvimento do turismo, com incentivos para a região nordeste²⁷, conforme campanha lançada pelo ministro do turismo durante o IX Fórum de Governadores do Nordeste, o lançamento ocorreu com a campanha nacional “Se você é brasileiro, venha conhecer o Brasil”, o do Nordeste que ganhou um slogan “Se você é nordestino, venha conhecer o Nordeste²⁸”.

O segmento turístico em Alagoas, em 2008, apresentou aumento de 2,18% em relação ao fluxo de turistas, tanto no mercado interno como no externo registrando incremento de 13,20% no que se refere ao Mercado Internacional, como reflexo da divulgação do setor turístico alagoano em outros países.

²⁵ Airton Pereira

²⁶ Plano Aquarela – Marketing Turístico Internacional do Brasil (2007-2010)

²⁷ Diário, 3 dez 2008

²⁸ Diário, 3 dez 2008

**MOVIMENTO OPERACIONAL DA INFRAERO
ALAGOAS
2007-2008**

Movimento/Setor	ANOS		Variação %
	2007	2008	
Nacional	917.170	934.951	1,94
Internacional	20.135	22.793	13,20
Total	937.305	957.744	2,18

FONTE: Infraero

A temporada de verão 2007/2008 foi realmente uma das melhores dos últimos anos para o turismo alagoano, no tocante a embarques e desembarques, não só para as empresas aéreas, como também para os cruzeiros marítimos. Números fornecidos pela administração do Porto de Maceió à Secretaria de Estado do Turismo comprovam o crescimento de 45% de passageiros desembarcados pelo Porto de Maceió no período de novembro de 2007 a março de 2008, em relação ao período anterior.

Para Alagoas, a Infraero divulgou o resultado do primeiro semestre de 2008,

apontando crescimento nos desembarques tanto nacionais, quanto internacionais. No total, chegou ao aeroporto Zumbi dos Palmares mais de 500 mil passageiros, registrando aumento de 6,7% em comparação ao mesmo período do ano passado. O aumento em relação ao fluxo internacional se manteve em 26%, com quase 15 mil desembarques.

Como reflexo, os indicadores dos meios de hospedagem pontuam crescimento médio de 8,44% para o fluxo de entrada de hóspedes, 2,78% para a permanência média nas unidades habitacionais, 7,58% para a taxa de ocupação e 11,37% para a geração de diárias em 2008 em relação a 2007.

**INDICADORES DOS MEIOS DE HOSPEDAGEM
CLASSIFICADOS E NÃO CLASSIFICADOS
ALAGOAS
2007 – 2008**

Categoria	Anos		VAR. (%) 2008/2007
	2007	2008	
FLUXO DE ENTRADA DE HÓSPEDES (1)	33.890	36.752	8,44
PERMANÊNCIA MÉDIA (2)	3,6	3,7	2,78
TAXA DE OCUPAÇÃO DE UNIDADES HABITACIONAIS (3)	62,0	66,7	7,58
GERAÇÃO DE DIÁRIAS (4)	122.837	136.808	11,37

FONTE: Secretaria de Turismo de Alagoas – SETURES

NOTAS (1) Indicativos 1 e 4, dados fornecidos pela SETURES e trabalhados pela SEPLAN; (média)

(2) Indicativos 2 e 3, dados fornecidos pela SETURES. (média)

De acordo com o secretário estadual de Turismo²⁹, Alagoas está mantendo esse crescimento desde o início do ano, e no caso dos desembarques internacionais o aumento é ainda mais expressivo que a média nacional. "O mês de julho foi marcado pela operação do vôo direto da Gol, que ligou Buenos Aires a Maceió, e a volta dos vôos *charters da Itália*, fatos que proporcionam esse aumento do fluxo internacional"³⁰.

Ações promotoras e divulgadoras do Turismo em Alagoas, constam das iniciativas de diversos órgãos sintonizados com a atividade turística

A Política Nacional do Turismo 2007-2010, através do Macro Programa da Regionalização, selecionou 65 Destinos Indutores de Desenvolvimento do Turismo do Brasil. Segundo critérios institucionais, os destinos incluídos no Programa, precisam estar envolvidos com o processo de desenvolvimento turístico nas respectivas regiões de localização. A cidade de Maceió foi selecionada, ficando responsável pela regionalização de sua área metropolitana e Maragogi, a região da Costa dos Corais abrangendo os Municípios de Paripueira, Barra de Santo Antônio, Passo de Camaragibe, São Miguel dos Milagres, Porto de Pedras, Japaratinga e Porto Calvo³¹.

No que se refere a divulgação, Alagoas está inserido entre os destinos retratados na campanha "Brasil Sensacional", promovida pelo governo federal e lançada em Nova York pelo presidente Lula e pelo ministro do Turismo³².

O destino Alagoas também foi vendido na Bolsa de Turismo de Lisboa (BTL), e na Feira Internacional de Turismo (Fitur) de Madri.

A Secretaria de Turismo de Alagoas, a Secretaria de Promoção do Turismo de Maceió e a Associação Brasileira da Indústria de Hotéis de Alagoas promovem Workshop do destino Alagoas com agentes de viagens dentro da

programação dos "Roads shows"³³ realizados em diversas cidades nordestinas para divulgar os atrativos turísticos alagoanos.

A Secretaria de Estado do Turismo (Setur), a Associação Brasileira da Indústria dos *Hotéis de Alagoas (ABIH-AL)*, o *Sebrae-AL*, as *APLs de Turismo Lagoas e Mares do Sul*, Costa dos Corais e Caminhos do São Francisco, a Secretaria Municipal de Promoção do Turismo de Maceió (Semptur) e empresários do turismo participaram da ABAV 2008, que é um dos maiores eventos de turismo do Brasil. O stand de Alagoas com área de 110 m², apresentou as regiões de: Maceió, Costa dos Corais, Lagoas e Mares do Sul, Canyon e Foz do São Francisco e Cidades Históricas.

Os atrativos turísticos de Alagoas sempre se destacam entre os mais concorridos do Brasil. Na edição de fevereiro de 2008, uma das mais conceituadas na área de turismo, três destinos do Estado foram eleitos entre 100 mais do Brasil: as famosas piscinas naturais da Pajuçara, a praia do Gunga e o Cânion do rio São Francisco.

A revista ressalta a beleza das águas cristalinas das piscinas naturais, assim como o sossego e a exuberância da praia do Gunga, considerada uma das praias mais bonitas do Brasil.

Já o passeio pelo rio São Francisco é considerado uma opção para quem gosta de sair da agitação e conhecer um cenário histórico e bucólico. Nesse roteiro são considerados atrativos: a cidade de Piranhas, com a sua Grota de Angico, local onde Lampião e seu bando foram executados; a Gruta do Talhado; a hidrelétrica de Xingó e o Museu de Arqueologia³⁴.

Como forma de fortalecer o destino Sul de Alagoas, foi organizada a Associação dos Empreendedores de Turismo do Litoral Sul (Assert Sul) em parceria com o SEBRAE, com a formação de APLs (Arranjos Produtivos Locais). Os principais associados são micro-empresários do setor que estão investindo em uma nova forma de organização, através da qual unem forças e passam a dividir os custos

²⁹ Virgílio Loureiro

³⁰ Setur/Alagoas 24 horas 28 ago 08

³¹ AMA (Associação dos Municípios de Alagoas)/Alagoas 24 horas 31 mar 2008.

³² Luiz Barreto

³³ Divulgação de destinos turísticos

³⁴ Alagoas 24 horas, 18 Fev 2008

para o melhor desempenho de seus empreendimentos.

Como o reflexo de políticas públicas de incentivo ao turismo, de acordo com ranking divulgado no jornal *panrotas* do mês de fevereiro, Alagoas é o quinto destino mais vendido pela companhia de viagens CVC. Já Maceió ficou com o quarto lugar como cidade mais procurada.

No quesito resort mais vendidos, três alagoanos entram no ranking: em oitavo lugar, o Jatiúca Resort; em nono, o Salinas do Maragogi Resort; e em décimo primeiro, o Ventaclub, localizado na praia de Ipioca.

Na época de carnaval, por exemplo, de acordo com pesquisa realizada pela secretaria de Estado do Turismo com hotéis de todo o Estado, a média de ocupação ficou em torno de 94%, atingido taxa de 100%.

Entre as cidades mais visitadas estão Maceió, em primeiro lugar, a seguir Maragogi e Barra de São Miguel. Fato que contribuiu para a boa ocupação nesse período foi a vinda de vôos Charters da Argentina e Chile³⁵.

Em relação à segmentação, um aspecto que está se destacando no cenário turístico alagoano, é o de aventura, que está entre as atividades que mais crescem no mundo e é um dos grandes potenciais de Alagoas. No Estado, cerca de 20 empresas, entre formais e informais, atuam no setor. No entanto, é necessária organização e principalmente, a formalização dessas empresas no Estado, que poderão integrar a Associação Brasileira de Turismo de Aventura (Abeta) e participar de programas de qualificação e certificação em turismo de aventura³⁶.

"O turismo de aventura é um dos produtos motivacionais do mercado de Alagoas e que precisa ser organizado para estar na prateleira dos operadores turísticos", segundo a gestora da Carteira de Turismo, Artesanato e Cultura do Sebrae/AL³⁷.

Como reflexo das políticas públicas de incentivo ao turismo, Alagoas se destaca em premiação na área de eventos, em São Paulo.

Como destino para eventos na Região Nordeste, Maceió concorreu diretamente com Mata de São João (Complexo Costa do Sauípe) e Natal, tornando-se ganhadora do prêmio "Jacaré de Bronze", como o melhor destino para pequenos e médios eventos.

Na categoria Espaços para Eventos de Grande Porte-Nordeste, o Armazém Usina de Produção ficou na 4ª colocação.

Os hotéis de Maceió também foram premiados. Na categoria Hotel de Grande Porte NE, o Maceió Atlântics Suítes apareceu em 6º lugar. O Ritz Lagoa da Anta Urban resort levou o jacaré de prata como Hotel de Médio Porte NE. O Matsubara Hotel apareceu em 4º lugar na categoria Hotel de Pequeno Porte NE. Para o secretário de estado do Turismo, a premiação para Alagoas é o reconhecimento da consolidação do turismo de eventos no Estado, e serve para dar uma maior visibilidade ao destino.

A Secretaria de Estado do Turismo vem investindo na divulgação de Alagoas nos mercados regional, nacional e internacional que já apresenta os resultados com o aumento no fluxo de turistas e na captação de vôos.

Durante o encerramento da 23ª reunião do Fórum Estadual de Turismo, O governador de Alagoas³⁸ ressaltou a importância fundamental do turismo para o desenvolvimento do Estado, e enfatizando, a importância do planejamento e zoneamento ecológico para a realização de projetos turísticos visando o equilíbrio econômico e social. No sentido de promover a interiorização do Turismo, o governador salientou a importância da parceria entre o estado e os municípios alagoanos, para assegurar os projetos no setor, com incentivos do Ministério do Turismo.

³⁵ Setur/ Alagoas 24 horas, 11 fev 2008

³⁶ Carla Fragoso

³⁷ SEBRAE/AL/Alagoas 24 horas, 19 ago 08

³⁸ Teotônio Brandão Vilela Filho

TRANSPORTE

AEROPORTUÁRIO

Mesmo com pequena redução no movimento de Aeronaves no Aeroporto Zumbi dos Palmares no ano de 2008 em relação a 2007, registrando variação negativa de 6,72% e 6,67% para pousos e decolagens respectivamente. O movimento de passageiros e cargas registrou aumento no que se refere a embarques de passageiros de 4,57% e de carga de 37,97%, para desembarques de passageiros com incremento de 3,19% e de carga 7,99%. O resultado positivo deve-se ao aumento do fluxo de passageiros, tendo o turista como principal elemento.

A participação do Estado na terceira edição do Salão do Turismo no mês de junho em São Paulo foi essencial para o incremento verificado no número de visitantes.

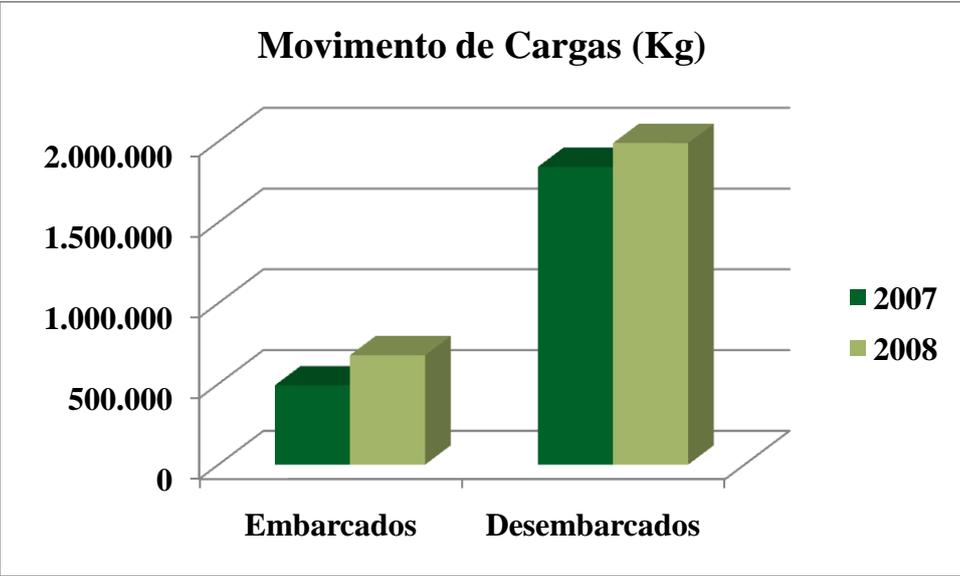
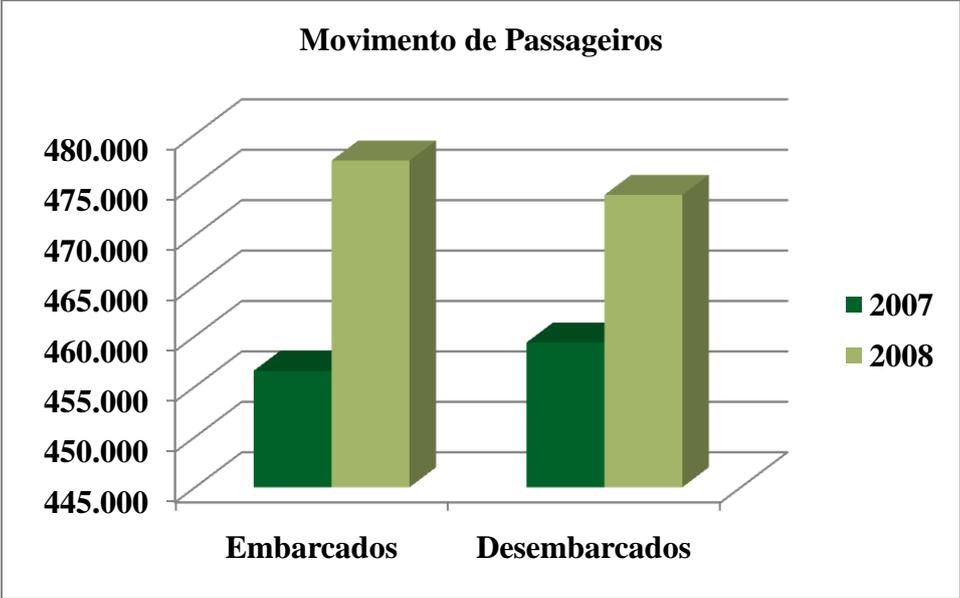
O evento foi muito proveitoso para o Estado de Alagoas que comemora os resultados da participação, como reflexo de ações em parceria entre secretarias de estado do Turismo (Setur) e secretaria municipal de Turismo, secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico, Energia e Logística (Sedec), ABIH-AL, Sebrae-AL, e o *trade* turístico, com a divulgação de atrativos turísticos a cerca de 60 mil visitantes, oportunidade para a negociação de novos vôos para Alagoas, além de cerca de 45 reuniões realizadas com operadores de turismo na rodada de negócios, o que poderá intensificar o transporte aeroportuário no Aeroporto Internacional Zumbi dos Palmares.

**MOVIMENTO ESTATÍSTICO DO AEROPORTO
ZUMBI DOS PALMARES
ALAGOAS
2007 – 2008**

Categoria	Anos		VAR. (%) 2008/2007
	2007	2008	
AERONAVE			
POUSO	8.939	8.338	-6,72
DECOLAGEM	8.930	8.334	-6,67
PASSAGEIROS			
EMBARC.	456.552	477.398	4,57
DESEMB.	459.358	473.995	3,19
CONEX.	3.227	4.067	26,03
TRÂNS.	114.700	101.128	-11,83
CARGAS			
EMBARC.	490.867	677.242	37,97
DESEMB.	1.843.561	1.990.862	7,99
BAGAGENS			
EMBARC.	6.478.663	6.640.356	2,50
DESEMB.	6.114.701	6.345.022	3,77
TRÂNS.	1.607.005	1.441.564	-10,29

FONTE: Infraero - Empresa Brasileira de Infra-estrutura Aeroportuária
Aeroporto Zumbi dos Palmares – AL

NOTA: Dados trabalhados pela SEPLAN/SUPEGI



**MOVIMENTO ESTATÍSTICO DO AEROPORTO ZUMBI DOS PALMARES
ALAGOAS
2007 - 2008**

Mês	Aeronaves		Passageiros			
	Pousos	Decolagens	Embarcados	Desembarcados	Conexões	Trânsito
2007						
JANEIRO	882	888	52.676	45.645	416	13.791
FEVEREIRO	713	710	37.904	36.134	130	11.133
MARÇO	813	810	38.950	37.490	169	12.425
ABRIL	702	705	37.580	36.578	147	8.988
MAIO	719	719	35.506	33.083	169	7.962
JUNHO	707	703	32.590	34.646	432	9.392
1º SEMESTRE	4.536	4.535	235.206	223.576	1.463	63.691
JULHO	751	750	42.424	43.690	314	8.025
AGOSTO	703	701	29.913	27.213	39	6.957
SETEMBRO	715	714	33.303	33.211	37	9.515
OUTUBRO	727	726	39.043	38.273	175	11.090
NOVEMBRO	709	709	38.300	40.503	306	7.873
DEZEMBRO	798	795	38.363	52.892	893	7.549
2º SEMESTRE	4.403	4.395	221.346	235.782	1.764	51.009
ANUAL	8.939	8.930	456.552	459.358	3.227	114.700
2008						
JANEIRO	837	838	57.811	49.598	734	9.110
FEVEREIRO	771	772	46.015	39.475	797	8.166
MARÇO	790	789	43.002	40.706	509	9.362
ABRIL	752	751	39.957	39.901	424	7.839
MAIO	649	651	39.399	36.892	331	9.240
JUNHO	656	655	33.907	34.726	283	9.009
1º SEMESTRE	4.455	4.456	260.091	241.298	3.078	52.726
JULHO	680	683	38.396	38.443	64	8.942
AGOSTO	641	640	32.228	32.332	112	8.059
SETEMBRO	625	618	33.815	36.213	64	7.685
OUTUBRO	640	642	35.342	36.235	64	7.891
NOVEMBRO	630	626	39.448	38.726	531	8.001
DEZEMBRO	667	669	38.078	50.748	154	7.824
2º SEMESTRE	3.883	3.878	217.307	232.697	989	48.402
ANUAL	8.338	8.334	477.398	473.995	4.067	101.128

FONTE: Infraero - Empresa Brasileira de Infra-estrutura Aeroportuária
Aeroporto Zumbi dos Palmares - AL

**MOVIMENTO ESTATÍSTICO DO AEROPORTO ZUMBI DOS
PALMARES
ALAGOAS
2007 - 2008**

Mês	Cargas (Kg)		Bagagens		
	Embarcados	Desembarcados	Embarcados	Desembarcados	Trânsito
2007					
JANEIRO	25.775	170.600	800.352	634.679	186.152
FEVEREIRO	22.846	146.173	534.672	443.046	153.089
MARÇO	23.128	165.404	554.869	482.435	159.178
ABRIL	23.617	126.396	511.635	487.209	127.936
MAIO	29.464	158.398	470.847	434.182	117.133
JUNHO	42.031	135.212	452.876	462.055	127.772
1º SEMESTRE	166.861	902.183	3.325.251	2.943.606	871.260
JULHO	40.061	147.584	612.508	584.840	110.244
AGOSTO	58.308	160.722	418.962	366.852	103.746
SETEMBRO	53.890	130.733	500.469	466.375	132.417
OUTUBRO	66.658	172.323	542.684	500.889	163.198
NOVEMBRO	53.561	161.466	540.733	515.744	104.380
DEZEMBRO	51.528	168.550	538.056	736.395	121.760
2º SEMESTRE	324.006	941.378	3.153.412	3.171.095	735.745
ANUAL	490.867	1.843.561	6.478.663	6.114.701	1.607.005
2008					
JANEIRO	37.504	129.304	868.328	692.152	141.492
FEVEREIRO	48.300	138.033	669.983	531.816	121.401
MARÇO	51.050	175.849	568.140	539.660	131.857
ABRIL	62.153	191.372	542.582	504.940	102.869
MAIO	53.589	168.049	495.401	460.335	97.032
JUNHO	57.587	190.401	465.193	450.055	115.223
1º SEMESTRE	310.183	993.008	3.609.627	3.178.958	709.874
JULHO	59.589	163.845	554.162	546.657	134.797
AGOSTO	52.708	163.871	439.945	411.758	117.315
SETEMBRO	59.794	170.038	476.997	453.211	114.571
OUTUBRO	63.856	166.671	484.135	485.275	122.245
NOVEMBRO	69.867	161.400	543.621	525.970	126.276
DEZEMBRO	61.245	172.029	531.869	743.193	116.486
2º SEMESTRE	367.059	997.854	3.030.729	3.166.064	731.690
ANUAL	677.242	1.990.862	6.640.356	6.345.022	1.441.564

FONTE: Infraero - Empresa Brasileira de Infra-estrutura Aeroportuária
Aeroporto Zumbi dos Palmares - AL

PORTUÁRIO

A movimentação do Porto de Maceió em 2008 apresentou superávit em relação a 2007. Ressalta-se o desempenho positivo das exportações de açúcar à granel, açúcar em

sacas e PVC, respectivamente, 53,76%, 30,86%, e 48,50%. Para o álcool anidro foi aumento de 175,82% nas exportações em 2008.

MOVIMENTO DE CARGAS E DESCARGAS DE MERCADORIAS

(toneladas)

ALAGOAS

2007 - 2008

Produtos	Exportação		Var. (%) 2008/2007	Importação		Var. (%) 2008/2007
	2007	2008		2007	2008	
Açúcar à Granel	1.197.573	1.841.388	53,76	-	-	-
Açúcar em Sacas	292.796	383.142	30,86	-	-	-
Adulbo à Granel	-	-	-	293.660	177.141	-39,68
Álcool Anidro	38.270	105.555	175,82	-	-	-
Álcool Hidratado	189.907	176.429	-7,10	-	-	-
Arroz	-	-	-	26.487	20.736	-21,71
Cimento à Granel	222.550	201.860	-9,30	-	-	-
Gasolina	-	-	-	87.577	86.645	-1,06
Melaço	-	12.200	-	-	-	-
Coque de Petróleo	-	-	-	-	31.644	-
Óleo Diesel	-	-	-	248.334	245.030	-1,33
Petróleo Bruto	394.039	307.494	-21,96	-	-	-
PVC	41.823	62.109	48,50	-	-	-
Trigo	-	-	-	75.852	94.599	24,72
Outros	407	54	-86,73	4.094	7.317	78,72
TOTAL	2.377.365	3.090.231	29,99	736.004	663.112	-9,90

Fonte: Administração do Porto de Maceió - Boletim Estatístico

**MOVIMENTO DE CARGAS E DESCARGAS DE MERCADORIAS
(toneladas)
ALAGOAS
2008**

Produtos	Exportação	Participação (%)	Importação	Participação (%)
Açúcar a Granel	1.841.388	59,59	-	-
Açúcar em Sacas	383.142	12,40	-	-
Adulbo a Granel	-	-	177.141	26,71
Álcool Anidro	105.555	3,42	-	-
Álcool Hidratado	176.429	5,71	-	-
Arroz	-	-	20.736	3,13
Cimento a Granel	201.860	6,53	-	-
Gasolina	-	-	86.645	13,07
Melaço	12.200	0,39	-	-
Coque de Petróleo	-	-	31.644	4,77
Óleo Diesel	-	-	245.030	36,95
Petróleo Bruto	307.494	9,95	-	-
PVC	62.109	2,01	-	-
Trigo	-	-	94.599	14,27
Outros	54	0,00	7.317	1,10
TOTAL	3.090.231	100,00	663.112	100,00

Fonte: Administração do Porto de Maceió - Boletim Estatístico - 2008

Em relação as exportações e importações realizadas pelo Porto de Maceió em 2008, é apontado resultado superavitário, ou seja, 3.090.231 para produtos exportados e 663.112 para importados, resultando saldo positivo da balança comercial na ordem de 2.427.119 toneladas.

À previsão é de que sejam executadas obras no Porto de Maceió na reestruturação física e administrativa³⁹.

Com recursos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), que consideradas de fundamental importância para revitalização do Porto de Maceió, tanto no que se refere a transporte de cargas, como para atividade turística.

³⁹ O Jornal, 7 de Novembro 2008

MERCADORIAS EMBARCADAS POR LONGO CURSO E CABOTAGEM
ALAGOAS
2007 – 2008

Tipo de Mercadoria	Mercadorias Embarcadas (ton)					
	1º Semestre		VAR. (%)	2º Semestre		VAR. (%)
	2007	2008	2008/2007	2007	2008	2008/2007
LONGO CURSO						
AÇÚCAR CRISTAL ENSACADO	275.541	337.864	22,62	17.255	45.278	162,41
AÇÚCAR DEMERARA GRANEL	684.460	1.035.456	51,28	513.113	805.932	57,07
DICLOROETANO	48.564	10.059	-79,29	56.326	49.754	-11,67
SODA CÁUSTICA	8.350	-	-	-	39.149	-
MELAÇO	-	12.200	-	-	-	-
ÁLCOOL ANIDRO	19.292	54.668	183,37	18.978	50.887	168,14
ÁLCOOL HIDRATADO	142.355	126.736	-10,97	47.552	49.693	4,50
PETRÓLEO	-	-	-	-	-	-
PVC	-	-	-	-	-	-
ÓLEO DE SOJA	-	-	-	-	-	-
CIMENTO	124.049	121.944	-1,70	98.501	79.916	-18,87
DIVERSOS	9	7	-22,22	1	3	200,00
TOTAL	1.302.620	1.698.934	30,42	751.726	1.120.612	49,07
CABOTAGEM						
AÇÚCAR CRISTAL ENSACADO	-	-	-	-	-	-
AÇÚCAR DEMERARA GRANEL	-	-	-	-	-	-
DICLOROETANO	96.659	134.790	39,45	86.710	96.601	11,41
SODA CÁUSTICA	343.399	363.890	5,97	366.898	371.484	1,25
MELAÇO	-	-	-	-	-	-
ÁLCOOL ANIDRO	-	-	-	-	-	-
ÁLCOOL HIDRATADO	-	-	-	-	-	-
PETRÓLEO	199.999	176.757	-11,62	194.040	130.737	-32,62
PVC	24.145	25.637	6,18	17.678	36.472	106,31
ÓLEO DE SOJA	-	-	-	-	-	-
ÓLEO M.F. 380	-	-	-	-	-	-
DIVERSOS	33	4	-87,88	364	40	-89,01
TOTAL	664.235	701.078	5,55	665.690	635.334	-4,56
LONGO CURSO E CABOTAGEM						
AÇÚCAR CRISTAL ENSACADO	275.541	337.864	22,62	17.255	45.278	162,41
AÇÚCAR DEMERARA GRANEL	684.460	1.035.456	51,28	513.113	805.932	57,07
DICLOROETANO	145.223	144.849	-0,26	143.036	146.355	2,32
SODA CÁUSTICA	351.749	363.890	3,45	366.898	410.633	11,92
MELAÇO	-	12.200	-	-	-	-
ÁLCOOL ANIDRO	19.292	54.668	183,37	18.978	50.887	168,14
ÁLCOOL HIDRATADO	142.355	126.736	-10,97	47.552	49.693	4,50
PETRÓLEO	199.999	176.757	-11,62	194.040	130.737	-32,62
PVC	24.145	25.637	6,18	17.678	36.472	106,31
ÓLEO DE SOJA	-	-	-	-	-	-
ÓLEO M.F. 380	-	-	-	-	-	-
CIMENTO	124.049	121.944	-1,70	98.501	79.916	-18,87
DIVERSOS	42	11	-73,81	365	43	-88,22
TOTAL	1.966.855	2.400.012	22,02	1.417.416	1.755.946	23,88

Fonte: Administração do Porto de Maceió - Boletim Estatístico - 1º e 2º SEMESTRE 2007/2008

**MERCADORIAS DESEMBARCADAS POR LONGO CURSO E CABOTAGEM
ALAGOAS
2007 – 2008**

Tipo de Mercadoria	Mercadorias Desembarcadas (ton)					
	1º Semestre		VAR. (%) 2008/2007	2º Semestre		VAR. (%) 2008/2007
	2007	2008		2007	2008	
LONGO CURSO						
GASOLINA	-	-	-	-	-	-
ÓLEO DIESEL	-	-	-	-	-	-
ADUBO À GRANEL	154.221	121.395	-21,29	139.439	55.746	-60,02
TRIGO À GRANEL	41.259	48.738	18,13	34.593	45.861	32,57
FARINHA DE TRIGO	-	-	-	-	-	-
MILHO À GRANEL	-	-	-	-	-	-
ARROZ	-	-	-	-	-	-
PEIXE CONGELADO	-	-	-	-	-	-
ENXOFRE	-	-	-	-	-	-
CARVÃO MINERAL	-	-	-	-	-	-
COQUE DE PETRÓLEO	-	-	-	-	31.644	-
DIVERSOS	818	737	-9,90	697	-	-
TOTAL	196.298	170.870	-12,95	174.729	133.251	-23,74
CABOTAGEM						
GASOLINA	44.117	37.841	-14,23	43.460	48.804	12,30
ÓLEO DIESEL	114.472	113.884	-0,51	133.862	131.146	-2,03
ADUBO À GRANEL	-	-	-	-	-	-
TRIGO À GRANEL	-	-	-	-	-	-
FARINHA DE TRIGO	-	-	-	-	-	-
MILHO À GRANEL	-	-	-	-	-	-
ARROZ	12.680	10.695	-15,65	13.807	10.041	-27,28
PEIXE CONGELADO	-	30	-	61	271	344,26
ENXOFRE	-	-	-	-	-	-
CARVÃO MINERAL	-	-	-	-	-	-
COQUE DE PETRÓLEO	-	-	-	-	-	-
ÓLEO M.F. 380	-	-	-	-	-	-
DIVERSOS	1.616	2.296	42,08	902	3.983	341,57
TOTAL	172.885	164.746	-4,71	192.092	194.245	1,12
LONGO CURSO E CABOTAGEM						
GASOLINA	44.117	37.841	-14,23	43.460	48.804	12,30
ÓLEO DIESEL	114.472	113.884	-0,51	133.862	131.146	-2,03
ADUBO À GRANEL	154.221	121.395	-21,29	139.439	55.746	-60,02
TRIGO À GRANEL	41.259	48.738	18,13	34.593	45.861	32,57
FARINHA DE TRIGO	-	-	-	-	-	-
MILHO À GRANEL	-	-	-	-	-	-
ARROZ	12.680	10.695	-15,65	13.807	10.041	-27,28
PEIXE CONGELADO	-	30	-	61	271	344,26
ENXOFRE	-	-	-	-	-	-
CARVÃO MINERAL	-	-	-	-	-	-
COQUE DE PETRÓLEO	-	-	-	-	31.644	-
ÓLEO M.F. 380	-	-	-	-	-	-
DIVERSOS	2.434	3.033	24,61	1.599	3.983	149,09
TOTAL	369.183	335.616	-9,09	366.821	327.496	-10,72

Fonte: Administração do Porto de Maceió - Boletim Estatístico - 1º e 2º SEMESTRE 2006/2007

COMÉRCIO

VENDAS – INADIMPLÊNCIA – CHEQUES

No Contexto Brasil, o comércio varejista em fevereiro de 2008 comparado ao mesmo período do ano de 2007, registrou alta nas vendas de 12,2%, em relação aos meses de Abril, Maio e Junho de 2008, as vendas do varejo cresceram 9,4% em relação ao mesmo período de 2007, segundo dados do IBGE.

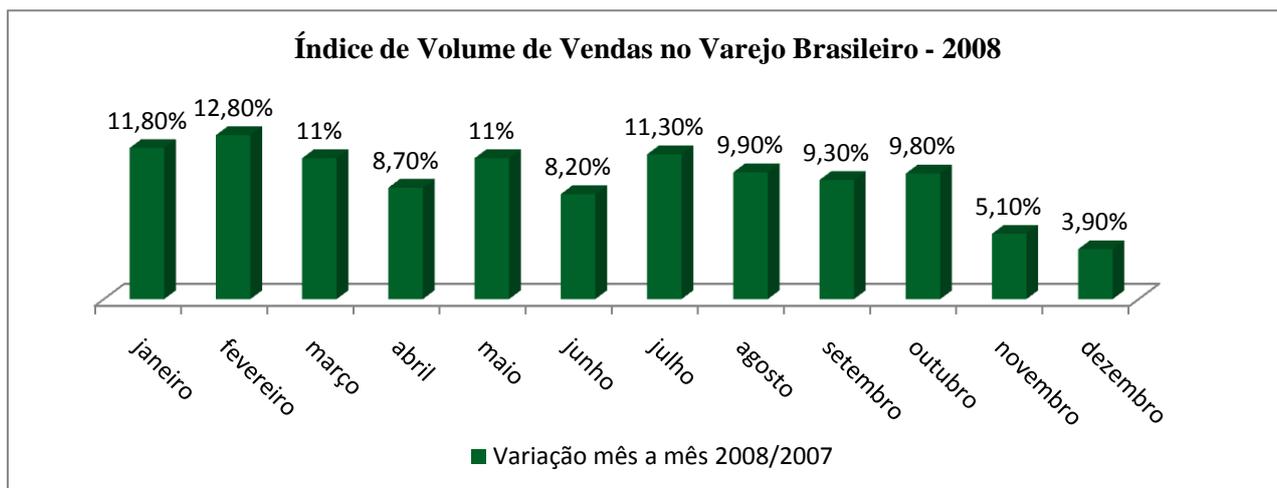
Em relação ao primeiro semestre de 2008, o comércio varejista nacional obteve crescimento acumulado de 10,6%, na maior alta desde 2001. Nos últimos 12 meses, as vendas tiveram alta de 10,1%. Já a receita nominal acumulou alta de 15,9% no semestre e 14,5% em 12 meses.

Segundo o IBGE, esses resultados são explicados pela expansão do crédito, melhoria dos salários e redução dos preços dos eletroeletrônicos. Segundo Técnico da Coordenação de Comércio e Serviços do IBGE, o recente aumento da Taxa Básica de Juros, a Selic, “ainda não foi sentido” no comércio varejista, enquanto a inflação já teve efeito significativo sobre os resultados do setor em junho.

A influência da alta inflacionária é vista claramente no desempenho do grupo de hiper e supermercados e produtos alimentícios, cuja variação passou de 8,4% em maio para 1,5% em junho de 2007. Como esse grupo é o de maior peso na pesquisa, considera-se como o principal responsável pelo recuo no ritmo de alta das vendas totais do setor, de 11,1% em maio para 8,2% em junho. Como reflexo, a inflação dos alimentos é o principal fator responsável pelo fraco desempenho dos hiper e supermercados naquele mês⁴⁰.

O segundo semestre do ano de 2008 apresentou um crescimento de 7,9% em relação ao mesmo período do ano anterior, porém inferior ao do primeiro semestre que alcançou taxa de 10,6%. Em dezembro de 2007, o volume de vendas cresceu 3,9%, enquanto a receita aumentou 9,7%. Com esses resultados, o volume de vendas do comércio fechou 2008 com elevação de 9,1%, enquanto a receita nominal cresceu 15,1%.

⁴⁰ O Jornal, 15 ago 2008



De acordo com a PMC (Pesquisa Mensal do Comércio), o índice de variação do volume de vendas no comércio varejista de Alagoas, em janeiro 2008, ficou em 7,5%. A queda acentuou-se no mês de abril, quando o varejo nacional variou 8,7% e o estadual 5,9%. Pelo quarto mês consecutivo, o índice de vendas do comércio varejista de Estado ficou abaixo da média nacional, revertendo o bom desempenho demonstrado até setembro de 2007.

Como reflexo do bom desempenho já registrado, nos últimos 12 meses, ou seja, no acumulado entre fevereiro de 2007 e janeiro de 2008, em relação à média nacional que foi de 10%, Alagoas alcançou 16,7%, no acumulado entre fevereiro de 2007 e janeiro de 2008⁴¹.

Datas comemorativas como Páscoa, dia das Mães e dia dos namorados promoveram dinamismo ao comércio varejista de Maceió. Na análise de técnicos o bom desempenho decorreu das facilidades de pagamentos, principalmente com vendas a crédito, além de promoções.⁴²

Mesmo registrando desaceleração, o comércio varejista alagoano registrou crescimento de 3,9% no mês de junho de 2008 ante mesmo período de 2007. O aumento, no entanto, ficou abaixo da média nacional de

8,2%, o que demonstra recuo nas vendas nestes últimos meses, conforme pesquisa do IBGE⁴³.

De acordo com os dados do referido do Instituto, nos sete primeiros meses deste ano, Alagoas registra alta de 7,2% no volume de vendas. Em relação a julho do ano passado, a média de crescimento é de 10,9%

A retomada da inflação e o aumento na Taxa Básica de Juros (Selic) vêm restando o ímpeto do consumo no País. É o que aponta a Pesquisa Mensal do Comércio de julho⁴⁴.

Segundo o Secretário de Estado do Trabalho, Emprego e Renda⁴⁵, a expansão do consumo em Alagoas vem apresentando um ritmo tão consistente que várias redes varejistas vem se instalando no Estado. Esse ritmo de crescimento se refletiu em 2007 no aumento do emprego formal do setor.

Em relação à inadimplência verificada no comércio em Alagoas no ano de 2008, contribuíram fatores como: o crediário facilitado, grandes descontos e as vendas a prazo oferecidas pelo comércio nas festas do fim de 2007 e nos dois primeiros meses do ano em questão⁴⁶.

⁴³ Alagoas negócios 14 ago. 2008

⁴⁴ No varejo nacional foi registrada uma queda de 0,2% nas vendas do mês em relação a junho deste ano, influenciada pelo fraco desempenho dos segmentos dos supermercados, vestuários e calçados e informática.

⁴⁵ Urânio Paiva

⁴⁶ Gazeta de Alagoas, 9 abr. 2008.

⁴¹ Gazeta de Alagoas 16 mar2008

⁴² Gazeta de Alagoas, 15 jun 2008

Segundo pesquisa do Fecomércio, 57,53% dos consumidores de Maceió apresentavam dívidas em atrasos no mês fevereiro de 2008, figurando: cheque, cartão de crédito, carnê, prestações de carro e de imóvel e seguro⁴⁷.

Em março, o cadastro de inadimplentes da Serasa recebeu 8,49 mil novos registros, o que significa um acréscimo de 56,50% em relação ao mês anterior. Apesar disso, houve uma redução de 25,92% em comparação com o mesmo período de 2007.

De acordo com a Avaliação Mensal do Comportamento das Consultas do SPC/Brasil – divulgada pelo Instituto de Estudos e Pesquisas (IEP) da CDL (Câmara de Dirigentes Lojistas) de Maceió – o total acumulado no primeiro trimestre de 2008 já é de 20,23 mil inclusões⁴⁸.

No mês de junho, a empresa de análise do crédito Serasa detectou um recuo na taxa de inadimplência nos primeiros cinco meses deste ano, considerando a devolução de cheques por falta de fundos. Segundo o departamento econômico da empresa, a queda pode ser atribuída à melhora nas condições de emprego e renda, ou a migração para outras formas de pagamento.⁴⁹

Os motivos apontados para o não pagamento das contas foram: falta de controle financeiro (37,3%) e despesas inesperadas, a exemplo de separação e doença (29,3%). O endividamento do consumidor maceioense registrou queda de 10,6% em dezembro de 2008, em relação ao mês anterior e de 7,3% comparado com dezembro do ano passado.

⁴⁷ Gazeta de Alagoas, 12 fev. 2008

⁴⁸ Gazeta de Alagoas 9 abr. 2008

⁴⁹ Gazeta de Alagoas, 19 jun 2008

**MOVIMENTO DO SERVIÇO DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO
MACEIÓ
2007 - 2008**

Mês	Total de Consultas		Consultas com Registro		Inclusões		Exclusões	
	Total	Var. (%) 2008/2007	Total	Var. (%) 2008/2007	Total	Var. (%) 2008/2007	Total	Var. (%) 2008/2007
2007								
JANEIRO	46.230	-	15.336	-	9.829	-	3.832	-
FEVEREIRO	38.652	-	12.320	-	4.111	-	3.610	-
MARÇO	47.234	-	18.069	-	11.467	-	5.237	-
ABRIL	46.533	-	17.845	-	8.523	-	4.054	-
MAIO	54.536	-	18.358	-	16.776	-	4.968	-
JUNHO	58.328	-	24.112	-	7.228	-	4.816	-
1º SEMESTRE	291.513	-	106.040	-	57.934	-	26.517	-
JULHO	55.861	-	22.316	-	18.980	-	7.037	-
AGOSTO	62.442	-	26.485	-	13.171	-	5.914	-
SETEMBRO	55.761	-	20.212	-	10.179	-	4.345	-
OUTUBRO	56.352	-	16.497	-	8.217	-	5.254	-
NOVEMBRO	61.088	-	25.160	-	6.864	-	9.776	-
DEZEMBRO	96.532	-	31.940	-	3.153	-	9.733	-
2º SEMESTRE	388.036	-	142.610	-	60.564	-	42.059	-
ANUAL	679.549	-	248.650	-	118.498	-	68.576	-
2008								
JANEIRO	59.205	28,07	15.867	3,46	6.309	-35,81	5.470	42,75
FEVEREIRO	51.924	34,34	17.755	44,12	5.428	32,04	6.385	76,87
MARÇO	62.028	31,32	24.261	34,27	8.495	-25,92	3.989	-23,83
ABRIL	66.405	42,71	28.048	57,18	6.018	-29,39	4.915	21,24
MAIO	64.304	17,91	22.463	22,36	9.109	-45,70	5.802	16,79
JUNHO	63.861	9,49	27.351	13,43	4.194	-41,98	4.237	-12,02
1º SEMESTRE	367.727	26,14	135.745	28,01	39.553	-31,73	30.798	16,14
JULHO	73.810	32,13	25.250	13,15	8.833	-53,46	4.789	-31,95
AGOSTO	60.549	-3,03	23.757	-10,30	6.032	-54,20	3.981	-32,69
SETEMBRO	70.707	26,80	22.871	13,16	8.208	-19,36	4.619	6,31
OUTUBRO	71.460	26,81	25.526	54,73	8.787	6,94	3.792	-27,83
NOVEMBRO	65.094	6,56	21.945	-12,78	6.689	-2,55	4.033	-58,75
DEZEMBRO	73.310	-24,06	26.419	-17,29	5.363	70,09	4.411	-54,68
2º SEMESTRE	414.930	6,93	145.768	2,21	43.912	-27,49	25.625	-39,07
ANUAL	782.657	15,17	281.513	13,22	83.465	-29,56	56.423	-17,72

Fonte: SPC/CDL-Maceió.
Tratamento de Dados: IEP/CDL/Maceió.

COMPENSAÇÕES E DEVOLUÇÕES DE CHEQUES
ALAGOAS
2007 - 2008

Mês	Cheques Compensados			Cheques Devolvidos		
	Quantidade	Variação (%)		Quantidade	Variação (%)	
		Anual	Mensal		Anual	Mensal
2007						
JANEIRO	533.826	-	-	40.183	-	-
FEVEREIRO	417.438	-	-21,80	34.196	-	-14,90
MARÇO	448.289	-	7,39	39.670	-	16,01
ABRIL	416.322	-	-7,13	36.171	-	-8,82
MAIO	440.612	-	5,83	39.176	-	8,31
JUNHO	389.303	-	-11,64	32.250	-	-17,68
JULHO	443.097	-	13,82	36.492	-	13,15
AGOSTO	422.164	-	-4,72	36.898	-	1,11
SETEMBRO	375.405	-	-11,08	31.555	-	-14,48
OUTUBRO	473.776	-	26,20	41.511	-	31,55
NOVEMBRO	436.197	-	-7,93	39.000	-	-6,05
DEZEMBRO	435.565	-	-0,14	34.913	-	-10,48
2008						
JANEIRO	485.279	-9,09	-	39.792	-0,97	-
FEVEREIRO	385.746	-7,59	-20,51	35.303	3,24	-11,28
MARÇO	373.106	-16,77	-3,28	33.377	-15,86	-5,46
ABRIL	328.672	-21,05	-11,91	30.066	-16,88	-9,92
MAIO	317.668	-27,90	-3,35	29.319	-25,16	-2,48
JUNHO	320.805	-17,60	0,99	27.835	-13,69	-5,06
JULHO	339.927	-23,28	5,96	29.797	-18,35	7,05
AGOSTO	300.001	-28,94	-11,75	26.349	-28,59	-11,57
SETEMBRO	321.040	-14,48	7,01	28.553	-9,51	8,36
OUTUBRO	338.602	-28,53	5,47	33.011	-20,48	15,61
NOVEMBRO	297.272	-31,85	-12,21	24.736	-36,57	-25,07
DEZEMBRO	347.592	-20,20	16,93	67.258	92,64	171,90

Fonte: Superintendência Estadual em Alagoas / COMPE - Banco do Brasil.
IEP - Instituto de Estudo e Pesquisa - CDL - Maceió.

BALANCA COMERCIAL

A Balança Comercial Brasileira, em 2008 apresentou incremento de 23,21% para as exportações e 43,59% para as importações.

As vendas cresceram no mês de abril, nos países com os quais o Brasil comercializa, exceto Estados Unidos, epicentro da crise financeira do mercado imobiliário de risco subprime⁵⁰, onde ocorreu redução de 20% das vendas brasileiras, equivalentes a US\$ 182 milhões.

Segundo o Ministério da Agricultura, as exportações de produtos agrícolas e o superávit da balança comercial do agronegócio tiveram resultado recorde no mês de maio⁵¹.

Na avaliação de técnicos do ministério, o bom resultado das vendas externas de produtos agropecuários foi influenciado tanto pela regularização de registros de exportação devido à suspensão da greve dos fiscais da Receita Federal quanto pelo aumento dos preços dos alimentos no mercado internacional⁵².

BALANÇA COMERCIAL

BRASIL

2007 - 2008

US\$ 1.000 FOB

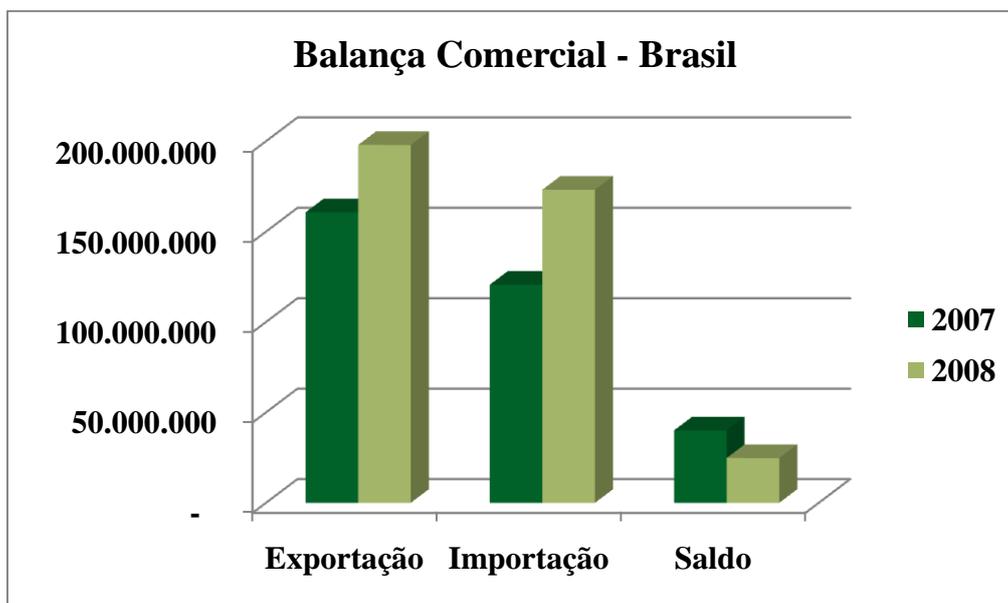
Ano	Exportação	Importação	Saldo
2007	160.649.073	120.617.446	40.031.627
2008	197.942.443	173.196.634	24.745.809

Fonte: MDIC / SECEX

⁵⁰ Crise financeira imobiliária

⁵¹ No primeiro semestre, o mês de maio é considerado representativo para a balança comercial brasileira.

⁵² O Jornal 10 jun. 2008



Conforme Secretário do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior as exportações brasileiras continuam crescendo num bom ritmo, tendo registrado evolução de 15,2% nos últimos 12 meses, considerando o mês de maio. No entanto, as importações cresceram bem mais, tendo alcançado 38% de incremento no mesmo período, em função, principalmente, da desvalorização do dólar norte-americano em relação ao real.

Acompanhando o desempenho da Balança Comercial Brasileira, segundo o Ministério do Desenvolvimento, no acumulado de janeiro a agosto, as exportações brasileiras cresceram 29,3% e somaram US\$ 130,8 bilhões; as importações evoluíram 53,8% e alcançaram US\$ 113,9 bilhões. O saldo comercial totalizou US\$ 16,9 bilhões em 2008 contra US\$ 27,4 bilhões em 2007, registrado em igual período⁵³.

No primeiro semestre de 2008, as exportações de produtos agrícolas renderam US\$ 33,7 bilhões conforme informação do Ministério da Agricultura, cujo valor é 26,3% maior em relação ao mesmo período de 2007. As importações também cresceram nos

primeiros seis meses do ano e registraram um incremento de 42,7%, alcançando cerca de US\$ 5,6 bilhões. Os cinco principais setores responsáveis pela expansão foram⁵⁴: soja (67,5%), carnes (33,4%), cereais, farinhas e preparações (77,7%), produtos florestais (10,1%) e café (15,4%).

Considerando o agronegócio, o complexo de soja foi o que mais contribuiu para o aumento das exportações. As vendas aumentaram US\$ 1,4 bilhão, o que correspondeu a mais de 60% do crescimento total das exportações do setor no mês de maio. Os valores exportados de soja em grãos aumentaram 125,5%, devido o incremento de 60% da cotação desse produto no mercado externo, enquanto que a quantidade exportada cresceu 41%. As vendas de farelo de soja renderam US\$ 612 milhões, crescimento de 108,9%. Em valor, as exportações do óleo de soja aumentaram 55,7%, resultado propiciado pelo crescimento de 94% nos preços mesmo com redução de 19,8% do volume embarcado.

O levantamento também mostra aumento de 39,8% na receita cambial obtida com as exportações de carnes, que somaram US\$ 1,4 bilhão. Mais uma vez, o preço

⁵³ Gazeta de Alagoas, 4 set 2008

⁵⁴ Gazeta de Alagoas 8 jul. 2008.

influenciou o resultado, uma vez que a quantidade exportada aumentou 10%. O valor exportado de carne bovina *in natura* aumentou 5,6%, devido à elevação de 49,3% dos preços. O volume embarcado foi 29,3% menor.

As exportações de carne de frango *in natura* registraram incremento de 60,5% no valor exportado, resultado do aumento de 27% dos preços e de 26,4% da quantidade exportada. As vendas de carne suína *in natura* cresceram, em valor, 65,2%. O volume exportado foi 17,4% maior e os preços foram 40,7% superiores aos registrados no mesmo período de 2007.

Os gastos com importações de produtos agrícolas cresceram em maio. As importações do agronegócio somaram US\$ 886 milhões no mês, com variação de 26,9% na comparação com o mesmo período de 2007.

O Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior informou, ainda, que no período de 12 meses até maio as exportações brasileiras do agronegócio totalizaram a marca histórica de US\$ 64 bilhões, 18,3% acima do valor exportado entre junho de 2006 e maio de 2007⁵⁵.

Com inundações nos Estados Unidos, a safra de milho, principal matéria-prima para a fabricação de álcool naquele país registrou um significativo decréscimo. Os americanos passaram a importar mais álcool do Brasil. Para atender a demanda, as destilarias do Centro-Sul exportaram álcool para atender ao mercado americano, e internamente abasteceram o Nordeste.

O Brasil exportou 1,1 bilhão de litros de álcool, do início da safra no Centro-Sul no mês de março, até o fim de junho, com crescimento 43,8% em relação à safra anterior⁵⁶. Em junho, as exportações atingiram 500 milhões de litros, contra 390 milhões no mesmo mês de 2007. Cerca de 70% do álcool exportado na atual safra seguiu para os EUA. Incluindo o álcool que segue para o mercado Norte-Americano, via Caribe, as vendas chegaram a 770 milhões de litros, aumento de 84% sobre os 418 milhões de litros exportados no mesmo período da safra 2007/2008⁵⁷.

Em 2008, a Balança Comercial da Região Nordeste registrou incremento de 18,07% nas exportações e 33,52% nas importações. Entre os nove Estados da Região, Alagoas se destaca com aumento de 32,20% para as exportações, ficando em segundo lugar no *ranking* nordestino, abaixo apenas do Piauí. Credita-se o desempenho ao açúcar VHP que contribuiu decisivamente para o crescimento das exportações de Alagoas, e em seguida, insumos de PVC.

Para as importações, Alagoas apresenta redução de 9,92% em 2008 em relação ao ano anterior, embora no primeiro semestre tenha apresentado números positivos, da ordem de 27,12%.

⁵⁵ O Jornal 10 jun. 2008

⁵⁶ ÚNICA (União da Indústria de Cana-de-açúcar)

⁵⁷ Gazeta de Alagoas, 15 jul 2008

RANKING DAS EXPORTAÇÕES

NORDESTE

2007 - 2008

US\$ 1.000 FOB

Estados	Anos		Variação (%) 2008/2007
	2007	2008	
Bahia	7.408.729	8.698.664	17,41
Maranhão	2.177.155	2.836.303	30,28
Ceará	1.148.357	1.276.970	11,20
Pernambuco	870.557	937.633	7,70
Alagoas	663.762	877.500	32,20
Rio Grande do Norte	380.128	348.091	-8,43
Paraíba	236.143	227.705	-3,57
Sergipe	144.760	111.677	-22,85
Piauí	56.654	136.962	141,75
Nordeste	13.086.245	15.451.505	18,07

Fonte: MDIC / SECEX

RANKING DAS IMPORTAÇÕES

NORDESTE

2007 - 2008

US\$ 1.000 FOB

Estados	Anos		Variação (%) 2008/2007
	2007	2008	
Bahia	5.414.598	6.506.917	20,17
Maranhão	2.353.170	4.102.751	74,35
Ceará	1.407.866	1.558.557	10,70
Pernambuco	1.720.082	2.461.269	43,09
Alagoas	239.823	216.025	-9,92
Rio Grande do Norte	151.638	207.210	36,65
Paraíba	305.430	396.289	29,75
Sergipe	140.196	203.250	44,98
Piauí	43.752	71.707	63,89
Nordeste	11.776.555	15.723.975	33,52

Fonte: MDIC / SECEX

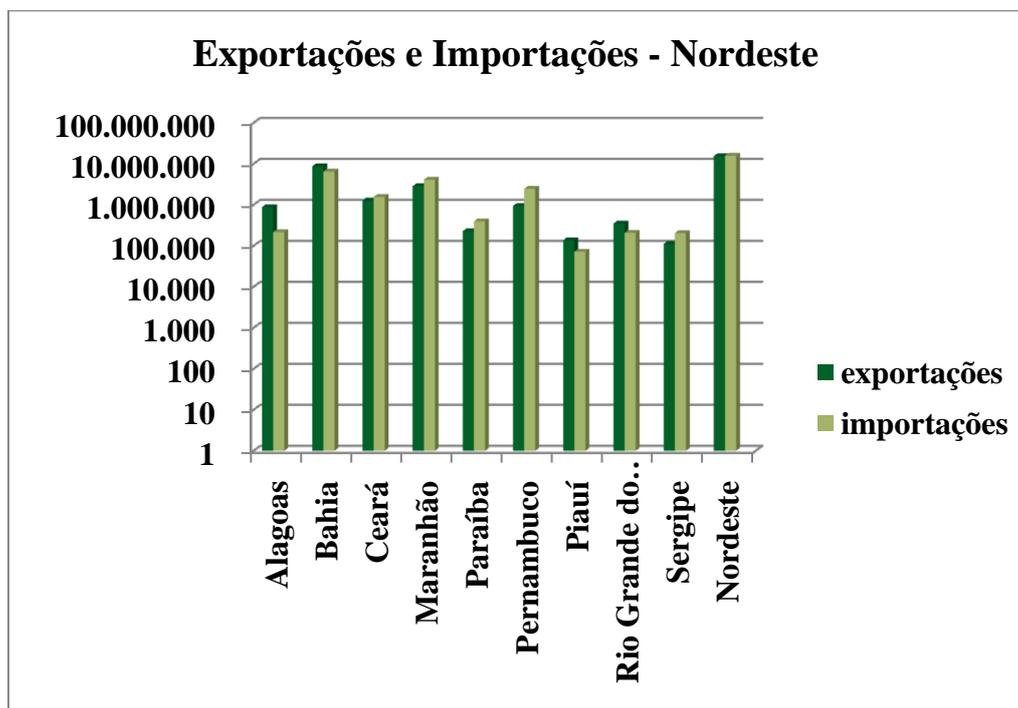
EXPORTAÇÕES E IMPORTAÇÕES NORDESTE

2008

US\$ 1.000 FOB

Estados	Exportações	Importações	Saldo
Alagoas	877.500	216.025	661.475
Bahia	8.698.664	6.506.917	2.191.747
Ceará	1.276.970	1.558.557	(281.587)
Maranhão	2.836.303	4.102.751	(1.266.448)
Paraíba	227.705	396.289	(168.584)
Pernambuco	937.633	2.461.269	(1.523.636)
Piauí	136.962	71.707	65.255
Rio Grande do Norte	348.091	207.210	140.881
Sergipe	111.677	203.250	(91.573)
Nordeste	15.451.505	15.723.975	(272.470)

Fonte: MDIC / SECEX



Em 2008, a Balança Comercial de Alagoas apresentou incremento de 32,20% para

as exportações e uma redução de 9,92% para as importações.

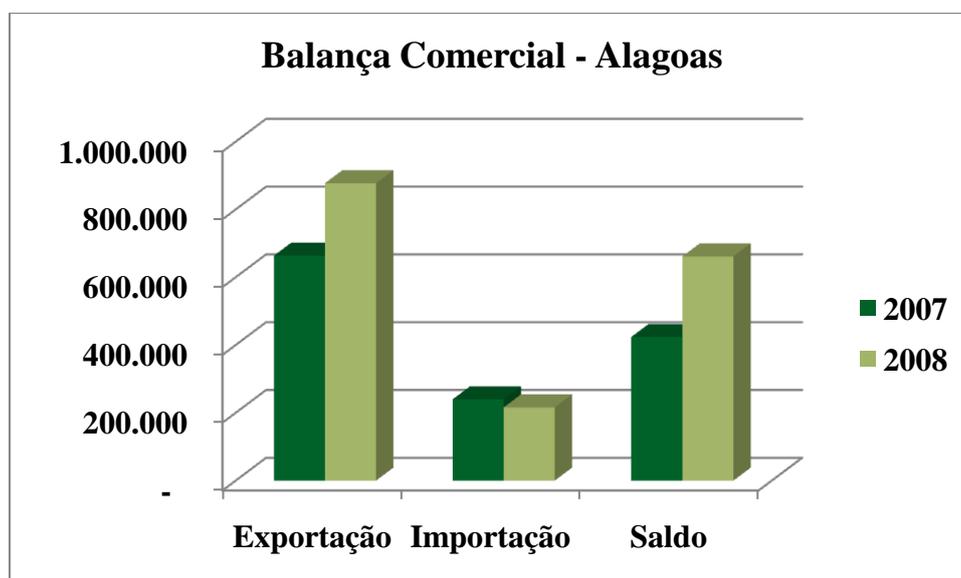
BALANÇA COMERCIAL DE ALAGOAS

2007 - 2008

US\$ 1.000 FOB

Ano	Exportação	Importação	Saldo
2007	663.762	239.823	423.939
2008	877.500	216.026	661.474

Fonte: MDIC / SECEX



A Balança Comercial de Alagoas no primeiro semestre encerrou com saldo positivo, com um crescimento de 12,96% em relação ao mesmo período de 2007. O volume da exportação alcançou o montante de R\$ 555,8 milhões superando R\$ 480,6 milhões, o que resultou em um saldo de R\$ 75,2 milhões. Esses números refletem principalmente o desempenho das transações comerciais no mês de junho, quando as vendas para o comércio exterior passaram de R\$ 19,1 milhões para R\$ 80,5 milhões. Um aumento de 321,53%, o maior de todas as unidades da Federação e que ultrapassou a média nacional de 35%, conforme

dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

As importações alagoanas também cresceram substancialmente de janeiro a junho de 2008, passando de R\$ 91,5 milhões para R\$ 116,4 milhões, o que corresponde a um acréscimo significativo de 27,12%. Como nas exportações, o volume de importações também subiu no mês de junho de R\$ 15,9 milhões para R\$ 21,3 milhões, um aumento de 33,09%.

Em agosto de 2008 as exportações alagoanas superaram pelo terceiro mês consecutivo, as expectativas. O desempenho de Alagoas foi pela segunda vez no ano o melhor

do Brasil. As exportações somaram US\$ 29,1 milhões no mês, com crescimento de 422,24%.

No acumulado de janeiro a agosto, as exportações alagoanas somaram US\$ 619,7 milhões. O volume exportado no ano também é recorde e representa crescimento de 24,42% sobre igual período do ano passado (US\$ 498 milhões). Em parte, o aumento das exportações em plena entressafra da cana-de-açúcar reflete o aumento da capacidade de armazenagem do setor sucroenergético no Estado. Com maior capacidade de estocagem, as usinas também elastecem o período de comercialização da safra, em busca de melhores preços⁵⁸.

Os derivados da cana-de-açúcar contribuíram de forma decisiva para as exportações do Estado de Alagoas, em seguida os insumos de PVC produzidos pela Braskem que ocupam posição de destaque na balança comercial.

Em relação ao setor sucroalcooleiro, a concorrência do mercado interno, dominado predominantemente pelos Estados produtores do Centro-Sul, está conduzindo Alagoas a investir ainda mais nas exportações. Segundo dados estatísticos apresentados pelo Sindaçúcar/AL⁵⁹, cerca de 70% da cana produzida em Alagoas são destinados à fabricação de produtos para exportação, consumindo o mercado interno apenas 30% do que é produzido⁶⁰.

No mercado externo, a Rússia é o país que mais importa o açúcar produzido em Alagoas. Sintonizando a safra 2007/2008, o crescimento das exportações alagoanas para a Rússia foi superior a 60%, em comparação com o ciclo 2006/2007, quando foram exportadas para aquele país 617,4 mil toneladas de VHP.

O açúcar alagoano está sendo exportado para países da Europa, a exemplo de Inglaterra e Portugal, Américas do Sul e do Norte, além do Oriente Médio. Na safra 2007/2008, os dez países que mais consumiram o açúcar alagoano foram: Rússia, Síria, Canadá, Estados Unidos, Marrocos, Tunísia, Inglaterra, Venezuela, Croácia e Romênia⁶¹.

Consolidando o desempenho positivo do mercado alagoano em relação ao setor externo, o Ministério do Desenvolvimento divulgou que, no acumulado dos onze primeiros meses do ano, as exportações alagoanas somaram US\$ 769,8 milhões, US\$ 77 milhões a mais do que recorde registrado em 2006 e US\$ 106 milhões mais do que todo o volume exportado em 2007. Açúcar e álcool respondem por 80% de todo o volume exportado⁶².

⁵⁸ Gazeta de Alagoas 4 set 2008

⁵⁹ Jorge Sandes

⁶⁰ Gazeta de Alagoas, 11 jul. 2008.

⁶¹ Gazeta de Alagoas, 11 jul. 2008.

⁶² Gazeta de Alagoas, 4 dez 2008

PRINCIPAIS PRODUTOS EXPORTADOS
ALAGOAS
2007 – 2008

Produtos	Anos			
	2007		2008	
	US\$ FOB	PART. (%)	US\$ FOB	PART. (%)
AÇÚCAR DE CANA, EM BRUTO	322.013.677	48,51	503.126.486	57,34
ÁLCOOL ETÍLICO N/DESNATURADO C/VOL. TEOR ALCOO.	162.500.033	24,48	186.541.162	21,26
OUTS AÇÚCARES DE CANA, BETERRABA, SACAROSE QUIM.	105.893.102	15,95	125.680.237	14,32
DICLOROETANO (CLORETO DE ETILENO)	35.452.164	5,34	18.788.488	2,14
POLICLORETO DE VINILA, OBT. PROC. SUSPENSÃO, FORM.	14.647.860	2,21	16.537.771	1,88
OUTROS	23.254.668	3,50	26.825.843	3,06
TOTAL	663.761.504	100%	877.499.987	100%

Fonte: MDIC / SECEX

PRINCIPAIS PRODUTOS IMPORTADOS
ALAGOAS
2007 - 2008

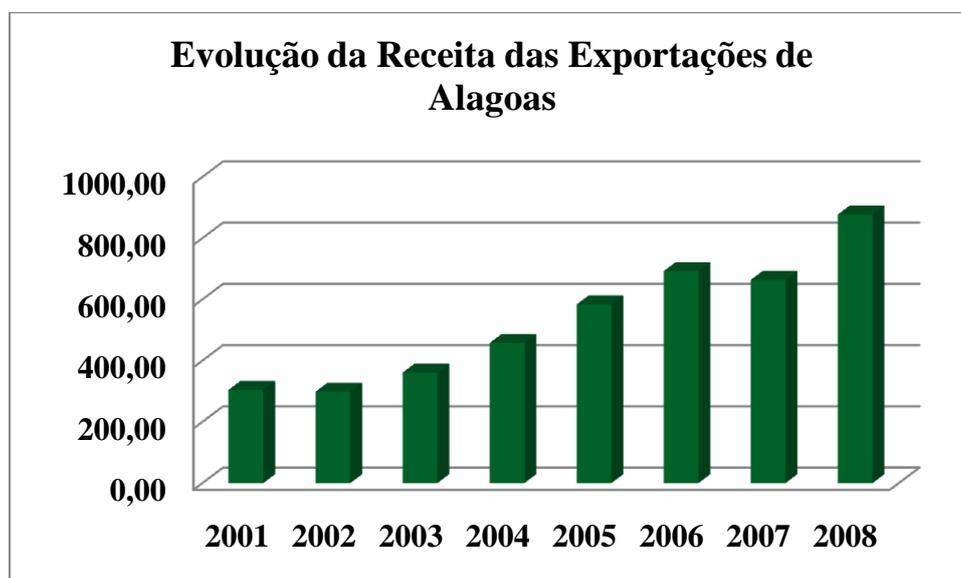
Produtos	Anos			
	2007		2008	
	US\$ FOB	PART. (%)	US\$ FOB	PART. (%)
NAFTAS PARA PETROQUIMICA	72.586.802	30,27	-	-
SULFATO DE AMÔNIO	21.803.621	9,09	28.059.888	12,99
DIIDROGENO-ORTOFOSFATO DE AMÔNIO, INCL. MIST. HI	20.375.713	8,50	12.183.233	5,64
OUTROS CLORETOS DE POTÁSSIO	17.717.473	7,39	27.373.299	12,67
TRIGO (EXC. TRIGO DURO OU P/SEMEADURA), E TRIGO	15.491.071	6,46	24.927.466	11,54
OUTROS	91.848.152	38,30	123.481.026	57,16
TOTAL	239.822.832	100%	216.024.912	100%

Fonte: MDIC / SECEX

**EVOLUÇÃO DA RECEITA DAS
EXPORTAÇÕES
ALAGOAS
2001 a 2007**

ANO	US\$ MILHÕES FOB
2001	304,40
2002	298,60
2003	361,00
2004	457,60
2005	583,70
2006	692,50
2007	663,76
2008	877,50

Fonte: MDIC / SECEX



**COMÉRCIO EXTERIOR
ALAGOAS**

2007 - 2008

US\$ 1.000 FOB

Mês	Exportação		Importação		Saldo (A-B)
	Valor (A)	Variação (%) (*) 2008/2007	Valor (B)	Variação (%) (*) 2008/2007	
2007					
JANEIRO	139.823	-	6.003	-	133.820
FEVEREIRO	97.479	-	8.106	-	89.373
MARÇO	83.154	-	35.686	-	47.468
ABRIL	77.521	-	6.410	-	71.111
MAIO	63.566	-	19.367	-	44.199
JUNHO	19.094	-	15.987	-	3.107
1º SEMESTRE	480.637	-	91.559	-	389.078
JULHO	11.849	-	7.516	-	4.333
AGOSTO	5.563	-	12.176	-	-6.613
SETEMBRO	7.702	-	35.676	-	-27.974
OUTUBRO	69.307	-	22.409	-	46.898
NOVEMBRO	38.135	-	58.489	-	-20.354
DEZEMBRO	50.569	-	11.998	-	38.571
2º SEMESTRE	183.125	-	148.264	-	34.861
TOTAL	663.762	-	239.823	-	423.939
2008					
JANEIRO	97.628	-30,18	18.713	211,73	78.915
FEVEREIRO	112.862	15,78	29.470	263,56	83.392
MARÇO	68.934	-17,10	4.702	-86,82	64.232
ABRIL	47.319	-38,96	10.896	69,98	36.423
MAIO	148.609	133,79	31.331	61,78	117.278
JUNHO	80.486	321,53	21.277	33,09	59.209
1º SEMESTRE	555.838	15,65	116.389	27,12	439.449
JULHO	34.758	193,34	20.936	178,55	13.822
AGOSTO	29.050	422,20	28.593	134,83	457
SETEMBRO	15.242	97,90	18.385	-48,47	-3.143
OUTUBRO	47.307	-31,74	12.891	-42,47	34.416
NOVEMBRO	87.557	129,60	12.442	-78,73	75.115
DEZEMBRO	107.642	112,86	6.416	-46,52	101.226
2º SEMESTRE	321.556	75,59	99.663	-32,78	221.893
TOTAL	877.394	32,19	216.052	-9,91	661.342

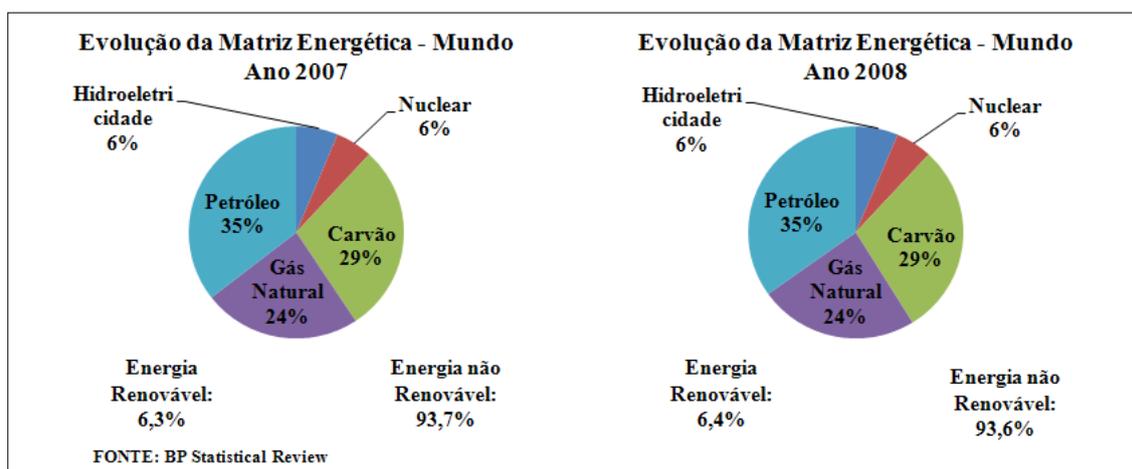
Fonte: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior/SECEX.

ENERGIA ELÉTRICA

A Matriz Energética Mundial apresenta na sua composição como principais itens o petróleo, o carvão e o gás natural, seguidos da hidroeletricidade e da energia nuclear.

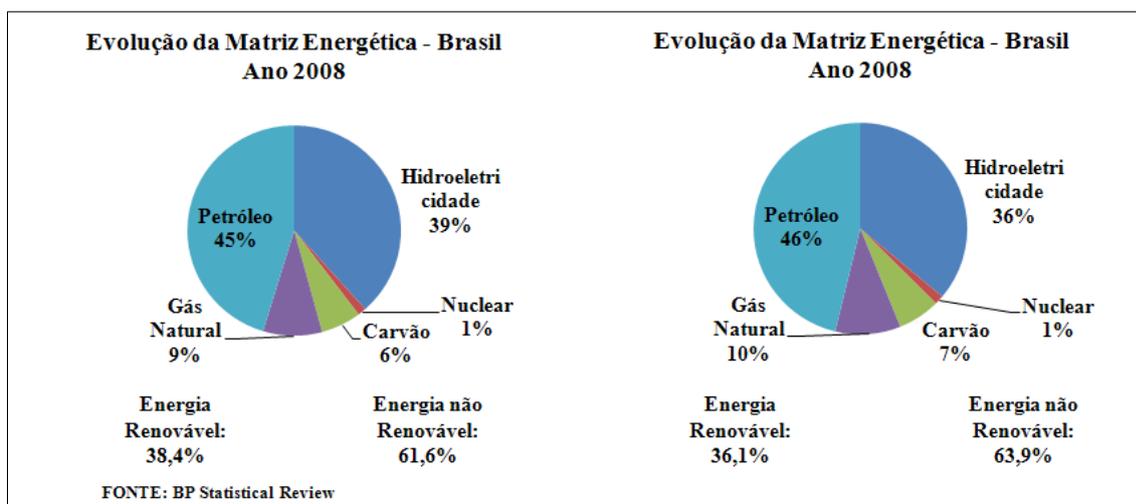
Caracteriza-se 6,3% para a energia renovável e 93,7% para não renovável em 2007

e em 2008 6,4% para a energia renovável e 93,6% para não renovável. Embora pequena, registra-se tendência para a utilização da energia renovável, como forma de atender a novos parâmetros de utilização energética.



A composição da Matriz Energética Brasileira pontua o petróleo e a hidroeletricidade como principais integrantes, seguidos do gás natural, carvão e energia nuclear. Caracteriza-se com 38,4% para a

energia renovável e 61,6% para não renovável em 2007 e em 2008 36,1% para a energia renovável e 63,9% para não renovável, registrando-se inversão nos propósitos de busca de fontes renováveis de energia.



O Brasil busca alternativas energéticas para ampliar a segurança de fornecimento de eletricidade ao mercado nacional⁶³. Estudos e discussões estão sendo intensificados nos segmentos eólico, solar e biomassa.

A bioenergia oferece oportunidades de crescimento em áreas rurais em países como o Brasil, no entanto é importante assegurar meios de subsistência e bem-estar dos atores sociais envolvidos, evitando interferências negativas para a sociedade, em se tratando dos aspectos sociais, econômicos e ambientais

O consumo de energia elétrica para Alagoas em 2008 registrou uma redução de 0,44% em relação a 2007 considerando oscilações no consumo por classe.

Alagoas ainda está aquém de ter a eficiência energética que necessita para suportar a demanda que se anuncia com a vinda de empresas⁶⁴. Para o Secretário de Desenvolvimento Econômico, Energia e Logística⁶⁵, a instalação de empresas em Alagoas não está vinculada a falta de terrenos, estradas, incentivos fiscais, crédito e muito menos a decisão de grupos que buscam o Estado, a disponibilidade de energia é um dado complicador, considerando-se como maior limitação⁶⁶.

⁶³ Gazeta de Alagoas, 23 jun 2008

⁶⁴ Gazeta de Alagoas, 23 jun 2008

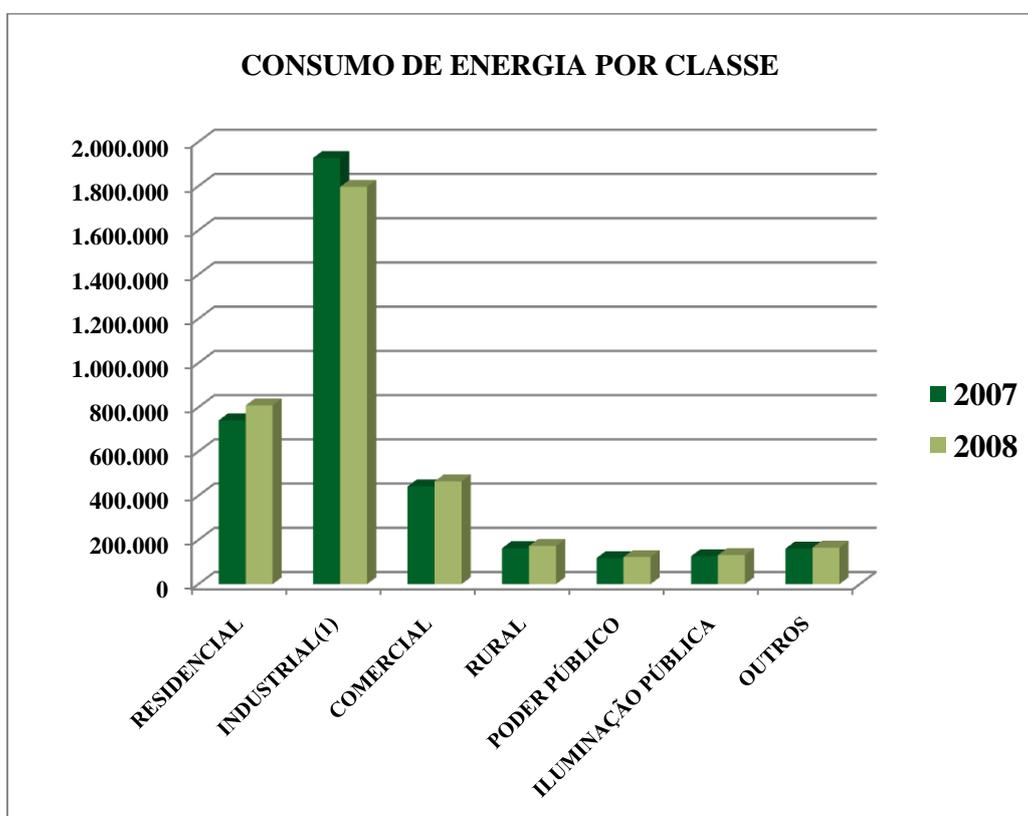
⁶⁵ Luiz Otávio Gomes

⁶⁶ Gazeta de Alagoas, 19 mar 2008.

CONSUMO DE ENERGIA POR CLASSE
ALAGOAS
2007 - 2008

Classe	Consumo de Energia por Classe (em Mwh)		
	Anos		Var. (%) 2008/2007
	2007	2008	
RESIDENCIAL	740.401	808.170	9,15
INDUSTRIAL ⁽¹⁾	1.927.325	1.796.404	-6,79
COMERCIAL	441.928	464.755	5,17
RURAL	162.590	172.830	6,30
PODER PÚBLICO	117.802	122.374	3,88
ILUMINAÇÃO PÚBLICA	126.093	131.407	4,21
OUTROS	160.837	164.880	2,51
TOTAL	3.676.976	3.660.820	-0,44

Fonte: Companhia Hidroelétrica do São Francisco - CHESF / Companhia Energética de Alagoas - CEAL
 Nota: (1) Companhia Hidroelétrica do São Francisco – CHESP / Companhia Energética de Alagoas – CEAL



No sentido de combater o desperdício e reduzir os custos de energia, em junho de 2008, foi assinado convênio entre a Eletrobrás e a Federação das Indústrias do Estado de Alagoas (FIEA). O citado convênio garante a implantação do Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica (Procel)⁶⁷, com foco nos sistemas motrizes das unidades industriais alagoanas. A Fiea irá indicar um grupo de multiplicadores que serão capacitados por instrutores da Eletrobrás, que atuará nas indústrias. O convênio tem duração de dois anos, podendo ser renovado por mais dois, e possibilita a implantação de um laboratório de sistemas motrizes da Universidade Federal de Alagoas⁶⁸ (UFAL).

No que se refere ao desempenho, a Companhia Energética de Alagoas (CEAL), no balanço de 2007 aponta para uma redução de 83%, prejuízo que incentivou a direção da distribuidora a fazer projeções de voltar a apresentar lucro em 2008. O presidente da empresa⁶⁹, vai além, nos resultados positivos, citando que o Lajida⁷⁰ e o resultado do serviço foram 14% maiores que no ano anterior. Além disso, a receita líquida cresceu 20%. Credita-se o resultado ao crescimento do mercado de energia (incremento de 3%) e a redução das perdas e da inadimplência. “Recuperamos 35 megawatts e elevamos a arrecadação em 10%”, afirma o presidente da empresa.

No âmbito da recuperação de receita, a CEAL está conseguindo soluções por parte de clientes problemáticos. Em relação às perdas de energia não houve muito avanço, apesar da Operação Varredura. O índice continua em 30%. Segundo o presidente da empresa, são necessários investimentos em tecnologia para combater as perdas, que não são só provenientes de furto, como também por problemas técnicos⁷¹.

A energia da biomassa compõe a matriz energética de Alagoas apresentando avanços constantes, buscando atender necessidades do segmento sucroalcooleiro.

Em razão de inovações tecnológicas, por conscientização e/ou como forma de atender ao mercado e a Legislação Ambiental, unidades do segmento em Alagoas vem intensificando a geração de energia (da biomassa) para consumo próprio, atendendo os setores: agrícola, incluindo a irrigação, industrial e administrativo. Em alguns casos registra-se excedente que é comercializado com distribuidoras de energia.

⁶⁷ O PROCEL tem como objetivo combater o desperdício e reduzir os custos com energia em 11 grupos de consumidores, mas só deve ser implantado aos poucos em alagoas. O setor industrial foi o escolhido para começar a ação porque representa, no Brasil, 46% do consumo total de energia, dos quais 50% são relativos ao trabalho dos motores, que é foco do PROCEL (Tribuna Independente, 19 jun 2008)..

⁶⁸ Tribuna Independente, 22 jun 2008.

⁶⁹ Joaquim Brito

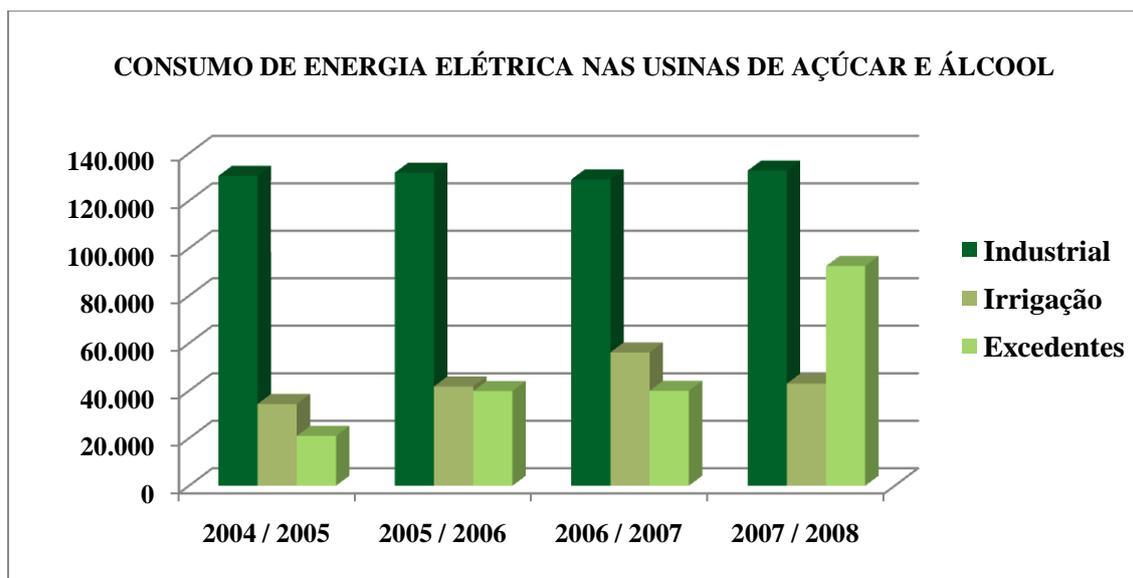
⁷⁰ lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização

⁷¹ O Jornal, 7 abr 2008.

**CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA NAS USINAS DE AÇÚCAR
E ÁLCOOL
ALAGOAS
2007 - 2008**

Geração (kVA)	Safra			
	2004 / 2005	2005 / 2006	2006 / 2007	2007 / 2008
Industrial	130.500	131.870	129.000	132.750
Irrigação	34.450	41.830	56.180	43.000
Excedentes	21.000	39.900	40.000	92.550
TOTAL	185.950	213.600	225.180	268.300

Fonte: SINDAÇUCAR - AL



ENERGIA ELÉTRICA FORNECIDA PELA CEAL
CONSUMO INDUSTRIAL DE ENERGIA POR RAMO DE ATIVIDADE
ALAGOAS
2008

Ramo de Atividade	Consumo Industrial de Energia por Ramo de Atividade (MWh)
	2008
EXTRAÇÃO DE CARVÃO MINERAL	0
EXTRAÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL (incluído a Petrobrás)	113.465
EXTRAÇÃO DE MINERAIS METÁLICOS	17
EXTRAÇÃO DE MINERAIS NÃO-METÁLICOS	10.017
FABRICAÇÃO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS	30.133
FABRICAÇÃO DE BEBIDAS	18.629
FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DO FUMO	245
FABRICAÇÃO DE PRODUTOS TEXTEIS	53.148
CONFECÇÃO DE ARTIGOS DO VESTUÁRIO E ACESSÓRIOS	180
PREPARAÇÃO DE COURO E FABRICAÇÃO DE ARTEFATOS DE COURO, ARTIGOS PARA VIAGEM E CALÇADOS	1.438
FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DE MADEIRA	640
FABRICAÇÃO DE CELULOSE, PAPEL E E PRODUTOS DE PAPEL	343
IMPRESSÃO E REPRODUÇÃO DE GRAVAÇÕES	1.363
FABRICAÇÃO DE COQUE, DE PRODUTOS DERIVADOS DO PETRÓLEO E DE BIOCOMBUSTÍVEIS	2.288
FABRICAÇÃO DE PRODUTOS QUÍMICOS	142.746
FABRICAÇÃO DE PRODUTOS FARMOQUÍMICOS E FARMACEUTICOS	15
FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DE BORRACHA E DE MATERIAL PLÁSTICO	29.071
FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DE MINERAIS NÃO-METÁLICOS	84.451
METALURGIA	143
FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DE METAL, EXCETO MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	306
FABRICAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA, PRODUTOS ELETRONICOS E OPTICOS	0
FABRICAÇÃO DE MÁQUINAS, APARELHOS E MATERIAIS ELÉTRICOS	364
FABRICAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	46
FABRICAÇÃO DE VEICULOS AUTOMOTORES, REBOQUES E CARROCERIAS	70
FABRICAÇÃO DE OUTROS EQUIPAMENTOS E TRANSPORTE, EXCETO VEICULOS AUTOMOTORES	75
FABRICAÇÃO DE MOVEIS	943
FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DIVERSOS	5.834
MANUTENÇÃO, REPARAÇÃO E INSTALAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	0
ELETRICIDADE, GÁS E OUTRAS UTILIDADES	197
CAPTAÇÃO, TRATAMENTO E DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA	1.246
ESGOTO E ATIVIDADES RELACIONADAS	0
COLETA, TRATAMENTO E DISPOSIÇÃO DE RESÍDUOS, RECUPERAÇÃO DE MATERIAIS	0
DESCONTAMINAÇÃO E OUTROS SERVIÇOS DE GESTÃO DE RESÍDUOS	0
CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS	2.545
OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA	93
SERVIÇOS ESPECIALIZADOS PARA CONSTRUÇÃO	0
OUTRAS ATIVIDADES NÃO DESCRITAS ACIMA	70.288
TOTAL	570.339

Fonte: Companhia Energética de Alagoas - CEAL

CONSUMO DE ENERGIA POR CLASSE - CEAL

ALAGOAS

2007 - 2008

Mês	Consumo de Energia por Classe (em Mwh)							
	Residencial	Industrial	Comercial	Rural	Poder Público	Iluminação Pública	Outros	Total
2007								
JANEIRO	62.589	44.318	40.015	24.928	10.198	10.265	14.218	206.531
FEVEREIRO	62.347	42.441	38.681	27.863	10.042	10.265	13.876	205.515
MARÇO	62.888	45.772	35.448	11.230	8.948	10.265	12.883	187.434
ABRIL	61.397	47.015	38.536	7.269	10.415	10.313	13.028	187.973
MAIO	61.626	43.149	36.091	7.063	10.466	10.262	13.322	181.979
JUNHO	61.565	48.451	36.782	6.214	10.059	10.262	13.371	186.704
1º SEMESTRE	372.412	271.146	225.553	84.567	60.128	61.632	80.698	1.156.136
JULHO	60.064	47.002	33.919	5.734	9.107	10.578	12.722	179.126
AGOSTO	58.356	48.228	34.328	6.142	9.454	10.578	13.564	180.650
SETEMBRO	61.786	48.698	34.634	5.851	9.152	10.818	13.145	184.084
OUTUBRO	60.021	47.501	35.665	11.988	9.393	10.794	13.077	188.439
NOVEMBRO	66.334	48.455	40.381	22.461	10.090	10.822	13.817	212.360
DEZEMBRO	61.428	44.240	37.448	25.847	10.478	10.871	13.814	204.126
2º SEMESTRE	367.989	284.124	216.375	78.023	57.674	64.461	80.139	1.148.785
ANUAL	740.401	555.270	441.928	162.590	117.802	126.093	160.837	2.304.921
2008								
JANEIRO	73.649	47.500	40.978	26.142	10.151	10.923	14.099	223.442
FEVEREIRO	68.971	46.677	40.361	25.460	10.482	10.895	14.438	217.284
MARÇO	70.550	46.342	40.161	22.108	10.692	10.897	12.532	213.282
ABRIL	68.984	51.122	40.047	11.538	10.944	11.019	13.848	207.502
MAIO	70.118	47.454	39.587	7.111	10.609	10.991	14.165	200.035
JUNHO	65.174	49.261	36.763	5.959	9.896	10.991	13.626	191.670
1º SEMESTRE	417.446	288.356	237.897	98.318	62.774	65.716	82.708	1.253.215
JULHO	61.412	49.551	34.905	5.471	9.055	10.993	12.939	184.326
AGOSTO	60.808	49.716	35.792	4.990	9.414	10.994	13.758	185.472
SETEMBRO	65.801	49.405	36.557	5.392	9.514	10.980	13.876	191.525
OUTUBRO	63.633	43.793	37.518	11.658	9.965	10.940	13.427	190.934
NOVEMBRO	68.571	44.331	41.205	22.066	10.914	10.934	14.438	212.459
DEZEMBRO	70.499	45.222	40.881	24.935	10.738	10.850	13.734	216.859
2º SEMESTRE	390.724	282.018	226.858	74.512	59.600	65.691	82.172	1.181.575
ANUAL	808.170	570.374	464.755	172.830	122.374	131.407	164.880	2.434.790

Fonte: Companhia Energética de Alagoas - CEAL.

Nota: O Consumo industrial a partir de outubro/2005 passa a ter consumidores livres.

Consumo comercial a partir de março/2006 tem consumidores livres.

Dados trabalhados pela SEPLAN/SUPEGI.

NÚMERO DE CONSUMIDORES DE ENERGIA POR CLASSE
ALAGOAS
2007 – 2008

Mês	Consumidores de Energia por Classe							Total
	Residencial	Industrial	Comercial	Rural	Poder	Iluminação	Outros	
					Público	Pública		
2007								
JANEIRO	665.229	2.683	45.363	9.614	7.749	102	781	731.521
FEVEREIRO	669.188	2.687	45.524	9.609	7.746	101	790	735.645
MARÇO	673.049	2.682	45.630	9.615	7.742	102	808	739.628
ABRIL	676.817	2.680	45.933	9.468	7.846	102	806	743.652
MAIO	680.078	2.685	45.912	9.389	7.826	102	804	746.796
JUNHO	683.850	2.674	46.097	9.419	7.902	102	809	750.853
JULHO	687.247	6.282	46.483	9.383	7.847	102	839	758.183
AGOSTO	691.655	2.678	46.524	9.365	7.846	102	828	758.998
SETEMBRO	696.397	2.699	46.893	9.367	7.874	102	832	764.164
OUTUBRO	698.478	2.671	46.959	9.311	7.844	102	829	766.194
NOVEMBRO	701.257	2.662	47.311	9.303	7.899	102	826	769.360
DEZEMBRO	703.354	2.669	47.174	9.369	7.874	102	827	771.369
2008								
JANEIRO	706.739	2.661	47.353	9.316	8.028	102	826	775.025
FEVEREIRO	711.127	2.649	47.496	9.407	7.926	102	827	779.534
MARÇO	713.942	2.603	47.218	9.465	8.106	102	826	782.262
ABRIL	716.499	2.622	47.199	9.437	8.140	102	831	784.830
MAIO	718.548	2.639	47.283	9.323	8.062	102	886	786.843
JUNHO	719.459	2.611	47.292	9.338	7.994	102	1.004	787.800
JULHO	722.703	2.623	47.227	9.304	7.969	102	981	790.909
AGOSTO	724.822	2.607	47.409	9.320	7.998	102	990	793.248
SETEMBRO	729.238	2.632	47.995	9.378	8.020	102	1.030	798.395
OUTUBRO	730.621	2.625	47.905	9.463	8.154	102	1.038	799.908
NOVEMBRO	732.852	2.634	48.070	9.566	7.999	102	1.043	802.266
DEZEMBRO	735.337	2.644	48.152	9.648	8.097	102	984	804.964

Fonte: Companhia Energética de Alagoas - CEAL.

ÁGUA

De acordo com o Balanço das Contas, a CASAL fechou 2008 com faturamento de R\$173 milhões de reais. Já a arrecadação atingiu o valor de R\$147 milhões, representando um acréscimo de 11,3% em relação a 2007. Tal aumento deve-se a recuperação de faturamento em algumas cidades. A empresa está trabalhando para reduzir as perdas e aumentar a arrecadação. Para tanto já foram implantados os serviços de cobrança por telefone aos clientes que estão em débito, o cadastro no nome dos inadimplentes no Serviço de Proteção ao Crédito (SPC), além de um recadastramento de imóveis para adequação tarifária⁷².

O Programa de Tarifa Social da Companhia de Saneamento de Alagoas (Casal), continua beneficiando parcela da população carente do Estado de Alagoas. Mais de 7,9 mil famílias já foram beneficiadas com o programa criado em 24 de maio de 2004 e intensificado em 2007. A meta é promover, a partir deste ano, maior cobertura nos bairros e demais localidades, uma vez que a companhia opera em 77 dos 102 municípios alagoanos.

Segundo a coordenadora do programa de relações de Institucionais da Casal⁷³, a autarquia vai ampliar o raio de cobertura por causa do alto índice de inadimplência e desperdício de água, que também atinge o interior de Alagoas.

Ainda de acordo com a coordenadora, o percentual de ligações clandestinas gira em torno de 70% em todos os bairros da capital alagoana. “Estamos intensificando as ações, desde dezembro do ano passado, com intuito de ter o usuário pagando um valor menor, e, conseqüentemente combater a inadimplência, a clandestinidade, e fazer o uso racional da água”. Para ser beneficiado com o programa o morador precisa corresponder a alguns critérios, a exemplo de estar em dia com as contas da Casal, o que lhes dará direito a 10 metros cúbicos de água por mês. Além da vantagem do valor a menos na conta, essas famílias sempre receberão informações sobre como economizar água sem comprometer as tarefas domésticas. A coordenadora do programa de relações Institucionais adverte que o sistema exclui o usuário cadastrado no Tarifa Social quando ele ficar inadimplente e caso ultrapasse a mera de consumo (10 metro cúbicos) por um período de seis meses. Também o usuário precisa estar inscrito em um dos programas do governo federal e, caso não se enquadre neste requisito, ter renda mensal de até um salário mínimo e meio e um imóvel com até 40 metros quadrados⁷⁴.

⁷² CASAL: Informe 1º a 31 jan 2009.

⁷³ Viviane Barbosa

⁷⁴ Diário Oficial, 24 jan 2008.

VOLUME FATURADO TOTAL BRUTO DE ÁGUA POR CATEGORIAS
ALAGOAS
2007 - 2008

Mês	Volume Faturado Total Bruto de Água por Categorias (m3)									
	Residencial	Var. (%) 2008/2007	Comercial	Var. (%) 2008/2007	Industrial	Var. (%) 2008/2007	Público	Var. (%) 2008/2007	Total	Var. (%) 2008/2007
2007										
JANEIRO	4.236.170	-	227.219	-	27.333	-	236.843	-	4.727.565	-
FEVEREIRO	4.081.074	-	212.571	-	29.997	-	226.499	-	4.550.141	-
MARÇO	3.980.445	-	201.994	-	29.293	-	238.708	-	4.450.440	-
ABRIL	4.015.870	-	201.222	-	29.014	-	254.871	-	4.500.977	-
MAIO	3.864.048	-	198.176	-	28.891	-	237.684	-	4.328.799	-
JUNHO	4.036.770	-	206.586	-	27.975	-	262.797	-	4.534.128	-
JULHO	3.861.232	-	198.998	-	23.476	-	252.567	-	4.336.273	-
AGOSTO	3.867.078	-	202.107	-	26.562	-	252.912	-	4.348.659	-
SETEMBRO	3.919.190	-	206.789	-	23.915	-	242.720	-	4.392.614	-
OUTUBRO	3.905.776	-	207.000	-	25.661	-	243.282	-	4.381.719	-
NOVEMBRO	4.026.190	-	212.608	-	22.871	-	242.419	-	4.504.088	-
DEZEMBRO	4.293.974	-	233.269	-	29.787	-	262.642	-	4.819.672	-
2008										
JANEIRO	4.267.322	0,74	226.010	-0,53	31.299	14,51	251.231	6,07	4.775.862	1,02
FEVEREIRO	4.283.602	4,96	232.040	9,16	25.397	-15,33	247.324	9,19	4.788.363	5,24
MARÇO	4.073.072	2,33	207.861	2,90	20.660	-29,47	234.662	-1,69	4.536.255	1,93
ABRIL	4.056.530	1,01	198.085	-1,56	21.632	-25,44	235.247	-7,70	4.511.494	0,23
MAIO	4.079.474	5,58	205.929	3,91	20.254	-29,90	231.680	-2,53	4.537.337	4,82
JUNHO	3.944.176	-2,29	198.249	-4,04	22.743	-18,70	239.755	-8,77	4.404.923	-2,85
JULHO	3.890.149	0,75	197.964	-0,52	22.812	-2,83	236.690	-6,29	4.347.615	0,26
AGOSTO	3.985.499	3,06	204.837	1,35	22.200	-16,42	245.137	-3,07	4.457.673	2,51
SETEMBRO	4.014.703	2,44	206.811	0,01	23.712	-0,85	244.929	0,91	4.490.155	2,22
OUTUBRO	4.045.561	3,58	210.118	1,51	24.714	-3,69	243.783	0,21	4.524.176	3,25
NOVEMBRO	4.156.836	3,24	219.009	3,01	25.239	10,35	255.353	5,34	4.656.437	3,38
DEZEMBRO	4.093.995	-4,66	217.061	-6,95	26.110	-12,34	247.668	-5,70	4.584.834	-4,87

Relatório de Análise de Consumo de Água por economia R-12/CASAL.
 Nota: Dados sujeitos a alteração (CASAL).

NÚMERO DE ECONOMIAS ATIVAS DE ÁGUA POR CATEGORIAS
ALAGOAS
2007 - 2008

Mês	Número de Economias Ativas de Água por Categorias									
	Residencial	Var. (%) 2008/2007	Comercial	Var. (%) 2008/2007	Industrial	Var. (%) 2008/2007	Público	Var. (%) 2008/2007	Total	Var. (%) 2008/2007
2007										
JANEIRO	327.489	-	12.202	-	822	-	11.142	-	351.655	-
FEVEREIRO	328.617	-	12.240	-	817	-	11.217	-	352.891	-
MARÇO	328.390	-	12.101	-	816	-	11.241	-	352.548	-
ABRIL	327.808	-	12.018	-	814	-	11.003	-	351.643	-
MAIO	328.149	-	12.082	-	855	-	10.941	-	352.027	-
JUNHO	328.974	-	12.074	-	844	-	11.833	-	353.725	-
JULHO	327.740	-	11.992	-	825	-	11.856	-	335.540	-
AGOSTO	329.017	-	12.025	-	831	-	11.919	-	353.792	-
SETEMBRO	332.844	-	12.218	-	834	-	11.938	-	357.834	-
OUTUBRO	333.231	-	12.331	-	850	-	12.005	-	358.417	-
NOVEMBRO	336.679	-	12.536	-	860	-	12.005	-	362.080	-
DEZEMBRO	338.477	-	12.563	-	849	-	11.996	-	363.885	-
2008										
JANEIRO	340.480	3,97	12.555	2,89	845	2,80	12.004	7,74	365.884	4,05
FEVEREIRO	340.469	3,61	12.415	1,43	827	1,22	11.299	0,73	365.010	3,43
MARÇO	340.084	3,56	12.337	1,95	817	0,12	11.358	1,04	364.596	3,42
ABRIL	339.945	3,70	12.261	2,02	839	3,07	11.397	3,58	364.442	3,64
MAIO	337.343	2,80	12.270	1,56	852	-0,35	11.373	3,95	361.838	2,79
JUNHO	336.880	2,40	12.307	1,93	856	1,42	11.365	-3,96	361.408	2,17
JULHO	339.778	3,67	12.333	2,84	848	2,79	11.430	-3,59	364.389	8,60
AGOSTO	339.734	3,26	12.215	1,58	839	0,96	11.420	-4,19	364.208	2,94
SETEMBRO	341.484	2,60	12.241	0,19	852	2,16	11.417	-4,36	365.994	2,28
OUTUBRO	342.282	2,72	12.332	0,01	853	0,35	11.428	-4,81	366.895	2,37
NOVEMBRO	343.101	1,91	12.347	-1,51	855	-0,58	11.457	-4,56	367.760	1,57
DEZEMBRO	343.904	1,60	12.661	0,78	872	2,71	11.358	-5,32	368.795	1,35

Fonte: Relatório de Análise de Consumo de Água por economia - R12 / CASAL.
Nota: Dados sujeitos a alteração (CASAL).

**NÚMERO DE LIGAÇÕES ATIVAS DE ÁGUA POR CATEGORIAS
ALAGOAS
2007 - 2008**

Mês	Número de Ligações Ativas de Água por Categorias									
	Residencial	Var. (%) 2008/2007	Comercial	Var. (%) 2008/2007	Industrial	Var. (%) 2008/2007	Público	Var. (%) 2008/2007	Total	Var. (%) 2008/2007
2007										
JANEIRO	296.812	-	8097	-	719	-	3.406	-	308.315	-
FEVEREIRO	298.037	-	8.121	-	718	-	3.408	-	309.566	-
MARÇO	297.933	-	8.079	-	717	-	3.410	-	309.422	-
ABRIL	296.990	-	8.035	-	715	-	3.402	-	308.427	-
MAIO	297.161	-	8.000	-	726	-	3.395	-	308.556	-
JUNHO	297.237	-	8.000	-	713	-	3.457	-	308.694	-
JULHO	296.165	-	7.957	-	725	-	3.468	-	307.590	-
AGOSTO	297.106	-	7.985	-	734	-	3.429	-	308.520	-
SETEMBRO	300.809	-	8.123	-	737	-	3.478	-	312.410	-
OUTUBRO	301.155	-	8.175	-	752	-	3.497	-	312.827	-
NOVEMBRO	304.384	-	8.261	-	761	-	3.519	-	316.164	-
DEZEMBRO	305.963	-	8.299	-	750	-	3.472	-	317.734	-
2008										
JANEIRO	307.752	3,69	8.308	2,61	743	3,34	3.485	2,32	320.288	3,88
FEVEREIRO	307.596	3,21	8.278	1,93	726	1,11	3.483	2,20	320.083	3,40
MARÇO	307.442	3,19	8.254	2,17	716	-0,14	3.500	2,64	319.912	3,39
ABRIL	307.138	3,42	8.196	2,00	739	3,36	3.525	3,62	319.598	3,62
MAIO	304.752	2,55	8.190	2,38	749	3,17	3.505	3,24	317.196	2,80
JUNHO	304.495	2,44	8.220	2,75	756	6,03	3.504	1,36	316.975	2,68
JULHO	307.168	3,72	8.238	3,53	748	3,17	3.569	2,91	319.723	3,94
AGOSTO	307.210	3,40	8.198	2,67	737	0,41	3.578	4,35	319.723	3,63
SETEMBRO	308.940	2,70	8.235	1,38	749	1,63	3.577	2,85	321.501	2,91
OUTUBRO	309.521	2,78	8.297	1,49	747	-0,66	3.579	2,34	322.144	2,98
NOVEMBRO	310.202	1,91	8.283	0,27	749	-1,58	3.581	1,76	322.815	2,10
DEZEMBRO	310.903	1,61	8.250	-0,59	764	1,87	3.527	1,58	323.444	1,80

Fonte: Relatório de Análise de Consumo de Água por economia - R12/CASAL.
Nota: Dados sujeitos a alteração (CASAL).

**ATENDIMENTO NO ESTADO
ALAGOAS
2007 - 2008**

Mês	Capital				Interior				Total			
	Municípios Operados (A)	Popul. Urbana (B)	Popul. Abastec. (C)	(%) de Abast.	Municípios Operados (D)	Popul. Urbano (E)	Popul. Abastec. (F)	(%) de Abast.	A + D	B + E	C + F	(%) (C+F) / (B+E)
2007												
JANEIRO	1	945.025	762.702	81	76	982.553	676.642	69	77	1.927.578	1.439.344	75
FEVEREIRO	1	943.533	763.406	81	76	989.953	680.510	69	77	1.933.486	1.443.916	75
MARÇO	1	945.949	763.989	81	76	1.005.621	679.255	68	77	1.951.570	1.443.244	75
ABRIL	1	948.370	761.294	80	76	1.009.188	679.060	67	77	1.957.558	1.440.354	75
MAIO	1	950.798	760.815	80	76	1.012.771	680.739	67	77	1.963.569	1.441.554	75
JUNHO	1	953.232	763.191	80	76	1.016.373	682.071	67	77	1.969.605	1.445.262	75
JULHO	1	955.673	759.528	79	76	1.019.993	679.872	67	77	1.975.666	1.439.400	75
AGOSTO	1	958.119	762.795	80	76	1.023.632	682.305	67	77	1.981.751	1.445.100	75
SETEMBRO	1	960.572	770.017	80	76	1.027.290	683.730	67	77	1.987.862	1.453.747	75
OUTUBRO	1	963.031	769.830	80	76	1.030.966	685.548	66	77	1.993.997	1.455.378	75
NOVEMBRO	1	965.496	776.936	80	76	1.034.662	693.455	67	77	2.000.158	1.470.391	75
DEZEMBRO	1	967.968	782.210	81	76	1.038.376	704.028	68	77	2.006.344	1.486.238	75
2008												
JANEIRO	1	970.872	782.210	81	76	1.041.692	712.025	68	77	2.012.564	1.494.235	74
FEVEREIRO	1	940.533	783.871	83	76	1.090.144	711.331	65	77	2.030.677	1.495.202	74
MARÇO	1	975.420	783.068	80	76	1.057.085	710.830	67	77	2.032.505	1.493.898	74
ABRIL	1	977.918	784.201	80	76	1.009.187	713.372	71	77	1.987.105	1.497.573	75
MAIO	1	980.422	782.909	80	76	1.012.770	706.213	70	77	1.993.192	1.489.122	75
JUNHO	1	982.931	785.422	80	76	1.016.373	705.871	69	77	1.999.304	1.491.293	75
JULHO	1	985.446	787.622	80	76	1.013.858	712.609	70	77	1.999.304	1.500.231	75
AGOSTO	1	987.968	787.215	80	76	1.023.616	712.840	70	77	2.011.584	1.500.055	75
SETEMBRO	1	990.497	789.239	80	76	1.021.088	717.980	70	77	2.011.585	1.507.219	75
OUTUBRO	1	993.031	787.430	79	76	1.024.722	721.676	70	77	2.017.753	1.509.106	75
NOVEMBRO	1	993.031	786.979	79	76	1.030.911	724.997	70	77	2.023.942	1.511.976	75
DEZEMBRO	1	995.573	786.115	79	76	1.028.369	728.289	71	77	2.023.942	1.514.404	75

Fonte: CASAL.

Nota: * Dados trabalhados pela CGPLAN/SEPLAN.

Nota: Dados sujeitos a alteração (CASAL).

**EVOLUÇÃO DO ATENDIMENTO
ALAGOAS
2007 - 2008**

Mês	Ligações						Economias Ativas		
	Ativas			Inativas			Mês Ant.	Mês Atual	Var. (%) 2008/2007
	Mês Ant.	Mês Atual	Var. (%) 2008/2007	Mês Aant.	Mês Atual	Var. (%) 2008/2007			
2007									
JANEIRO	307.791	309.034	-	79.249	78.866	-	349.828	351.655	-
FEVEREIRO	309.034	310.284	-	78.866	78.012	-	351.655	352.891	-
MARÇO	310.284	310.139	-	78.012	78.708	-	352.891	352.548	-
ABRIL	310.139	309.142	-	78.708	79.174	-	352.548	351.643	-
MAIO	309.142	309.282	-	79.174	78.707	-	351.643	352.027	-
JUNHO	309.282	309.407	-	78.707	78.520	-	352.027	353.725	-
JULHO	309.407	308.315	-	78.520	79.882	-	353.725	352.413	-
AGOSTO	308.315	309.254	-	79.882	80.111	-	352.413	353.792	-
SETEMBRO	309.254	311.057	-	80.111	78.931	-	353.792	355.601	-
OUTUBRO	311.057	311.449	-	78.931	79.854	-	355.601	356.184	-
NOVEMBRO	311.449	314.795	-	79.854	77.860	-	356.184	359.841	-
DEZEMBRO	314.795	318.484	-	77.860	75.019	-	359.841	363.885	-
2008									
JANEIRO	318.484	320.288	0,57	75.019	74.125	-1,19	363.885	365.884	0,55
FEVEREIRO	320.288	320.083	-0,06	74.125	75.212	1,47	365.884	365.010	-0,24
MARÇO	320.083	319.912	-0,05	75.212	76.120	1,21	365.010	364.596	-0,11
ABRIL	319.912	319.598	-0,10	76.120	77.002	1,16	364.596	364.442	-0,04
MAIO	319.598	318.734	-0,27	77.002	77.030	0,04	364.442	363.393	-0,29
JUNHO	318.734	319.289	0,17	77.030	77.478	0,58	363.393	363.734	0,09
JULHO	319.289	319.723	0,14	77.478	77.270	-0,27	363.734	364.389	0,18
AGOSTO	319.723	319.723	0,00	77.270	77.399	0,17	364.389	364.208	-0,05
SETEMBRO	319.723	321.501	0,56	77.399	76.542	-1,11	364.208	365.994	0,49
OUTUBRO	321.501	322.144	0,20	76.542	76.294	-0,32	365.994	366.895	0,25
NOVEMBRO	322.144	322.815	0,21	76.294	76.598	0,40	366.895	367.760	0,24
DEZEMBRO	322.815	323.444	0,19	76.598	76.916	0,42	367.760	368.795	0,28

Nota: * Dados trabalhados pela SEPLAN/CGPLAN
Nota: Dados sujeitos a alteração (CASAL).

PETRÓLEO E GÁS NATURAL

Em 2008, o mercado internacional de petróleo e do gás natural mostrou sinais de recuperação frente à crise mundial iniciada em 2007. O preço médio do barril de petróleo (Brent) registrou aumento de US\$72,39 para US\$97,26 entre 2007 e 2008. As reservas mundiais mantiveram-se estáveis, com maior queda relativa na Europa e ex-União Soviética

(1,7% em relação a 2007) e maior aumento na Ásia e Pacífico (1,8%).

O volume produzido em 2008 – 81,4 milhões de barris/dia – também não registrou alterações significativas em relação ao ano anterior. Vale observar que a capacidade de refino total é estimada em 88,6 milhões barris/dia.

RESERVA E PRODUÇÃO MUNDIAL

Reservas provadas (bilhões de toneladas)			Produção (milhões de toneladas/ano)		
Países	Quantidade	(%)	Países	Quantidade	(%)
Brasil (16ª colocação)	0,61		Brasil (16ª colocação)	93,9	2,4
Arábia Saudita	12,70	21,0	Arábia Saudita	515,3	13,1
Irã	6,61	10,9	Irã	488,5	12,4
Iraque	5,52	9,1	Iraque	305,1	7,8
Kuwait	4,87	8,1	Kuwait	209,8	5,3
Venezuela	4,77	7,9	Venezuela	189,7	4,8
Emirados Árabes Unidos	4,70	7,8	Emirados Árabes Unidos	157,4	4,0
Rússia	3,80	6,3	Rússia	156,7	4,0
Libia	2,10	3,5	Libia	139,5	3,6
Cazaquistão	1,91	3,2	Cazaquistão	137,3	3,5
Nigéria	1,74	2,9	Nigéria	131,6	3,4
Outros	11,10	18,0	Outros	1.404,0	35,7
Total mundial	60,43	100,0	Total mundial	3.928,8	100,0

FONTE: BP Amoco Statistical Review of Energy 2009

Segundo a Petrobrás/ANP, no Brasil, em 2008, foi produzida uma média de 2,17 milhões de barris de óleo equivalente⁷⁵ por dia, registrando aumento de 5,4% em comparação com o ano de 2007. O maior crescimento ocorreu na produção de gás natural, que chegou a 51 milhões de metros cúbicos por dia, ou seja, 17,8% a mais do que no ano anterior.

O crescimento expressivo da oferta de gás natural, no Brasil, em 2008, se deve principalmente, a ampliação da capacidade do sistema de escoamento de gás e a entrada em operação das plataformas P-52 e P-54 no

campo de Roncador, no final de 2007, e dos novos sistemas de produção instalados no Campo de Peroá.

Esse crescimento deverá manter-se em 2009 com o início de operação das plataformas P-53 no final de 2008 e P-51 no começo de 2009, além da continuidade na implementação de projetos do Plano de Antecipação da Produção de Gás Natural (Panglas).

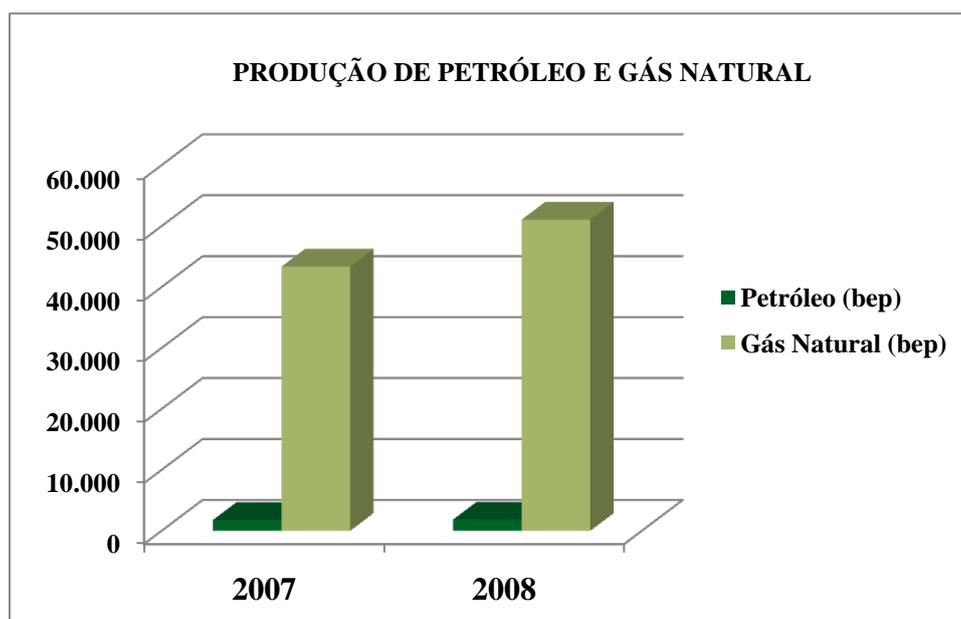
Já a produção de petróleo registrou incremento de 3,5%, com média diária de 1,85 milhões de barris.

**PRODUÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL
(TERRA E MAR - BRASIL)
2007 - 2008**

Produção	Anos		Variação (%) 2007/2008
	2007	2008	
Petróleo (bep)	660.453.279	686.598.446	3,96
Gás Natural (bep)	114.990.713	136.789.453	18,96

Fonte: ANP
Nota: Dados trabalhados pela SEPLAN

⁷⁵ Unidade que soma os barris de petróleo com o seu equivalente em gás natural.



Fora do país, a produção de óleo e gás natural da empresa (**Petrobrás**), em 2008, foi de 224 mil barris de óleo equivalente por dia, registrando uma redução de 4,2% em relação a 2007. De acordo com a Petrobrás, a redução da produção nos campos internacionais foi provocada por fatores como a suspensão temporária de produção na Argentina, a reprogramação de datas na perfuração de poços

na Venezuela, a temporada de furacões nos Estados Unidos e os trabalhos de manutenção na Colômbia.

Em 2008, a produção de petróleo em Alagoas registrou redução de 25,66 % e o gás natural de 10,19%, porque os principais campos produtores tiveram queda na produção.⁷⁶

⁷⁶ Nota: Centro de Relações com o Consumidor – CRC/ ANP

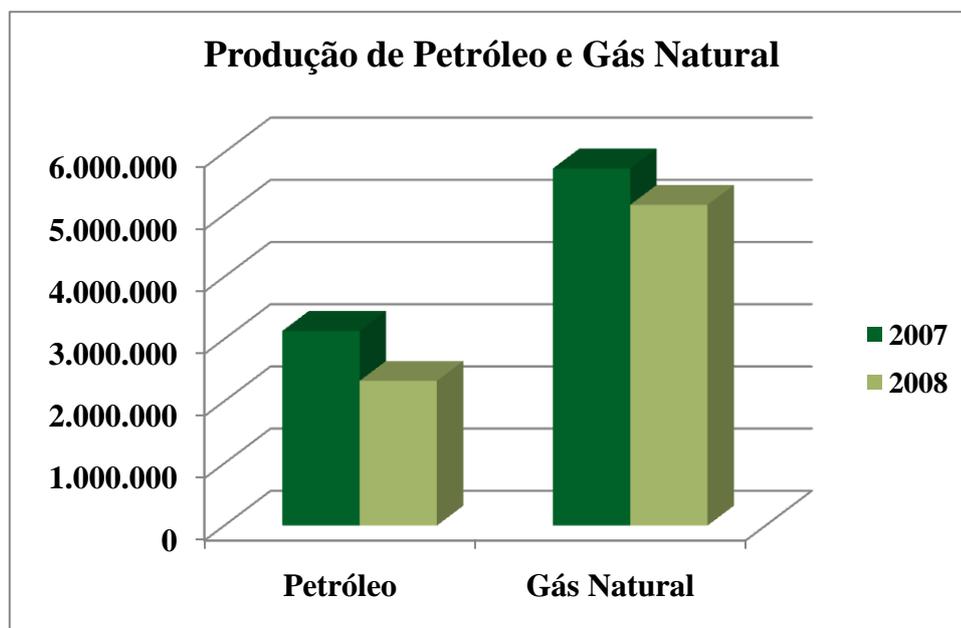
**PRODUÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL
(TERRA E MAR EM ALAGOAS)**

2007 – 2008

Produção	Anos		Variação (%) 2007/2008
	2007	2008	
Petróleo (bep)	3.129.496	2.326.497	-25,66
Gás Natural (bep)	5.741.778	5.156.419	-10,19

Fonte: ANP

Nota: Dados trabalhados pela SEPLAN



Em relação a exploração de petróleo e gás natural, é grande a expectativa de Alagoas com a realização da 10ª Rodada de Licitações da Agência Nacional de Petróleo (ANP). São 16 investidores inscritos, que darão lances em blocos de exploração de petróleo e gás natural, que totalizam cerca de 70 mil km² de extensão, em áreas de novas fronteiras e bacias maduras, divididas em 130 blocos, todos terrestres. A área em oferta abrange sete bacias sedimentares localizadas em 17 estados brasileiros.

Na bacia Alagoas-Sergipe estão sendo apresentados aos investidores 44 blocos, em uma área de cerca de 1,3 mil metros quadrados, que detém 350 milhões de metros cúbicos de petróleo e 5,6 milhões de metros cúbicos de gás natural. No Estado de Alagoas entre os municípios englobados na região inclui-se Feliz Deserto, Coruripe e São Miguel dos Milagres.

De acordo com o Assessor da Diretoria da ANP⁷⁷, as grandes vantagens dos blocos locais é que eles são maduros⁷⁸ e situados em um contexto de ativa exploração de óleo e gás. “A área possui sistema petrolífero eficiente, com ampla e completa infra-estrutura para a indústria de petróleo, pólos consumidores e facilidades operacionais em geral. Uma oportunidade adequada para atuação de empresas de pequeno e médio portes”.

São vantagens comparativas que estão reforçando o interesse da Petrobras para a bacia alagoana e sergipana. Em razão da crise financeira mundial e a consequente queda da cotação do barril do petróleo, a estatal petrolífera anunciou que vai diminuir o ritmo

de novos investimentos, adiando alguns projetos de exploração e produção. Contudo, de acordo com o Gerente Geral de Exploração e Produção da Petrobras⁷⁹, os projetos de petróleo leve, como os implantados em Alagoas e Sergipe, de maior valor no mercado, ganham mais espaço e prioridade no foco de investimentos da empresa.

O Governo do Estado de Alagoas aguarda pela concretização de novos negócios, já que a exploração e produção de petróleo e gás natural geram receita de royalties e desenvolvimento nos municípios envolvidos.

A intensificação de investimentos em exploração de petróleo em áreas licitadas pela empresa em outras rodadas realizadas pela ANP e a interligação do gasoduto do Nordeste com o do Sudeste, para ampliar e flexibilizar o abastecimento de gás natural na região, também estão na pauta de reivindicações do Estado de Alagoas com a Petrobras.

Segundo o Secretário Executivo do Conselho Estadual de Política Energética (Cepe)⁸⁰, o Estado produz cerca de 2,5 milhões de metros cúbicos de gás natural por dia, mas tem direito a apenas 500 mil metros cúbicos. O volume de produção restante é exportado para Pernambuco e Sergipe. Entretanto, para atender o aumento da demanda industrial, o Estado precisa de uma cota extra de pelo menos 200 mil metros cúbicos”. Acrescenta ainda que a obra de interligação dos dois gasodutos já está garantida, agora o Estado se articula para que o cronograma seja mantido sem atrasos⁸¹.

⁷⁷ Marcos Cintra

⁷⁸ amplamente estudados e com volume de potencial de produção conhecido

⁷⁹ José Jorge de Moraes Junior

⁸⁰ Geoberto Espírito Santo

⁸¹ Alagoas Negócios 7 de dezembro de 08

**PRODUÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL
(TERRA E MAR EM ALAGOAS)
2007 - 2008**

Mês	Produção			
	Petróleo		Gás Natural	
	Produção (bep)	Var. (%) 2008/2007	Produção (bep)	Var. (%) 2008/2007
2007				
JANEIRO	265.793	-	509.589	-
FEVEREIRO	244.852	-	458.407	-
MARÇO	286.192	-	485.140	-
ABRIL	284.548	-	523.316	-
MAIO	272.244	-	463.236	-
JUNHO	260.317	-	487.054	-
1º SEMESTRE	1.613.946	-	2.926.742	-
JULHO	273.275	-	479.112	-
AGOSTO	262.440	-	502.709	-
SETEMBRO	245.002	-	472.293	-
OUTUBRO	252.557	-	458.005	-
NOVEMBRO	245.295	-	433.570	-
DEZEMBRO	236.981	-	469.347	-
2º SEMESTRE	1.515.550	-	2.815.036	-
TOTAL	3.129.496	-	5.741.778	-
2008				
JANEIRO	233.554	-12,13	494.163	-3,03
FEVEREIRO	201.882	-17,55	439.263	-4,18
MARÇO	210.200	-26,55	463.564	-4,45
ABRIL	210.520	-26,02	451.714	-13,68
MAIO	215.671	-20,78	458.506	-1,02
JUNHO	200.896	-22,83	458.764	-5,81
1º SEMESTRE	1.272.723	-21,14	2.765.974	-5,49
JULHO	203.391	-25,57	457.678	-4,47
AGOSTO	195.379	-25,55	453.147	-9,86
SETEMBRO	167.299	-31,72	403.530	-14,56
OUTUBRO	123.609	-51,06	296.604	-35,24
NOVEMBRO	178.057	-27,41	389.384	-10,19
DEZEMBRO	186.039	-21,50	390.102	-16,88
2º SEMESTRE	1.053.774	-30,47	2.390.445	-15,08
TOTAL	2.326.497	-25,66	5.156.419	-10,19

Fonte: ANP-Boletim Mensal de Produção Submetido à ANP.
Nota: *bep=barris equivalentes de petróleo.

FINANCAS PÚBLICAS

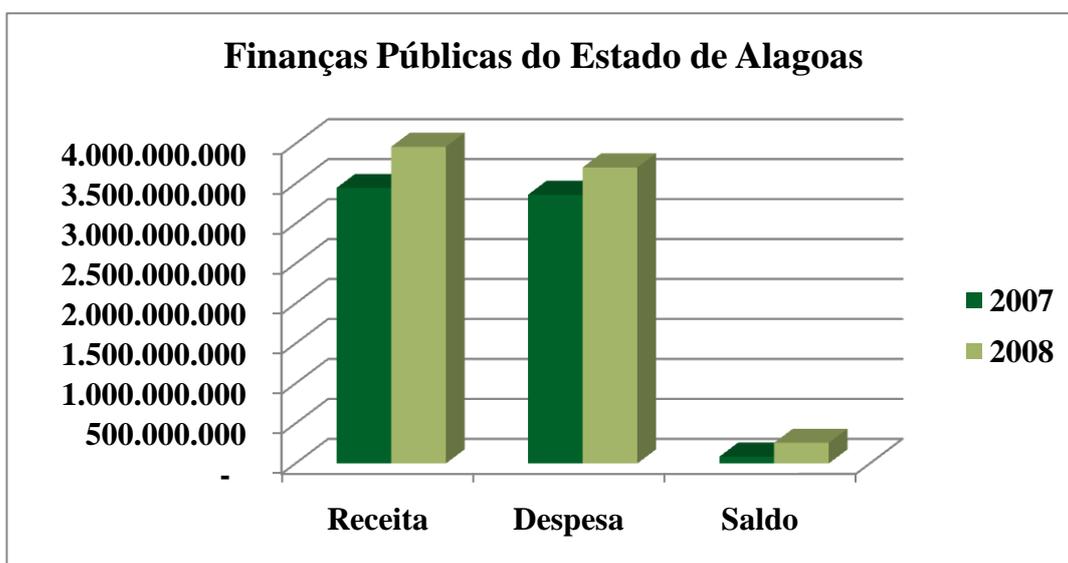
No exercício financeiro de 2008, o Tesouro Estadual registrou um aumento de 1,54% em relação a 2007.

O crescimento da receita estadual da ordem de 14,94% foi fundamental para o desempenho apresentado.

FINANÇAS PÚBLICAS DO ESTADO DE ALAGOAS ALAGOAS 2007 - 2008

Resultado	Anos		Variação (%) 2008/2007
	2007	2008	
RECEITAS	3.447.450.954,10	3.962.379.512,10	14,94
DESPESAS	3.357.608.528,50	3.902.311.353,40	16,22

Fonte: Secretária da Fazenda de Alagoas - SEFAZ



A arrecadação de tributos estaduais continua a trajetória de crescimento iniciada a partir da implantação em 2007 do projeto “Auxiliando o Governo do Estado a Aumentar Sua Capacidade de Investimento”, executado por Fiscais de Tributos Estaduais (FTE) da Secretaria de Estado da Fazenda (SEFAZ). A metodologia de trabalho tem como fundamento a gestão para resultados. A principal ferramenta é o monitoramento constante dos contribuintes estaduais e sua divisão nos segmentos da economia alagoana com maior participação na arrecadação de tributos estaduais. Além disso, a equipe do projeto trabalha a partir da pactuação de metas que são identificadas com o estudo dos cenários e oportunidades de incremento na arrecadação. Ao todo, 12 segmentos (químicos, outros, sucroalcooleiro, bebidas e fumo, comunicação, automotivos, departamentos

e têxtil, energia elétrica, combustível, construção civil, alimentação e mineral) recebem atenção especial da Fazenda Estadual como forma de garantir os recursos públicos que financiam as políticas públicas estaduais⁸².

O volume da receita do Tesouro Estadual, em 2008, apontou um incremento de 14,94% em relação a 2007. O grupo transferências federais contribuiu com 19,90% , sendo destaque a participação do FPE (Fundo de Participação Estadual) com 22,30%. O item receitas tributárias registram crescimento de 14,80%, sendo que se verifica aumento de 20,00% para Recolhimento do Imposto de Renda, de 15,10% para o ICMS e 16,70% para o IPVA, retratando maior dinamismo na Economia do Estado.

**DEMONSTRATIVO DA RECEITA DO ESTADO
TRANFERÊNCIAS FEDERAIS E RECEITA PRÓPRIA
ALAGAS
2007 - 2008**

Receitas	Anos		Variação (%) 2008/2007(1)
	2007	2008	
Receita Própria	1.697.283.010,23	1.862.849.826,56	9,75
ICMS	1.401.795.919,49	1.613.922.509,06	15,13
IPVA	76.279.878,15	89.007.353,63	16,69
Outras Receitas(2)	52.339.448,83	47.278.257,50	-9,67
IR	93.867.763,76	112.641.706,37	20,00
Outras Receitas (3)	73.000.000,00		-
Transferências Federais	1.750.167.943,82	2.098.422.621,00	19,90
FPE	1.597.841.367,92	1.953.494.947,35	22,26
I.R			-
Outras	152.326.575,90	144.927.673,65	-4,86
Total da Receita	3.447.450.954,05	3.961.272.447,56	14,90

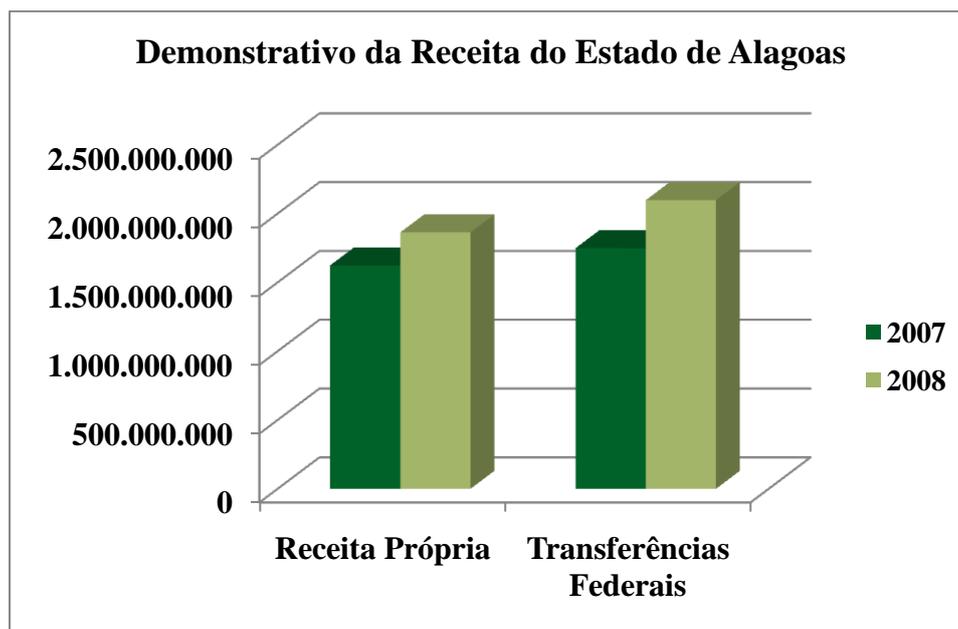
Fonte : Sefaz

1 Nominal

2 Outros Fundo de Combate a Pobreza, IPI (exportação Xistogás (Rovaties), Rec Hídricos, FEP, DNPM, L Kandir (Q parte Estado), CIDE, MP/93, CEX (Q parte Estado))

3 Recursos provenientes de vendas do FCVS e títulos CVS/2006. Recursos provenientes de negociação da conta salário com a CEF/2007

⁸² Alagoas 24 horas 14 out. 2008



No primeiro semestre de 2008, a receita estadual arrecadou em tributos (ICMS e IPVA), R\$ 799 milhões, registrando um crescimento nominal de 13% em comparação com o mesmo período do ano passado. Somente em junho, foram arrecadados para os cofres públicos do Estado o montante de R\$ 124,3 milhões, um crescimento nominal de 18,5% em comparação com o mesmo mês de 2007.

De acordo com a Secretaria Estadual de Fazenda, o crescimento ocorreu em decorrência do esforço fiscal empreendido pela equipe de gestores dos segmentos econômicos, acompanhados no projeto “Auxiliando o Governo do Estado a Aumentar Sua Capacidade de Investimento”, desenvolvido pelo órgão. “Isso fez com que fosse possível superar a meta de arrecadação dos tributos estaduais para o período em 8,1%”, informa a pasta. “Assim, a meta estipulada pelo projeto, após as análises de oportunidades de arrecadação, teve como resultado R\$ 59,6 milhões acima do que era perseguido pelos FTE que coordenam o projeto”, completa.

O órgão informa ainda que na análise do desempenho específico do recolhimento de IPVA, no primeiro semestre deste ano, houve

uma ligeira superação da meta de arrecadação para este tributo.

Os resultados da arrecadação ficaram 0,1% (R\$ 54,2 mil) acima da meta, que foi de R\$ 43,063 milhões. Se comparada apenas a arrecadação de ICMS do primeiro semestre de 2008 com o mesmo período do ano passado, houve um crescimento de 19,2% (R\$ 123,2 milhões). Enquanto nos meses de janeiro a junho do ano passado o recolhimento deste imposto foi de R\$ 640 milhões, no mesmo período deste ano, o arrecadado foi de R\$ 763,2 milhões.

Ainda de acordo com a Secretaria, dos segmentos acompanhados pelo projeto na Receita Estadual, os que tiveram melhor desempenho foram: “Outros”, que inclui atividades econômicas diversas como serviço de transporte, Sucroalcooleiro e Químicos⁸³.

A arrecadação estadual nos oito primeiros meses de 2008 superou em 8,5% a projeção de recolhimento de tributos feita pela equipe da Secretaria da Fazenda (SEFAZ) de Alagoas. Dados divulgados mostram que as receitas obtidas com o ICMS e IPVA – principais tributos estaduais – chegaram a

⁸³ Gazeta de Alagoas, 23 jul 2008.

R\$ 1.084,4 bilhão, contra R\$ 963,5 milhões no mesmo período do ano passado. O valor não tem o desconto de 12,6% correspondente à inflação registrada de janeiro a agosto e que equivale a R\$ 121 milhões.

O crescimento real da arrecadação no período foi de 7,2% ou R\$ 74 milhões a mais que o recolhimento de 2007.

Os setores de alimentação, combustível, comunicação, energia elétrica e departamento/têxtil foram os que mais contribuíram para a elevação da arrecadação nesses oito primeiros meses do ano.

Enquanto a meta era arrecadar R\$ 999,7 milhões, foi recolhido R\$ 1.084,4 bilhão, um acréscimo de R\$ 84,7 milhões. O incremento foi de 8,5% na projeção feita entre os gestores de segmentos econômicos e acompanhados pelos técnicos do projeto *Auxiliando o Governo do Estado a Aumentar Sua Capacidade de Investimento*.

O projeto é desenvolvido na SEFAZ, desde setembro de 2007, por Fiscais de Tributos Estaduais (FTE) e conta com Consultoria do Movimento Brasil Competitivo (MBC), por meio do Instituto de Desenvolvimento Gerencial (IDNG).

Já arrecadação de ICMS e IPVA especificamente no mês de **setembro** superou em 14,1% (R\$ 140,1 milhões) os resultados obtidos no mesmo período do ano passado. Dessa forma, enquanto o recolhimento desses tributos no mesmo mês do ano passado foi de R\$ 122,7 milhões, em 2008 houve um incremento de R\$ 17,4 milhões nas receitas tributárias próprias do Tesouro Estadual. Esses resultados para o mês de **setembro** representam a superação em 9,5% (R\$ 12,3 milhões) da meta de arrecadação pactuado pelo projeto. Para esse período, os FTE tinham pactuado como meta a recolher para os cofres do Tesouro Estadual R\$ 119,1 milhões. No mês em análise, os segmentos que obtiveram melhor desempenho na manutenção da trajetória de crescimento da arrecadação estadual foram os seguintes, por ordem decrescente: químicos, outros (composto, por exemplo, de

representantes comerciais), sucroalcooleiro, bebidas e fumo e comunicação⁸⁴.

O Governo do Estado manterá o regime diferenciado de tributação estadual para microempresas sociais cadastradas como pessoas naturais. A determinação foi publicada no Diário Oficial do Estado (DOE). O decreto nº 4.053, de 15 de setembro de 2008, altera o decreto nº 3.637/2007, que estendeu o regime provisoriamente até o fim do ano passado, para que uma solução definitiva em conformidade com as novas diretrizes da Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas fossem estabelecidas. De acordo com o Diretor de Tributação da Secretaria de Estado da Fazenda⁸⁵ (SEFAZ), o decreto deve diminuir o alto grau de informalidade da economia alagoana, causado principalmente pela dificuldade em abrir uma empresa⁸⁶.

Uma iniciativa do Governo do Estado, o Portal da Transparência (www.portaldatransparenciaruthcardoso.al.gov.br), é um mecanismo por meio do qual o Estado se propõe a disponibilizar suas administrações financeiras, permitindo que a sociedade fiscalize as ações governamentais. O detalhamento das receitas públicas e os gastos efetuados pelo Governo Estadual, Assembléia Legislativa, Tribunal de Justiça, Ministério Público e Tribunal de Contas passam a ser de conhecimento público. Por meio do Portal da Transparência qualquer cidadão terá acesso às informações financeiras, de maneira simplificada, dos poderes e ainda dos repasses de tributos estaduais para as prefeituras.

As informações terão como base os registros do Sistema Integrado de Administração Financeira para Estados e Municípios (SIAFEM) e serão atualizadas após o fechamento mensal das contas dos poderes.

⁸⁴ Alagoas 24 horas, 14 out 2008

⁸⁵ Ronaldo Rodrigues

⁸⁶ Gazeta de Alagoas, 18 set 2008

Conforme o Secretário-Adjunto da Fazenda⁸⁷, a criação do Portal da Transparência possibilita que a sociedade tenha uma visão crítica sobre como os poderes administram os recursos públicos. “É possível ver, de forma transparente, como é que o Estado está gastando e como está efetuando esse gasto, o que compra e o preço de cada. Isso faz de cada pessoa um agente fiscalizador, que terá opinião formada se o Governo está gastando demais em uma área ou de menos em outra”, ressaltou.

Tornar pública a prestação de contas do Estado e dos demais poderes não é o mesmo que ter um atestado de integridade administrativa.

Segundo o Diretor-Presidente da ONG Transparência Brasil⁸⁸, a principal vantagem do Portal da Transparência é se tornar uma ferramenta de fiscalização popular⁸⁹.

No período de Janeiro a dezembro de 2008, as despesas totalizaram R\$ 3.902.311.353,50, com crescimento de 16,20% em relação ao ano anterior. É importante ressaltar crescimento de 16,70% no item custeio/investimento, configurando um relativo controle nas despesas do Estado.

DEMONSTRATIVO DAS DESPESAS DO ESTADO ALAGOAS 2007 - 2008

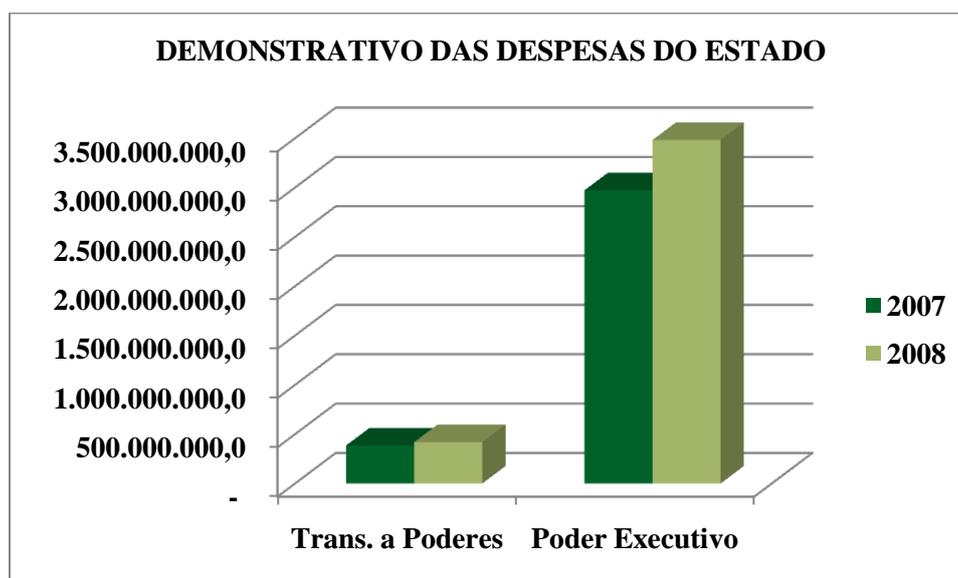
Despesas	Anos		Variação (%) 2008/2007
	2007	2008	
Transf. a Poderes	385.775.383,9	420.043.272,0	8,88
Tribunal de Justiça	168.645.622,8	177.077.904,0	5,00
Tribunal de Contas	50.404.955,9	55.041.828,0	9,20
Assembléia Legislativa	96.000.000,0	113.400.000,0	18,13
Ministério Público	70.724.805,2	74.523.540,0	5,37
Poder Executivo	2.971.832.381,5	3.482.268.081,4	17,18
Pessoal (Desp. Bruta)	1.540.299.542,4	1.791.484.320,0	16,31
Custeio/Investimento	330.363.146,0	385.673.167,6	16,74
Transf. a Municípios	407.190.890,7	466.608.500,6	14,59
Fundeb/Liquidado	258.770.453,9	341.292.829,7	31,89
Serviço da Dívida	435.208.348,5	497.209.263,5	14,25
TOTAL	3.357.607.765,4	3.902.311.353,4	16,22

Fonte : Sefaz
*Nominal

⁸⁷ Maurício Toledo

⁸⁸ Cláudio Weber Abramo

⁸⁹ Gazeta de Alagoas, 22 set. 2008



Dentre as principais despesas, o item que mais cresceu foi o FUNDEB/líquido com 31,9%, que representam parte dos recursos financeiros que o Tesouro Estadual repassou para integralização deste Fundo e que foram destinados aos Municípios do Estado de Alagoas.

O quadro, que demonstra a composição geral dos gastos pelos principais itens de despesas, apresentou uma queda na participação dos seguintes itens: Despesa com Pessoal (47% em 2007, para 46% em 2008) e Custeio/Investimento (15% em 2007, para 10% no exercício em referência). Foi observado crescimento na participação nos demais componentes da despesa entre os exercícios de 2007 e de 2008: Serviço da Dívida (11% para 12%), Transferências a Municípios (também 11% para 12%), Transferências a Poderes (9% para 11%) e FUNDEB (7% para 9%).

No Boletim Econômico de 2007, Alagoas, dentre os Estados da Região Nordeste, apresentava o maior comprometimento na relação DLP/RCR (despesa com pessoal/receita corrente líquida, 49%, ultrapassando o limite permitido pela LRF (Lei de Responsabilidade Fiscal), que é de 49% para este gasto, conforme indicativo da STN. Apesar desse comprometimento ter crescido, em 2008, não foi possível a obtenção de dados com os indicadores para os demais Estados Nordestinos, referentes ao exercício de 2008.

No ano de 2008, os gastos com o custeio e o investimento na estrutura da Administração Pública Estadual foram de R\$ 385,7 milhões, e isto representou um crescimento de 16,7% nestes gastos, comparativamente a igual período do exercício de 2007, que registrou R\$ 330,3 milhões.

O desembolso efetivo com o serviço da dívida, em 2008, somou R\$ 497,2 milhões, com um crescimento real de 8,1%, em relação a 2007.

O Balanço Geral de 2007 e os bons resultados das metas fiscais e tributárias alcançadas durante o ano de 2008 mostram que Alagoas se encaminha para equilibrar sua dívida pública, que atingiu o patamar de R\$ 6 bilhões, e que consumia quase meio bilhão de reais em receita por ano do Tesouro Estadual, deixando pouca margem financeira para ser aplicada em investimentos.

Para superar as dificuldades financeiras, a equipe econômica do Governo lançou mão de estratégias simples: negociou débitos, cortou custos e aumentou a arrecadação. Em um ano, o Governo conseguiu gerar um superávit orçamentário de R\$ 60,1 milhões, resultado da diferença do total de receitas realizadas e das despesas executadas. O Estado registrou R\$ 3.962,4 bilhões de receita, em 2008, contra um total de despesas de R\$ 3.902,3 bilhões⁹⁰, em 2007.

⁹⁰ Gazeta de Alagoas, 31 ago 2008

DEMONSTRATIVO DA ARRECAÇÃO MENSAL DA RECEITA PRÓPRIA
ALAGOAS
2007 - 2008

Mês	Receita Própria (em R\$1.00)									
	ICMS	Var. (%) 2008/2007	IPVA	Var. (%) 2008/2007	IR	Var. (%) 2008/2007	Outras	Var. (%) 2008/2007	Total	Var. (%) 2008/2007
2007										
JANEIRO	128.623.145,20	-	2.372.651,80	-	6.440.446,23	-	5.402.997,43	-	142.839.240,66	-
FEVEREIRO	111.118.220,61	-	3.649.344,51	-	5.911.162,37	-	4.634.089,24	-	125.312.816,73	-
MARÇO	101.476.222,14	-	5.906.149,51	-	6.368.624,65	-	4.856.741,73	-	118.607.738,03	-
ABRIL	91.961.748,47	-	6.306.076,31	-	6.774.651,49	-	4.497.824,53	-	109.540.300,80	-
MAIO	99.426.782,18	-	7.636.473,52	-	6.472.894,50	-	3.959.639,35	-	117.495.789,55	-
JUNHO	104.503.340,67	-	7.461.787,41	-	6.441.032,16	-	5.304.169,66	-	123.710.329,90	-
1º SEMESTRE	637.109.459,27	-	33.332.483,06	-	38.408.811,40	-	28.655.461,94	-	737.506.215,67	-
JULHO	117.150.567,39	-	7.724.155,98	-	7.032.012,26	-	3.455.464,00	-	135.362.199,63	-
AGOSTO	147.646.689,82	-	10.887.804,61	-	7.269.846,15	-	3.705.228,23	-	169.509.568,81	-
SETEMBRO	114.321.468,02	-	10.829.583,73	-	7.562.547,17	-	3.245.747,80	-	135.959.346,72	-
OUTUBRO	115.462.749,08	-	7.235.037,86	-	8.321.917,40	-	3.169.978,77	-	134.189.683,11	-
NOVEMBRO	140.251.173,89	-	3.911.493,51	-	8.635.198,92	-	5.465.267,69	-	158.263.134,01	-
DEZEMBRO	129.853.812,02	-	2.359.319,40	-	16.637.430,46	-	4.642.300,40	-	153.492.862,28	-
2º SEMESTRE	764.686.460,22	-	42.947.395,09	-	55.458.952,36	-	23.683.986,89	-	886.776.794,56	-
ANUAL	1.401.795.919,49	-	76.279.878,15	-	93.867.763,76	-	52.339.448,83	-	1.624.283.010,23	-
2008										
JANEIRO	140.346.950,58	9,11	3.089.289,71	30,20	7.026.950,80	9,11	3.694.342,07	-31,62	154.157.533,16	7,92
FEVEREIRO	130.626.342,41	17,56	4.518.615,04	23,82	7.173.906,13	21,36	3.776.029,45	-18,52	146.094.893,03	16,58
MARÇO	123.598.238,15	21,80	6.135.984,09	3,89	9.725.285,19	52,71	3.251.656,37	-33,05	142.711.163,80	20,32
ABRIL	121.893.464,55	32,55	8.205.571,07	30,12	10.938.518,56	61,46	3.795.608,35	-15,61	144.833.162,53	32,22
MAIO	125.702.817,46	26,43	8.670.808,35	13,54	9.762.076,02	50,81	5.160.371,35	30,32	149.296.073,18	27,07
JUNHO	116.369.116,91	11,35	9.057.593,74	21,39	9.392.282,00	45,82	3.691.122,77	-30,41	138.510.115,42	11,96
1º SEMESTRE	758.536.930,06	19,06	39.677.862,00	19,04	54.019.018,70	40,64	23.369.130,36	-18,45	875.602.941,12	18,72
JULHO	129.054.452,03	10,16	9.150.014,29	18,46	8.610.803,75	22,45	3.658.384,77	5,87	150.473.654,84	11,16
AGOSTO	131.497.300,68	-10,94	15.807.073,81	45,18	8.456.787,52	16,33	3.644.028,13	-1,65	159.405.190,14	-5,96
SETEMBRO	118.426.386,22	3,59	8.765.409,42	-19,06	8.391.638,16	10,96	3.439.476,63	5,97	139.022.910,43	2,25
OUTUBRO	144.461.285,72	25,12	8.199.223,44	13,33	9.147.252,68	9,92	4.256.202,63	34,27	166.063.964,47	23,75
NOVEMBRO	148.916.764,10	6,18	4.548.861,90	16,29	8.256.308,96	-4,39	4.624.968,57	-15,38	166.346.903,53	5,11
DEZEMBRO	183.029.390,25	40,95	2.858.908,77	21,18	15.759.896,60	-5,27	4.286.066,41	-7,67	205.934.262,03	34,17
2º SEMESTRE	855.385.579,00	11,86	49.329.491,63	14,86	58.622.687,67	5,70	23.909.127,14	0,95	987.246.885,44	11,33
ANUAL	1.613.922.509,06	15,13	89.007.353,63	16,69	112.641.706,37	20,00	47.278.257,50	-9,67	1.862.849.826,56	14,69

Fonte: Sefaz.

**DEMONSTRATIVO MENSAL DAS TRANSFERÊNCIAS FEDERAIS
ALAGOAS
2007 - 2008**

Mês	Transferências Federais (em R\$1,00)					
	FPE	Var. (%) 2008/2007	Outras	Var. (%) 2008/2007	Total	Var. (%) 2008/2007
2007						
JANEIRO	125.361.506,40	-	12.301.830,42	-	137.663.336,82	-
FEVEREIRO	134.727.799,62	-	5.634.208,55	-	140.362.008,17	-
MARÇO	111.760.085,29	-	18.932.801,75	-	130.692.887,04	-
ABRIL	138.803.317,39	-	11.974.355,36	-	150.777.672,75	-
MAIO	143.261.077,73	-	12.556.162,46	-	155.817.240,19	-
JUNHO	146.351.532,73	-	15.046.293,08	-	161.397.825,81	-
1º SEMESTRE	800.265.319,16	-	76.445.651,62	-	876.710.970,78	-
JULHO	113.832.814,64	-	16.425.666,26	-	130.258.480,90	-
AGOSTO	120.093.900,92	-	11.408.098,69	-	131.501.999,61	-
SETEMBRO	123.666.423,85	-	10.489.661,64	-	134.156.085,49	-
OUTUBRO	117.026.174,04	-	16.815.955,58	-	133.842.129,62	-
NOVEMBRO	137.210.744,65	-	10.175.930,52	-	147.386.675,17	-
DEZEMBRO	185.745.990,66	-	10.565.611,59	-	196.311.602,25	-
2º SEMESTRE	797.576.048,76	-	75.880.924,28	-	873.456.973,04	-
ANUAL	1.597.841.367,92	-	152.326.575,90	-	1.750.167.943,82	-
2008						
JANEIRO	167.066.645,50	33,27	12.770.661,17	3,81	179.837.306,67	30,64
FEVEREIRO	183.619.081,46	36,29	5.738.541,02	1,85	189.357.622,48	34,91
MARÇO	144.628.262,76	29,41	8.543.234,31	-54,88	153.171.497,07	17,20
ABRIL	167.642.876,17	20,78	13.361.852,94	11,59	181.004.729,11	20,05
MAIO	176.387.847,78	23,12	6.560.158,19	-47,75	182.948.005,97	17,41
JUNHO	152.073.969,32	3,91	11.839.064,49	-21,32	163.913.033,81	1,56
1º SEMESTRE	991.418.682,99	23,89	58.813.512,12	-23,06	1.050.232.195,11	19,79
JULHO	137.759.952,49	21,02	12.341.378,17	-24,87	150.101.330,66	15,23
AGOSTO	168.270.613,79	40,12	7.230.347,68	-36,62	175.500.961,47	33,46
SETEMBRO	148.187.248,37	19,83	8.341.244,21	-20,48	156.528.492,58	16,68
OUTUBRO	141.034.176,46	20,52	16.065.990,98	-4,46	157.100.167,44	17,38
NOVEMBRO	178.720.001,64	30,25	24.892.472,89	144,62	203.612.474,53	38,15
DEZEMBRO	188.104.271,61	1,27	17.242.727,60	63,20	205.346.999,21	4,60
2º SEMESTRE	962.076.264,36	20,63	86.114.161,53	13,49	1.048.190.425,89	20,00
ANUAL	1.953.494.947,35	22,26	144.927.673,65	-4,86	2.098.422.621,00	19,90

Fonte: Sefaz.

DEMONSTRATIVO MENSAL DA DESPESA - PODER EXECUTIVO

ALAGOAS

2007 - 2008

Mês	Despesa (em R\$1,00)					
	Pessoal (1)	Custeio / Investimento	Transf. a Município (2)	FUNDEB / Líquido	Serviço da Dívida	Total
2007						
JANEIRO	114.025.489,47	11.408.467,43	27.190.609,68	15.742.204,09	48.271.000,18	216.637.770,85
FEVEIRO	109.553.950,87	13.222.895,67	29.196.308,16	24.330.283,52	34.800.587,08	211.104.025,30
MARÇO	110.335.900,34	22.928.183,14	34.452.204,03	17.015.558,28	37.074.725,02	221.806.570,81
ABRIL	119.543.342,22	20.871.053,97	26.326.994,81	19.252.794,61	35.765.686,97	221.759.872,58
MAIO	117.892.112,72	23.970.000,00	33.375.090,75	25.134.239,51	30.398.519,63	230.769.962,61
JUNHO	117.961.458,33	23.970.000,00	26.009.907,75	22.357.218,15	38.846.752,87	229.145.337,10
1º SEMESTRE	689.312.253,95	116.370.600,21	176.551.115,18	123.832.298,16	225.157.271,75	1.331.223.539,25
JULHO	120.829.492,80	19.831.407,00	34.089.499,00	20.957.495,57	28.205.774,00	223.913.668,37
AGOSTO	124.824.365,11	19.729.814,00	43.304.183,00	18.580.463,02	34.964.318,16	241.403.143,29
SETEMBRO	122.225.272,08	21.851.700,00	35.049.438,00	23.745.254,96	37.293.577,09	240.165.242,13
OUTUBRO	121.811.220,78	35.904.309,92	29.934.959,78	21.734.509,57	37.241.925,54	246.626.925,59
NOVEMBRO	124.463.344,50	37.300.115,15	36.191.868,71	21.868.063,25	32.688.699,48	252.512.091,09
DEZEMBRO(1)	236.833.593,22	79.375.199,69	52.069.827,04	28.052.369,37	39.656.782,46	435.987.771,78
2º SEMESTRE	850.987.288,49	213.992.545,76	230.639.775,53	134.938.155,74	210.051.076,73	1.640.608.842,25
ANUAL	1.540.299.542,44	330.363.145,97	407.190.890,71	258.770.453,90	435.208.348,48	2.971.832.381,50
2008						
JANEIRO	131.545.797,23	31.412.717,63	41.575.027,00	31.226.038,70	30.568.863,14	266.328.443,70
FEVEIRO	133.352.029,03	31.477.154,26	35.631.807,00	27.207.259,77	38.001.745,95	265.669.996,01
MARÇO	134.588.551,79	31.995.174,85	34.881.469,00	26.168.618,39	41.820.450,39	269.454.264,42
ABRIL	137.406.337,65	32.427.890,07	35.599.238,33	26.707.607,72	43.055.832,62	275.196.906,39
MAIO	139.000.753,02	31.497.106,98	36.787.529,87	28.611.478,29	38.057.103,50	273.953.971,66
JUNHO	140.409.308,24	31.676.553,33	34.647.798,12	24.889.911,96	45.401.631,20	277.025.202,85
1º SEMESTRE	816.302.776,96	190.486.597,12	219.122.869,32	164.810.914,83	236.905.626,80	1.627.628.785,03
JULHO	139.311.649,00	31.676.553,33	37.994.135,29	25.043.876,47	37.114.590,19	271.140.804,28
AGOSTO	139.311.649,00	31.676.553,33	43.679.819,18	28.985.580,97	41.146.561,90	284.800.164,38
SETEMBRO	139.311.649,00	31.722.908,60	35.394.148,83	23.680.177,91	44.428.707,71	274.537.592,05
OUTUBRO	139.311.649,00	32.401.174,78	41.422.113,36	24.400.022,30	47.791.433,17	285.326.392,61
NOVEMBRO	139.311.649,00	32.378.957,62	40.702.395,03	30.697.145,83	41.356.876,47	284.447.023,95
DEZEMBRO(1)	278.623.298,00	35.330.422,82	48.293.019,53	43.675.111,40	48.465.467,31	454.387.319,06
2º SEMESTRE	975.181.543,00	195.186.570,48	247.485.631,22	176.481.914,88	260.303.636,75	1.854.639.296,33
ANUAL	1.791.484.319,96	385.673.167,60	466.608.500,54	341.292.829,71	497.209.263,55	3.482.268.081,36

Fonte: Sefaz.

OBS1: Em dezembro estão incluídos os valores do 13º Salário.

OBS2: Na despesa de pessoal estão incluídos os valores pagos a pensionistas e inativos

Nota: dados de previsão sujeito a retificação (Custeio/Investimento - 2008)

**DEMONSTRATIVO MENSAL DA DESPESA
ALAGOAS
2007 - 2008**

Mês	Despesa (em R\$1,00)		
	Transf. a Poderes	Poder Executivo	Total da Despesa
2007			
JANEIRO	32.030.921,91	216.637.770,85	248.668.692,76
FEVEREIRO	31.587.375,31	211.104.025,30	242.691.400,61
MARÇO	32.215.708,67	221.806.570,81	254.022.279,48
ABRIL	32.215.708,67	221.759.872,58	253.975.581,25
MAIO	32.215.708,67	230.769.962,61	262.985.671,28
JUNHO	32.215.708,67	229.145.337,10	261.361.045,77
1º SEMESTRE	192.481.131,90	1.331.223.539,25	1.523.704.671,15
JULHO	32.215.708,67	223.913.668,37	256.129.377,04
AGOSTO	32.215.708,67	241.403.143,29	273.618.851,96
SETEMBRO	32.215.708,67	240.165.242,13	272.380.950,80
OUTUBRO	32.215.708,67	246.626.925,59	278.842.634,26
NOVEMBRO	32.215.708,67	252.512.091,09	284.727.799,76
DEZEMBRO(1)	32.215.708,67	435.987.771,78	468.203.480,45
2º SEMESTRE	193.294.252,02	1.640.608.842,25	1.833.903.094,27
ANUAL	385.775.383,92	2.971.832.381,50	3.357.607.765,42
2008			
JANEIRO	35.003.606,00	266.328.443,70	301.332.049,70
FEVEREIRO	35.003.606,00	265.669.996,01	300.673.602,01
MARÇO	35.003.606,00	269.454.264,42	304.457.870,42
ABRIL	35.003.606,00	275.196.906,39	310.200.512,39
MAIO	35.003.606,00	273.953.971,66	308.957.577,66
JUNHO	35.003.606,00	277.025.202,85	312.028.808,85
1º SEMESTRE	210.021.636,00	1.627.628.785,03	1.837.650.421,03
JULHO	35.003.606,00	271.140.804,28	306.144.410,28
AGOSTO	35.003.606,00	284.800.164,38	319.803.770,38
SETEMBRO	35.003.606,00	274.537.592,05	309.541.198,05
OUTUBRO	35.003.606,00	285.326.392,62	320.329.998,62
NOVEMBRO	35.003.606,00	284.447.023,95	319.450.629,95
DEZEMBRO(1)	35.003.606,00	454.387.319,06	489.390.925,06
2º SEMESTRE	210.021.636,00	1.854.639.296,34	2.064.660.932,34
ANUAL	420.043.272,00	3.482.268.081,37	3.902.311.353,37

Fonte: Sefaz.

OBS1: Em dezembro estão incluídos os valores do 13º Salário.

OBS2: Na despesa de pessoal estão incluídos os valores pagos a pensionistas e inativos.

MERCADO DE TRABALHO

Segundo o IBGE, o contingente de trabalhadores no país registrou expansão de 2,1% em 2008, praticamente repetindo o resultado de 2,2% em 2007, com destaque para as contribuições positivas de São Paulo 3,0%, Minas Gerais 4,2%, Região Norte e Centro-Oeste 2,6% e Rio Grande do Sul 2,1%.

Em termos setoriais, a liderança ficou com máquinas e equipamentos 10,4%, meios de transporte 8,5%, máquinas e aparelhos eletroeletrônicos e comunicações 10,6% e alimentos e bebidas 2,3%. Os principais destaques negativos na média global foram vestuários 8,4%, calçados e artigos de couro 8,7% e madeira⁹¹ 11,9%.

No mês de março foram criados 206.556 empregos com carteira assinada no país. O número superou em 41% o recorde anterior ocorrido em março de 2007, registrando o maior resultado para este mês desde o início da série histórica em 1992. O setor que mais contratou foi o da construção civil, que gerou 33.437 novos postos de trabalho, o que significa 2,09% a mais que em fevereiro⁹².

O número de ocupados nas seis principais regiões metropolitanas somou 21,7 milhões em junho, com aumento de 1,1% em relação a maio e de 4,5% comparado com junho do ano passado. Foram geradas 932 mil vagas em um ano nas seis regiões. O número de desocupados chegou a 1,84 milhão, com aumento de 0,2% em relação a maio, mas apresentando queda de 17% na comparação com junho de 2007. Com os dados de junho, a participação dos trabalhadores formais (com carteira assinada) no total dos ocupados nas seis regiões subiu de 56% no primeiro semestre de 2007 para 58% em igual período de 2008, nível também recorde.

Segundo o Gerente da Pesquisa⁹³, o aumento da formalidade é positivo para a evolução do mercado de trabalho e para os resultados da Previdência.

O nível de ocupação, que é o percentual de ocupados em relação à população de 10 anos ou mais de idade, atingiu o nível recorde de 52% na média das seis regiões metropolitanas no primeiro semestre de 2008. Em 2003, o pior período para o mercado de trabalho desde o início da série, era de 49,8%. Para o Gerente da Pesquisa, o cenário retrata a evolução estrutural no mercado de trabalho. Ressaltou ainda, que o número de ocupados vem crescendo em patamar muito superior, em torno de 4,5% ao mês, do que a população em idade ativa, acima de 10 anos, com taxa de crescimento anual⁹⁴ em torno de 1%.

No período de janeiro a julho deste ano, o Caged registra abertura de 1.564.606 empregos formais, também recorde para o período. Esse número é 28% maior do que o verificado em igual período de 2007, quando 1.222.495 empregos formais foram criados.

“Em síntese, a mudança do quadro macroeconômico a partir de setembro teve impactos negativos sobre a atividade industrial e, conseqüentemente, sobre o número de horas pagas e o emprego. A desaceleração nestes indicadores ficou evidente nas comparações mensal e trimestral, com reflexos no fechamento do ano”, diz o IBGE em nota⁹⁵.

⁹¹ O Jornal, 10 fev 2009.

⁹² Cadastro de Empregados e Desempregados (Caged) - Alagoas 24 horas 18 abr 2008

⁹³ Cimar Azevedo

⁹⁴ Gazeta de Alagoas 25 jul 2008.

⁹⁵ O jornal, 10 fev 2009.

Em Alagoas, o mercado de trabalho registrou em 2008 variação positiva de 10,22%, no que se refere a admissões e 6,68% a desligamentos.

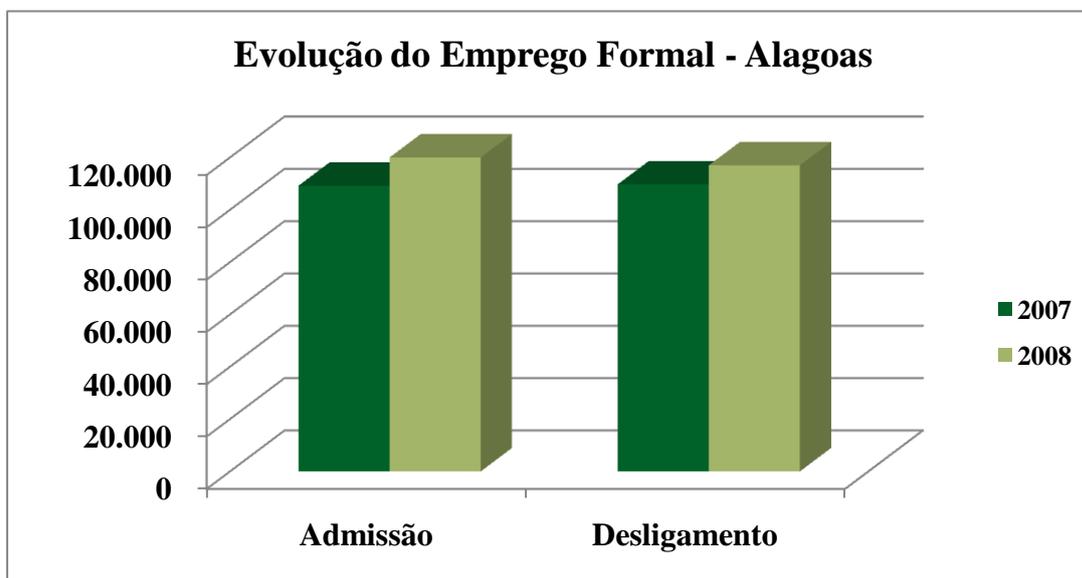
O término do período festivo, o início da entressafra da cana-de-açúcar e da baixa temporada turística retrata-se no aumento dos

desligamentos nos meses março e abril. Todavia, o início do período de moagem no segmento sucroalcooleiro, aponta aumento significativo das admissões no mês de setembro. Como também o início da fase de contratações para as festas de final de ano e de temporada turística.

FLUTUAÇÃO DO EMPREGO FORMAL ALAGOAS 2007 - 2008

Situação	Anos		Variação (%) 2008/2007
	2007	2008	
ADMISSÃO	109.173	120.327	10,22
DESLIGAMENTO	109.678	117.005	6,68

Fonte: Cadastro Geral de Empregados e Desempregados – Lei nº 4.923/65. Ministério do Trabalho
NOTA: Dados trabalhados pela SEPLAN/SUPEGI



Após registrar saldo negativo entre admissão – desligamentos, durante os primeiros meses do ano, Alagoas começou a reverter o quadro na geração de empregos formais, em julho de 2008, com 8.032 contratações, 5.814 demissões e saldo de 2.218. Dados do Caged, divulgados pelo Ministério do Trabalho, mostram que no mês de agosto foram registrados 1.506 novos empregos com carteira assinada, 8.013 contratações e 6.507 demissões.

Além dos processos de entressafra do segmento sucroalcooleiro, baixa temporada turística e por tratar-se de economia em processo de diversificação, a queda do dólar no mercado mundial provocou enxugamento no quadro de funcionários de segmentos de inserção internacional, concorrendo para o desempenho apresentado no mercado de trabalho no ano de 2008.

FLUTUAÇÃO DO EMPREGO FORMAL ALAGOAS 2007 - 2008

Mês	Admissão	Desligamento	Saldo
2007			
JANEIRO	6.858	9.420	-2.562
FEVEREIRO	4.704	15.601	-10.897
MARÇO	5.162	21.707	-16.545
ABRIL	6.388	13.180	-6.792
MAIO	6.505	6.026	479
JUNHO	6.512	5.165	1.347
JULHO	8.225	5.116	3.109
AGOSTO	7.609	7.109	500
SETEMBRO	34.553	5.057	29.496
OUTUBRO	10.692	6.886	3.806
NOVEMBRO	6.722	7.678	-956
DEZEMBRO	5.243	6.733	-1.490
TOTAL	109.173	109.678	-505
2008			
JANEIRO	6.270	7.449	-1.179
FEVEREIRO	5.583	8.111	-2.528
MARÇO	5.082	23.578	-18.496
ABRIL	5.891	16.307	-10.416
MAIO	6.220	13.865	-7.645
JUNHO	5.825	5.541	284
JULHO	8.032	5.814	2.218
AGOSTO	8.013	6.507	1.506
SETEMBRO	42.971	6.219	36.752
OUTUBRO	14.744	8.356	6.388
NOVEMBRO	6.906	7.673	-767
DEZEMBRO	4.790	7.585	-2.795
TOTAL	120.327	117.005	3322,00

Fonte: Ministério do Trabalho - Caged

FLUTUAÇÃO MENSAL DO EMPREGO POR SETOR DE ATIVIDADE ECONÔMICA
ADMISSÕES
ALAGOAS
2007 - 2008

Mês	Admissões								
	Ex. Min.	Ind. Trans.	S.I.U.P.	Const. Civil	Com.	Serv.	Adm. Pub.	Agrop. Silv.	Todas as Atividades
2007									
JANEIRO	8	2.508	103	808	1.529	1.721	2	179	6.858
FEVEREIRO	9	613	93	721	1.371	1.759	0	138	4.704
MARÇO	1	783	41	1.010	1.447	1.731	2	147	5.162
ABRIL	4	2.060	51	1.091	1.397	1.541	6	238	6.388
MAIO	4	1.831	25	1.021	1.385	1.938	3	298	6.505
JUNHO	14	2.297	82	617	1.605	1.404	6	487	6.512
1º SEMESTRE	40	10.092	395	5.268	8.734	10.094	19	1.487	36.129
JULHO	44	2.417	76	809	2.788	1.490	7	594	8.225
AGOSTO	21	3.384	86	739	1.366	1.750	0	263	7.609
SETEMBRO	27	29.490	58	952	1.665	1.842	11	508	34.553
OUTUBRO	29	5.861	65	888	1.777	1.546	6	520	10.692
NOVEMBRO	29	2.351	40	742	2.026	1.259	2	273	6.722
DEZEMBRO	11	1.681	123	461	1.444	1.197	10	316	5.243
2º SEMESTRE	161	45.184	448	4.591	11.066	9.084	36	2.474	73.044
TOTAL	201	55.276	843	9.859	19.800	19.178	55	3.961	109.173
2008									
JANEIRO	20	1.812	92	896	1.596	1.662	6	186	6.270
FEVEREIRO	20	1.021	123	1.158	1.422	1.728	2	109	5.583
MARÇO	5	820	56	717	1.434	1.779	2	269	5.082
ABRIL	12	1.368	46	872	1.473	1.977	0	143	5.891
MAIO	24	1.755	61	767	1.615	1.794	2	202	6.220
JUNHO	14	1.103	99	801	1.602	1.875	2	329	5.825
1º SEMESTRE	95	7.879	477	5.211	9.142	10.815	14	1.238	34.871
JULHO	8	1.488	33	926	2.756	1.926	1	894	8.032
AGOSTO	13	2.714	60	1.170	1.752	1.911	4	389	8.013
SETEMBRO	11	37.393	57	1.293	1.683	2.017	4	513	42.971
OUTUBRO	9	8.722	34	1.065	2.186	2.118	6	604	14.744
NOVEMBRO	6	1.885	30	790	2.268	1.483	0	444	6.906
DEZEMBRO	6	1.525	6	253	1.417	1.401	3	179	4.790
2º SEMESTRE	53	53.727	220	5.497	12.062	10.856	18	3.023	85.456
TOTAL	148	61.606	697	10.708	21.204	21.671	32	4.261	120.327

FONTE: Cadastro Geral de Empregados e Desempregados - Lei n.º 4.923/65 - Ministério do Trabalho

NOTA:

EX. MIN.

EXTRATIVA MINERAL

COM.

COMÉRCIO

IND. TRANS.

INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO

SERV.

SERVIÇOS

S.I.U.P.

SERVIÇOS INDUSTRIAIS DE UTILIDADE PÚBLICA

ADM. PÚB.

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

CONST. CIVIL

CONSTRUÇÃO CIVIL

AGROP. SILV.

AGROPECUÁRIA, SILVICULTURA, PESCA, ETC.

FLUTUAÇÃO MENSAL DO EMPREGO POR SETOR DE ATIVIDADE ECONÔMICA DESLIGAMENTOS

ALAGOAS
2007 - 2008

Mês	Desligamentos								
	Ex. Min.	Ind. Trans.	S.I.U.P.	Const. Civil	Com.	Serv.	Adm. Pub.	Agrop. Silv.	Todas as Atividades
2007									
JANEIRO	10	4.763	30	848	1.721	1.584	5	459	9.420
FEVEREIRO	6	11.483	31	611	1.334	1.632	6	498	15.601
MARÇO	6	17.272	28	683	1.589	1.481	2	646	21.707
ABRIL	25	9.000	36	1.009	1.338	1.335	17	420	13.180
MAIO	8	1.284	12	1.550	1.429	1.486	3	254	6.026
JUNHO	10	1.049	24	771	1.329	1.624	17	341	5.165
1º SEMESTRE	65	44851	161	5472	8740	9142	50	2618	71099
JULHO	2	1.099	36	910	1.326	1.498	7	238	5.116
AGOSTO	9	2.417	36	687	2.241	1.408	5	306	7.109
SETEMBRO	2	1058	23	743	1.413	1.345	18	455	5.057
OUTUBRO	13	3.160	43	765	1.368	1.291	2	244	6.886
NOVEMBRO	7	3.758	94	819	1.334	1.391	3	272	7.678
DEZEMBRO	13	2.907	25	600	1.649	1.271	8	260	6.733
2º SEMESTRE	46	14.399	257	4.524	9.331	8.204	43	1.775	38.579
TOTAL	111	59.250	418	9.996	18.071	17.346	93	4.393	109.678
2008									
JANEIRO	25	2.853	35	766	1.735	1.481	5	549	7.449
FEVEREIRO	13	3.556	51	578	1.657	1.672	8	576	8.111
MARÇO	11	19.019	19	508	1.837	1.707	1	476	23.578
ABRIL	5	11.792	50	638	1.736	1.651	6	429	16.307
MAIO	10	9.292	48	972	1.525	1.607	5	406	13.865
JUNHO	7	1.479	56	909	1.433	1.470	5	182	5.541
1º SEMESTRE	71	47991	259	4371	9923	9588	30	2618	74851
JULHO	8	1.241	33	940	1.646	1.728	5	213	5.814
AGOSTO	8	1.562	48	851	2.079	1.662	5	292	6.507
SETEMBRO	7	1149	62	811	1.598	1.789	1	802	6.219
OUTUBRO	10	3.702	110	969	1.334	1.684	5	542	8.356
NOVEMBRO	14	2.725	51	1.212	1.677	1.701	2	291	7.673
DEZEMBRO	30	2.448	44	1.074	1.864	1.738	3	384	7.585
2º SEMESTRE	77	12.827	348	5.857	10.198	10.302	21	2.524	42.154
TOTAL	148	60.818	607	10.228	20.121	19.890	51	5.142	117.005

FONTE: Cadastro Geral de Empregados e Desempregados - Lei n.º 4.923/65 - Ministério do Trabalho

NOTA:

EX. MIN.
IND. TRANS.
S.I.U.P.
CONST. CIVIL

EXTRATIVA MINERAL
INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO
SERVIÇOS INDUSTRIAIS DE UTILIDADE PÚBLICA
CONSTRUÇÃO CIVIL

COM.
SERV.
ADM. PÚB.
AGROP. SILV.

COMÉRCIO
SERVIÇOS
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
AGROPECUÁRIA, SILVICULTURA, PESCA,
ETC.

FLUTUAÇÃO MENSAL DO EMPREGO POR SETOR DE ATIVIDADE ECONÔMICA
VARIAÇÃO
ALAGOAS
2007 - 2008

Mês	Variação								
	Ex. Min.	Ind. Trans	S.I.U.P.	Const. Civil	Com.	Serv.	Adm. Pub.	Agrop. Silv.	Todas as Atividades
2007									
JANEIRO	-0,20	-2,22	1,94	-0,30	-0,38	0,18	-0,04	-2,41	-0,96
FEVEREIRO	0,30	-10,92	1,61	0,81	0,07	0,17	-0,08	-3,16	-4,14
MARÇO	-0,51	-18,60	0,33	2,38	-0,28	0,33	0,00	-4,50	-6,54
ABRIL	-2,14	-9,62	0,38	0,58	0,12	0,27	-0,15	-1,71	-2,87
MAIO	-0,42	0,84	0,33	-3,70	-0,09	0,58	0,00	0,42	0,21
JUNHO	0,42	1,90	1,47	-1,11	0,55	-0,28	-0,15	1,38	0,58
1º SEMESTRE	-2,55	-38,62	6,06	-1,34	-0,01	1,25	-0,42	-9,98	-13,72
JULHO	4,36	1,97	1,00	-0,73	2,90	-0,01	0,00	3,32	1,34
AGOSTO	1,19	1,41	1,24	0,37	-1,69	0,44	-0,07	-0,39	0,21
SETEMBRO	2,46	40,99	0,86	1,47	0,49	0,63	-0,09	0,48	12,46
OUTUBRO	1,53	2,76	0,53	0,85	0,80	0,32	0,05	2,49	1,43
NOVEMBRO	2,08	-1,40	-1,30	-0,52	1,33	-0,17	-0,01	0,01	-0,35
DEZEMBRO	-0,19	-1,24	2,39	-0,95	-0,39	-0,09	0,03	0,49	-0,55
2º SEMESTRE	11,43	44,49	4,72	0,49	3,44	1,12	-0,09	6,40	14,54
TOTAL	8,88	5,87	10,78	-0,85	3,43	2,37	-0,51	-3,58	0,82
2008									
JANEIRO	-0,53	-1,15	1,39	1,09	-0,26	0,24	0,02	-3,07	-0,46
FEVEREIRO	0,74	-2,82	1,73	4,81	-0,44	0,07	-0,09	-4,07	-0,99
MARÇO	-0,63	-20,73	0,87	1,64	-0,76	0,09	0,02	-1,88	-7,33
ABRIL	0,74	-14,46	-0,09	1,80	-0,50	0,43	-0,09	-2,64	-4,40
MAIO	1,48	-11,81	0,30	-1,53	0,17	0,24	-0,05	-1,93	-3,34
JUNHO	0,73	-0,67	1,00	-0,81	0,32	0,52	-0,05	1,42	0,13
1º SEMESTRE	2,53	-51,64	5,20	7,00	-1,47	1,59	-0,24	-12,17	-16,39
JULHO	0,00	0,44	0,00	-0,10	2,10	0,25	-0,06	6,47	1,00
AGOSTO	0,52	2,04	0,28	2,37	-0,61	0,32	-0,02	0,86	0,67
SETEMBRO	0,41	63,01	-0,12	3,48	0,16	0,29	0,05	-2,52	16,18
OUTUBRO	-0,10	5,35	-1,75	0,67	1,58	0,55	0,02	0,55	2,42
NOVEMBRO	-0,82	-0,85	-0,49	-2,88	1,08	-0,27	-0,03	1,36	-0,28
DEZEMBRO	-2,48	-0,94	-0,90	-5,70	-0,80	-0,42	0,00	-1,79	-1,03
2º SEMESTRE	-2,47	69,05	-2,98	-2,16	3,51	0,72	-0,04	4,93	18,96
TOTAL	0,06	17,41	2,22	4,84	2,04	2,31	-0,28	-7,24	2,57

FONTE: Cadastro Geral de Empregados e Desempregados - Lei n.º 4.923/65 - Ministério do Trabalho

NOTA:

EX. MIN.
IND. TRANS.
S.I.U.P.
CONST. CIVIL

EXTRATIVA MINERAL
INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO
SERVIÇOS INDUSTRIAIS DE UTILIDADE PÚBLICA
CONSTRUÇÃO CIVIL

COM.
SERV.
ADM. PÚB.
AGROP.
SILV.

COMÉRCIO
SERVIÇOS
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
AGROPECUÁRIA, SILVICULTURA, PESCA, ETC.

NORMAS PARA PUBLICAÇÃO DE ARTIGOS NO INFORMATIVO CONJUNTURAL DA SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E DO ORÇAMENTO DO ESTADO DE ALAGOAS

O Informativo Conjuntural do Estado de Alagoas, editado pela Secretaria de Estado do Planejamento e do Orçamento (SEPLAN), aceita colaborações originais em português, sob a forma de artigo versando sobre a Conjuntura Econômica de Alagoas.

Padrão para elaboração de artigos:

- Publicação com no máximo 10 páginas, incluindo notas, tabelas, gráficos e referências.
- Identificação do autor, com nome completo, titulação acadêmica, nome das instituições a que está vinculado, além de endereço para contato, e-mail e telefone.
- Cópia impressa e arquivo eletrônico, editado em Word, que devem ser entregues à SEPLAN, ou cópia eletrônica enviada para o e-mail: informativo.conjuntural@planejamento.al.gov.br.
- Tabelas, ilustrações ou gráficos (formato Excel) com legendas numeradas e apresentadas no corpo do texto.
- Notas de rodapé explicativas ou complementares curtas, numeradas em ordem seqüencial.
- Citações de acordo com a NBR 10520 da ABNT⁹⁶.
- Referências segundo a norma NBR 6023 da ABNT.

Os artigos publicados são de responsabilidade dos autores e não refletem a opinião da SEPLAN.

⁹⁶ Até três linhas, entre aspas, na seqüência do texto; a partir de três linhas, apresentadas em outro parágrafo, com avanço de 4cm, fonte 10, sem aspas.